



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
RENATA SILVA AMORIM

PECADOS DA MÍDIA
CASO PAULA OLIVEIRA

Palhoça
2011

RENATA SILVA AMORIM

**PECADOS DA MÍDIA
CASO PAULA OLIVEIRA**

Monografia apresentada ao Curso de graduação em Comunicação Social – Jornalismo, da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel.

Orientadores: Prof. Antonio Carlos Santos

**Palhoça
2011**

Aos meus pais, por todo o amor e carinho que
me ofereceram,
pelo apoio e confiança depositados em mim,
Pelo exemplo e educação oferecida,
Dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço

A Deus por ter me iluminado e me dado forças para que eu pudesse finalizar essa etapa da minha vida;

Ao meu pai Roberto que é um exemplo de luta, um pai maravilhoso que dedica sua vida a família, que sempre me apoiou e encorajou na realização desse trabalho;

A minha mãe Maria Helena, por ser a mãe amiga que é, por não me deixar desistir, por acreditar na minha capacidade, por me fazer companhia durante varias madrugadas sempre me incentivando;

Ao meu namorado que me incentivou desde o inicio, por ser paciente e por ter me dado tanta força na finalização desse trabalho;

A minha amiga Fabiana que durante todo o curso me ajudou em vários momentos, por ter sido tão prestativa e amiga nas horas mais difíceis;

Aos meus amigos e familiares que de qualquer forma me ajudaram

Ao meu orientador, professor Antonio Carlos Santos, pelo ensinamento e dedicação me auxiliando na execução dessa monografia;

RESUMO

O objetivo principal desse trabalho é analisar a veiculação do caso Paula Oliveira usando os critérios de noticiabilidade e a ética jornalística como estudo norteador. Para a realização dessa pesquisa usaremos as revistas semanais de circulação nacional Isto é, Veja e Época como objeto de estudo.

Sabendo que o caso teve uma grande repercussão dividindo opiniões sobre o incidente e suas motivações e que causou compaixão e solidariedade aos brasileiros compatriotas de Paula, vamos analisar as formas de abordagem que cada revista usou.

Palavras-chave: Critérios do noticiabilidade. Ética. Jornalismo.

ABSTRACT

The main objective of this research is to analyze the publication of Paula Oliveira's case using the criteria of newsworthiness and the journalistic ethics as guiding the study. To carry out this research we will use the magazines of national circulation Isto é, Veja and Época as an object of study.

Knowing that the case had a huge repercussion dividing opinions about the incident and its motivations and that it caused compassion and solidarity with Brazilian fellow citizens of Paula, we are going to examine the way of research that each magazine used.

Keywords: Newsworthiness. Ethics. Journalism.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	07
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 CONCEITO HISTÓRICO DE JORNALISMO.....	14
2.1.1 O Jornalista na comunicação integrada	20
2.2 CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE.....	23
2.3 ÉTICA NO JORNALISMO.....	27
3 O “CASO PAULA OLIVEIRA”	31
3.1 CARACTERÍSTICAS E FALHAS.....	31
3.2 ANÁLISE DA REVISTA ISTO É.....	36
3.3 ANÁLISE DA REVISTA VEJA.....	41
3.4 ANALISE DA REVISTA ÉPOCA	47
3.5 COMPARAÇÕES	56
3.5.1 Composição	56
3.5.2 Fotos e legendas	56
3.5.3 Títulos e subtítulos	60
3.5.4 Fontes e citações	63
4 CONCLUSÃO	72
REFERÊNCIAS	74
ANEXOS	78
ANEXOS A: Isto é edição 2049	79
ANEXOS B: Isto é edição 2050	81
ANEXOS C: Veja edição 2100	82
ANEXOS D: Veja edição 2101	83
ANEXOS E: Época edição 561	84
ANEXOS F: Época edição 562	86
ANEXOS G: Época edição 562 matéria complementar	90

1 INTRODUÇÃO

No dia 30 de junho de 2010 o jornal Folha de S. Paulo publicou uma nota de desculpas pelo erro na publicação de um anúncio da rede de supermercados Extra que destacava a derrota da seleção brasileira para o Chile, porém o Brasil venceu por 3x0. A errata dizia:

Comunicamos que erramos na publicação do anúncio do Extra, referente ao resultado do jogo entre Brasil e Chile, publicado por este veículo de comunicação no dia 29 de junho de 2010, pág. D11. Ao invés do anúncio de vitória do Brasil, foi publicado, equivocadamente, anúncio citando a derrota. Lamentamos o ocorrido. Departamento Comercial da Folha de S.Paulo.

O leitor compra um jornal esperando encontrar informações de qualidade, sem erros, distorções. “Erramos”, “Erro”, “Errata” são notas freqüentes de desculpas. Sabendo que o tempo é curto no meio jornalístico aceitam-se os erros, mas esperam-se as correções.

Um caso que marcou a história do jornalismo brasileiro foi em março de 1994 no bairro de Aclimação em São Paulo. A Escola Infantil Base foi denunciada por abuso sexual contra menores. Duas mães de alunos da Escola Base denunciaram a polícia que seus filhos de quatro e cinco anos de idade estavam sendo molestados sexualmente pelos proprietários da escola e levados numa Kombi para um motel onde teriam sido fotografados e filmados.

A história começou com uma criança que tinha lesões no ânus. Em seguida outras mães traumatizadas contaram histórias parecidas ajudando na denúncia contra a escola. O delegado que cuidou do caso divulgou as denúncias para imprensa, mesmo sem ter provas concretas contra os acusados e condenando-os antecipadamente. Iniciou o escândalo que marcaria a imprensa brasileira. O caso gerou uma revolta pública imensa.

O Caso Escola Base foi noticiado durante dois meses por jornais, revistas, emissoras de tevê e rádio que apontavam seis pessoas como culpadas, entre elas, os donos da escola Icushiro e Aparecida Shimada, os sócios Paula e Mauricio Alvarenga e dois pais de alunos.

A acusação foi enfaticamente noticiada, porém, de forma parcial e distorcida, baseada no depoimento dos pais de alunos, vizinhos da escola e em fontes oficiais. O delegado Edélcio Lemos passava informações sem provas e fundamentos reais e a imprensa reproduzia espetacularizando a denúncia e rotulando os acusados de “monstros da escola”, “escola dos horrores” etc. Sem nenhuma prova concreta os envolvidos foram marcados como molestadores de crianças e foram presos.

O laudo final do IML, onde as crianças foram fazer exame de corpo de delito, mostraram que as lesões no ânus de uma das crianças era consequência de um sério problema intestinal do menino. O delegado não mostrou a ninguém a pasta do inquérito onde estariam as provas do abuso. O delegado foi então afastado do caso.

Dois meses depois, o inquérito foi arquivado e os acusados inocentados por falta de provas. O delegado que substituiu Edélcio nas investigações, Gerson de Carvalho concluiu que “se houve crime, este ocorreu em outro lugar e tendo outros personagens”. O resultado foi a depredação das casas dos acusados e da escola. Tiveram que fechá-la e mudar de cidade para fugir do linchamento social.

Mesmo depois de comprovada a inocência dos acusados a contadora da história, a mídia, não foi a público confessar seu erro e fechou os olhos para o linchamento dos acusados. Segundo Professor Issaaf Karhawi (2009):

A informação, na pós-modernidade, se confunde com o espetáculo. A credibilidade da informação pode até ser violada, mas a notícia não deixa de ser transformada em um grande show que envolve acusados, inocentes, repórteres, delegados, promotores. É através da imprensa que a população, na maioria das vezes, molda a sua percepção do real. É praticamente impossível se isentar dessa responsabilidade. Não identificar contradições na investigação policial, nos laudos do IML ou nos depoimentos de crianças de quatro anos e suas mães, é, no mínimo, questionável.

No dia nove de fevereiro de 2009, a brasileira Paula Oliveira Maciel foi atacada na Suíça por Neonazistas. Assim foi divulgado o “caso Paula Oliveira” pela imprensa. O caso de Paula teve grande impacto na imprensa que foi induzida pela família da vítima a acreditar e então publicar que a brasileira foi agredida por três *skinheads* na estação de metrô de Zurique na Suíça.

Paula Oliveira vivia naquele país havia dois anos, era advogada bem-sucedida, imigrante legal no país, escolhida em uma difícil seleção de uma empresa

multinacional e grávida de gêmeas. Características que fizeram de Paula uma vítima em potencial para a imprensa brasileira divulgar sua história com o efeito de verdade irrefutável, somente com base nos depoimentos da sua família.

A primeira versão divulgada pela imprensa teve grandes proporções. Paula teria sido marcada por estiletes com a sigla de um partido político da Suíça que é contra a presença de imigrantes no país, e como consequência da agressão, sofrido um aborto.

Diante das “evidências” mostradas por Paula, de acordo com o que a imprensa divulgou, tratava-se de um ataque racista e xenófobo. Os fatos e as fotos divulgadas aparentemente se encaixavam, a favor de Paula causando comoção e solidariedade por parte de seus compatriotas.

Após as investigações realizadas pela polícia suíça, outra versão veio à tona. Paula não teria sido atacada por neonazistas, não estaria grávida e seus ferimentos foram causados por ela mesma. Ela teria inventado o ataque e todas as “evidências” para beneficiar-se financeiramente. Dias depois, Paula admitiu que havia inventado o ataque e que pretendia com isso justificar a não gravidez ao namorado dizendo ter sofrido um aborto e também para conseguir dinheiro com indenização.

Nos primeiros dias a notícia foi chamada em telejornais, como o *Jornal Nacional*, manchete em jornais impressos como a *Folha de S. Paulo*, nos portais de notícias como *G1*, que divulgavam a atrocidade feita a uma compatriota. O grande “furo” foi publicado pelo jornalista Ricardo Noblat em seu blog depois de ter recebido a seguinte mensagem do pai de Paula Oliveira:

Caro Noblat: minha filha sofreu um ataque de neonazistas na Suíça onde trabalha oficialmente. Teve o corpo retalhado a faca com a sigla de um partido de extrema direita. Grávida de gêmeos, abortou-os. Você me conhece do bairro de São José, no Recife.. Nós nos reencontramos no aniversário de 80 anos de Armando Monteiro Filho. Trabalho com Roberto Magalhães. Assinado: Paulo Oliveira.

A mídia comprou o furo e saiu reproduzindo. Depois de as investigações feitas pela polícia suíça apontarem uma versão menos xenófoba e mais realista o caso esfriou rapidamente.

O principal interesse por abordar esse tema partiu de uma perspectiva curiosa a respeito do caso. Como estudante de jornalismo, a primeira reação sobre a

notícia foi de solidariedade com a vítima, porém um questionamento surgiu: Não ouviram outras fontes? Onde está o lado acusado? Na faculdade de jornalismo um dos primeiros ensinamentos é sempre ouvir os dois lados da história, ter mais de uma fonte. Durante alguns dias esse fato chamou a atenção, logo após os depoimentos serem divulgados pela polícia e Paula confessar o crime, percebeu-se que havia algo de errado na confecção das primeiras matérias.

Ela manipulou a imprensa para divulgar sua história, usou-a em seu favor para comover e convencer. Como ela fez isso? Por que o fez? O delegado do caso Escola Base, Edécio Lemos também usou a mídia para ter o apoio público. Como a mídia se deixou manipular contrariando os códigos da ética jornalística?

Segundo o Artigo 3º e 4º, respectivamente, do Código de Ética do Jornalista Brasileiro: “O exercício da profissão de jornalista é uma atividade de natureza social, estando sempre subordinado ao presente Código de Ética” e “O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, razão pela qual ele deve pautar seu trabalho pela precisa apuração e pela sua correta divulgação.

Outro fato que chamou a atenção para esse evento foi: o presidente Luis Ignácio Lula da Silva e o chanceler Celso Amorim se manifestarem publicamente em defesa de Paula pedindo aprofundamento nas investigações. O Presidente baseou-se na matéria da imprensa que por sua vez se baseou na versão da família de Paula para publicar a notícia e o resultado foi uma quase briga diplomática.

Conseqüências como uma quase briga diplomática ou no caso da Escola Base, um linchamento social dos acusados que foram inocentados em seguida trazem uma reflexão mais séria sobre o poder que a mídia possui na sociedade. De acordo com o Código de Ética do Jornalista Brasileiro, o jornalista deve:

Art. 12. VI - promover a retificação das informações que se revelem falsas ou inexatas e defender o direito de resposta às pessoas ou organizações envolvidas ou mencionadas em matérias de sua autoria ou por cuja publicação foi o responsável.

Em uma era em que a informação está em toda parte, é possível facilmente ter acesso a ela. Essa enxurrada de notícias recebidas diariamente traz muitos questionamentos sobre os fatos recebidos. As notícias são digeridas, formam-se opiniões, e depois ela é contradita, desmentida. O consumidor de

notícias vem se tornando mais incrédulo ou no pior caso, mais omissivo. Isso faz com que seja necessária uma pesquisa mais profunda após ter acesso às mesmas.

Tomando como exemplo o caso de Paula Oliveira é possível constatar a possibilidade de consequências graves serem geradas. Nesse caso em particular, quase um problema diplomático entre autoridades brasileiras e suíças.

Leva-se a pensar sobre a ética no jornalismo e principalmente a credibilidade dos meios. Essa ânsia que os jornalistas têm por um furo de reportagem, o corre-corre de uma redação, a grande concorrência, parecem deixar de lado os princípios básicos de uma boa reportagem, como a checagem dos fatos. Todos esses “erros” colocam em xeque a credibilidade dos meios e a opinião do leitor.

O objetivo norteador desse trabalho é fazer uso do caso de Paula Oliveira como exemplo de uma notícia polêmica com falhas, manipulações e irresponsabilidades por parte das fontes e da mídia.

A imprensa brasileira, neste episódio, ignorou a regra mais básica do jornalismo, a de que existem pelo menos duas versões sobre um mesmo fato. E ainda assumiu que Paula Oliveira estava acima de qualquer suspeita por falar outros idiomas e trabalhar em uma multinacional (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 2009).

Sendo a imprensa supostamente responsável como formadora de opinião, é sabido que ela tem o dever de fazer uma mediação entre os fatos e o leitor. O jornalista é o responsável por essa intermediação.

O “caso Paula Oliveira” gerou muita repercussão, inclusive entre jornalistas. Alguns tentam justificar seus erros outros acusaram que não foi feito o dever de casa. O trabalho pretende problematizar a abordagem feita pelas revistas de distribuição nacional *Época*, *Isto É* e *Veja* no caso que será denominado “caso Paula Oliveira”. A pesquisa será baseada nas edições 561 e 562 da revista *Época*, 2049 e 2050 da revista *Isto É* e 2100 e 2101 da revista *Veja*, exemplares do mês de fevereiro de 2009 que abordaram o assunto em seus conteúdos, usando os critérios de noticiabilidade, o código de ética dos jornalistas e também a credibilidade dos meios como estudo norteador.

Partindo do pressuposto de que as edições das revistas citadas são semanais e, portanto tiveram mais tempo e mais informações que outros meios para

produzirem as matérias, estudaremos as diferentes formas de abordagem entre elas.

Na primeira edição da revista *Época*, o caso Paula Oliveira é publicado na seção Mundo onde a manchete é: *Paula Oliveira é vítima ou mentirosa?* Traz duas fotos, divulgam a história de Paula e a versão da polícia suíça em seguida cita dados sobre violência contra imigrantes no país. Na edição seguinte o tema mentira é matéria de capa trazendo Paula na foto com a manchete: “Por que as pessoas mentem?”. O conteúdo está situado na seção Sociedade Comportamento trazendo uma grande reportagem sobre casos de pessoas que mentiram em suas vidas. A matéria seguinte tem o título: “Os erros trágicos do caso Paula”. O texto traz depoimentos de amigos sobre a personalidade da pernambucana e outros três casos de supostos ataques racistas não confirmados.

A revista *Isto É* traz sua primeira reportagem sobre Paula na seção Comportamento com a manchete: *Vítima da Intolerância?* Nela conta sua história e ao final do texto cita a versão da polícia suíça. Em seguida traz dados sobre ataques xenófobos pelo mundo com ilustração. Na edição seguinte a manchete se mantém na mesma seção de Comportamento: *Indiciada na Suíça*. Na matéria as informações sobre a confissão de Paula e sobre a investigação da polícia suíça.

Na revista *Veja*, a primeira matéria está na seção Internacional com o título: *Era tudo mentira?* A reportagem começa descrevendo a versão da polícia suíça e depois a versão de Paula e traz entrevistas com ex-amigos de faculdade. Na edição seguinte a resposta na manchete: Sim, era tudo mentira. Aborda a confissão de Paula na maior parte da matéria.

Será utilizado esse caso como foco de análise para verificar de que maneira o meio de comunicação utiliza os critérios de noticiabilidade e a conduta ética como parâmetro para compor suas notícias. Por que mesmo os grandes veículos erram e publicam notícias mal investigadas? Os meios usam da credibilidade já estabelecida fazendo com que não se preocupem com uma possível contradição no futuro? No caso Paula Oliveira houve erro ao investigar a notícia? Ela agiu de má fé? Ela premeditou toda a história?

Alfredo Braga sugere uma relação entre o caso Paula Oliveira e a Conferência Durban II sobre o racismo e a intolerância que foi realizada em abril de 2009 na Suíça:

A cada dia mais evidentes vão ficando os artifícios e as manobras dessas pessoas que, agora sob qualquer pretexto, sempre trazem à baila a "temática dos direitos humanos"... e logo vão embrulhando, no meio desse abstrato e vazio discurso, a velha lengalenga do "horror do holocausto"... e se não aparece algum cretino sckinhead, ou "neonazista" criminoso, não deixam por menos: inventam logo três! Em realidade, Paula Ventura Oliveira não sofre de "distúrbios psicológicos", como gostariam que acreditássemos; ela é advogada bem sucedida numa das maiores companhias do mundo, a Maersk, cujos critérios de seleção e avaliação de seus empregados e funcionários, seguem métodos e normas absolutamente rigorosos. É evidente que essa advogada, tão bem estabelecida na Suíça, e membro de uma família de influentes personagens e agentes com livre circulação em Brasília, não teria nenhuma vontade, ou necessidade de aplicar golpes como reles estelionatária. Vários indícios mostram que essa trama foi pensada, planejada e encomendada de antemão, com a ativa participação e a supervisão de outras pessoas, e se tivessem logrado sucesso em seus intentos, as conseqüências políticas seriam gravíssimas. Não existiu o ataque de neonazistas. Não existiu o aborto de menininhas gêmeas. Mas se a polícia não tivesse desvendado a fraude e o cinismo dessa advogada, o povo suíço seria furiosamente acusado por esses veículos de comunicação social, como a Rede Globo, o Estadão e as agências internacionais, de xenofobia e nazismo, e de abrigar gangues de sckinheads racistas e de neonazistas fanáticos e anti-semitas.

Sendo filha do advogado Paulo Oliveira, secretário parlamentar do deputado federal Roberto Magalhães (DEM-PE), ex-governador de Pernambuco membro de uma família de pessoas influentes, Paula Oliveira teve o respaldo do pai na tentativa de um golpe no governo suíço?

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONCEITO HISTÓRICO DE JORNALISMO

O jornalismo, tal como é conhecido no mundo ocidental na atualidade, tem suas origens ligadas ao desenvolvimento do capitalismo. Na segunda metade do século XV, as técnicas de impressão se espalharam e imprensas foram estabelecidas nos principais centros comerciais europeus:

Esse fato se constituiu no alvorecer da era da comunicação de massa. Coincidiu com o desenvolvimento das primeiras formas de produção capitalista e de comércio, de um lado, e com os começos do moderno Estado-nação, de outro. (THOMPSON, 1995, p.231).

Conforme Pereira (2000), os primeiros empreendimentos na área foram de pequeno porte e tinham como interesse a reprodução de manuscritos de caráter religioso e literário, e a produção de textos para a utilização no direito, medicina e comércio. Entretanto, o processo se expandiu, modificando uma série de atividades antes reservadas a copistas e escribas.

De acordo com Thompson (1995), as primeiras folhas noticiosas apareceram no começo do século XVI. Eram publicações *ad hoc* relacionadas a acontecimentos particulares como encontros militares, por exemplo. Não existiam ainda edições, nem séries subseqüentes.

No século XVII apareceram as primeiras revistas com notícias regulares e freqüência considerável. As evidências indicam que o primeiro jornal semanal deve ter surgido em Amsterdam no ano de 1607. Em 1620, essa cidade tornou-se o local de um centro de notícias em acelerada expansão, pelo qual a informação sobre atividades militares, políticas e comerciais era regularmente disseminada pelas diversas cidades européias.

Embora estimulado pelo desenvolvimento da Guerra dos Trinta Anos e pela crescente demanda de notícias sobre ela, o comércio inicial de notícias desempenhou, também, um papel importante e crescente na expansão do sistema capitalista de produção e troca e na emergência das primeiras formas de financiamento e crédito capitalistas. (THOMPSON, 1995, p.233).

Durante o século XIX, a indústria jornalística adquiriu um aspecto comercial, procurando aumentar a circulação como um meio de implementar a renda gerada através das vendas de anúncios e comerciais. Sua rápida expansão tornou-se possível pela melhoria dos métodos de produção e distribuição, bem como pelo crescimento da alfabetização e abolição dos impostos. (PEREIRA, 2000).

Importante acrescentar ainda que o jornalismo norte-americano, no final do século XIX, deixou de ser um serviço para tornar-se um negócio que dava bastante lucro:

Impôs-se o *sensacionalismo* como diretriz norteadora do funcionamento dos grandes jornais, que competiam entre si na conquista dos leitores. Os princípios éticos mais elementares, prescrevendo a conduta dos cidadãos numa sociedade puritana como a norte-americana, foram deixados de lado. Ocorreu então que, do ponto de vista jornalístico, a fidedignidade dos fatos deixou de ser o referencial para a difusão de notícias. Acontecimentos passaram a ser forjados ou artificialmente gerados, para criar reportagens sensacionais. (MELO, 1986, p. 99).

De acordo com entendimento de Hudec (1980) jornalismo é a atividade profissional que objetiva coletar, investigar, analisar e transmitir periodicamente ao grande público, ou a segmentos dele, informações da atualidade, utilizando veículos de comunicação (jornal, revista, rádio, televisão etc.) para difundi-las. Pode ser entendido como a abordagem superficial de um tema, menos interessada em esclarecê-lo do que em agradar o gosto e os interesses populares que estão na moda.

De maneira inequívoca, não existe um conceito preciso de jornalismo, são diversas as interpretações e atividades afins que já foram publicadas. Pressupõe-se que a definição de jornalismo deve se atentar em tudo quanto é fundamental na descrição das leis internas específicas e não pode ter por interesse abranger todos os aspectos do acontecimento. (HUDEC, 1980).

Devido ao desenvolvimento descontrolado da base econômica do capitalismo, o qual levou o nível da superestrutura à geração do que parece ser um entrelaçado das mais diversas concepções, depara-se com inúmeras definições de jornalismo elaboradas por diferentes autores.

Fora das concepções acadêmicas, o jornalismo seria uma extasiante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos. Ou seja, a incansável

luta de captação de telespectadores, ouvintes ou leitores, através de imagens, palavras e sons. (ROSSI, 1980).

Por sua vez, Hudec destaca que o jornalismo é um fenômeno particular da cultura moderna, de tipo manifestadamente ideológico. Encontrando-se sempre vinculado a uma etapa histórica sólida do desenvolvimento socioeconômico, à transformação revolucionária. (HUDEC, 1980).

O jornalismo manifesta os interesses dos múltiplos grupos políticos, constituindo-se como uma tribuna para os seus pontos de vista políticos e ideológicos, sendo ainda um dos mais importantes meios de propaganda de massas, participando efetivamente das atividades sociais.

Ainda conforme Hudec (1980), o jornalismo pode ser compreendido como uma série de materiais escritos ou impressos, falados ou visuais, que de modo documental relatam a realidade social, fundamentalmente a de importância universal, e por meio da propagação por diferentes meios de comunicação possuem grande impacto de massa sobre diferentes tipos de público.

Além da produção jornalística, o jornalismo abarca do mesmo modo as várias profissões exercidas no seu domínio. No contexto social, o jornalismo é matéria de investigação, de estudo científico e de ensino. (HUDEC, 1980).

Pesquisando-se a esfera do jornalismo no Brasil, verifica-se que em 1949 foi aprovado o seu primeiro Código de Ética, pelo II Congresso Nacional de Jornalistas, realizado em Salvador, Bahia, dois anos depois da formatura da primeira turma de profissionais pela Universidade do Brasil.

No ano de 1968, de acordo com André (1994), aprovava-se o segundo Código pelo XII Congresso Nacional de Jornalistas de Porto Alegre, que perdurou por 17 anos. Em 1985, tal Código foi substituído na Conferência/Congresso de Jornalistas no Rio de Janeiro. O último texto aprovado se encontra sob a vigilância da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais – FENAJ, confirmado no XXI Congresso Nacional de Jornalistas em São Paulo, no ano de 1986.

A Associação Nacional de Jornais (ANJ) foi fundada em 17 de agosto de 1979, desenvolveu seu Código de Ética próprio no ano de 1991, voltado basicamente para os jornais. Tanto o Código de Ética do Jornalista como o Código de Ética dos Jornais são documentos de grande importância para aqueles que exercem atividades relacionadas à comunicação. De acordo com André (1994), tais documentos assim se apresentam:

O Código de Ética do Jornalista estabelece normas referentes à atuação do profissional em qualquer relação. No contexto do Direito à Informação, cabe ao jornalista dos meios de comunicação pública divulgar informações, corretas e precisas, ajustando-se à ocorrência verdadeira dos fatos, objetivando o interesse social e coletivo (arts. 2º e 3º).

Por ser, a informação, um direito inerente à sociedade, a censura ou autocensura é tida como um delito contra a sociedade. Portanto, a prestação de informações por empresas públicas ou privadas, cuja atividade produzam efeitos na vida da sociedade, constitui-se como uma obrigação social (arts. 1º, 4º, 5º).

André (1994) salienta ainda que, dentro dos parâmetros do Código de Ética a Conduta Profissional do Jornalista está compreendido os deveres e compromissos no exercício da função, e essa se define como uma atividade de natureza social de finalidade pública, comprometendo-se em apurar os acontecimentos, divulgá-los de modo correto e principalmente buscar a legitimidade dos fatos (arts. 6º, 7º, 8º). O art. 9º da Conduta Profissional do Jornalista, inciso II, estabelece como deveres do jornalista: divulgar todos os fatos que sejam de interesse público; lutar pela liberdade de pensamento e expressão; defender, valorizar, honrar e dignificar o livre exercício da profissão; opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos do Homem; combater e denunciar todas as formas de corrupção, principalmente quando exercida com o objetivo de controlar a informação; respeitar o direito à privacidade do cidadão e prestigiar as entidades representativas e democráticas da categoria. (ANDRÉ, 1994).

Já o artigo 10 expõe atos e ações que não cabe ao jornalista como: aceitar oferta de trabalho não remunerado em desacordo com o piso salarial da categoria ou com a tabela fixada por sua entidade de classe; submeter-se a diretrizes contrárias a divulgação correta da informação; frustrar a manifestação de opiniões divergentes ou impedir o livre debate; concordar com a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, políticos, religiosos, raciais, de sexo e de orientação sexual e exercer cobertura jornalística, pelo órgão em que trabalha, em instituições públicas e privadas onde seja funcionário, assessor ou empregado.

Referindo-se a Responsabilidade Profissional do Jornalista, verifica-se que ao jornalista se atribui toda responsabilidade pelas informações divulgadas,

desde que seu trabalho não tenha sido alterado por terceiros, tendo ainda todo o apoio político e social, em suas responsabilidades e deveres, das entidades representativas da categoria (arts. 11 e 12). O art. 13 do Código de Ética do Jornalista explana os fatos que devem ser evitados de divulgação pelo profissional. Fatos como os de interesse de favorecimento pessoal ou vantagens econômicas; de caráter mórbido e oposto aos valores humanos. (ANDRÉ, 1994).

O jornalista tem por dever, antes da divulgação dos fatos, ouvir todas as pessoas objeto de acusação não comprovadas, feitas por terceiros e não suficientemente verificadas, respeitar todas as pessoas mencionadas na divulgação, garantido o direito de resposta a todos os envolvidos, caso haja equívocos e erros, deve ainda preservar a língua e a cultura nacionais, defendendo o exercício da soberania nacional em todos os aspectos, prevalecendo sempre a opinião da maioria, respeitados os direitos das minorias (arts.14 a 17). (ANDRÉ, 1999).

Na Aplicação do Código de Ética, as infrações ao presente Código serão apuradas e analisadas por uma Comissão Ética, eleita em Assembléia Geral da categoria, por voto secreto, contendo cinco membros com mandato coincidente com o da diretoria do Sindicato (art. 18, § 1º e 2º).

Os jornalistas que descumprirem o presente Código de Ética, estão sujeitos as seguintes penalidades: aos associados do Sindicato, observação, advertência, suspensão e exclusão do quadro social do Sindicato. Aos não associados, de observação, advertência pública, impedimento temporário e impedimento definitivo de ingresso no quadro social do Sindicato. Ressalta-se que a exclusão do sindicalizado e o impedimento definitivo no quadro social do não sindicalizado, apenas poderão ser aplicados após prévio despacho da Assembléia Geral especialmente convocada para este fim (art. 19). (ANDRÉ, 1994).

Qualquer iniciativa poderá ser encaminhada, na forma escrita e identificada à Comissão de Ética, para que seja apurada a existência de violação cometida por jornalista, decidindo sua aceitação fundamentada ou determinando seu arquivamento, tornando pública a decisão, se necessário (arts. 20 e 21). (ANDRÉ, 1994).

A aplicação de penalidade deve ser precedida de prévia audiência do jornalista, que será convocado por escrito, mediante sistema que comprove o recebimento da respectiva notificação, no prazo de dez dias, em que o jornalista poderá responder por escrito dentro deste prazo, ou apresentar suas razões

oralmente no ato da audiência, caso o jornalista não se apresente no prazo estimado, implica a aceitação dos termos da representação (art. 22, § 1º ao 3º).

De acordo com André (1994), a Comissão Ética prosseguirá encaminhando sua decisão às partes envolvidas, no prazo mínimo de dez dias, contados da data marcada para a audiência. No caso da aplicação das penas de suspensão e advertência os jornalistas poderão recorrer à Assembléia Geral, no prazo máximo de dez dias corridos, a contar do recebimento da notificação e caso o autor da representação não concordar com a decisão da Comissão Ética, poderá também recorrer à Assembléia Geral no mesmo prazo (arts. 23 e 24, parágrafo único).

No caso de ser notada a intenção de prejudicar o jornalista, em representação sem o fundamento necessário, será objeto de censura pública contra o seu autor (art. 25).

Analisando-se o Código de Ética dos Jornais, verifica-se que todos os jornais filiados a Associação Nacional de Jornais cumprem normas referentes à manutenção de sua independência; a sustentação da liberdade de expressão, funcionamento sem imposições da imprensa e o livre exercício da profissão; apuração e publicação legítima dos fatos de interesse público, não admitindo que sobre eles prevaleçam quaisquer interesses.

Cabe ainda aos jornais filiados a ANJ, conforme André (1994), defender os direitos do ser humano, os valores da democracia representativa e a livre iniciativa, garantindo o acesso de seus leitores a diferentes versões dos fatos e às várias tendências de opinião da sociedade, assegurar também a publicação de contestações objetivas, de atos ilícitos ou comportamentos condenáveis. Preservar o sigilo de suas fontes, respeitando o direito de cada indivíduo à sua privacidade, exceto quando esse direito constituir obstáculo à informação de interesse público.

Restando saber que tais jornais devem diferenciar, de modo identificável pelos leitores, material editorial e material publicitário, além de corrigir erros que tenham sido cometidos em suas edições.

2.1.1 O jornalista na comunicação integrada

Com o surgimento da tipografia, o jornalismo tem início, auxiliando no desenvolvimento do mundo moderno. A profissão dessa área teve seu início ao fim do século XVII, quando os serviços de correios particulares e notícias transmitidas em folhas volantes, começam a dar lugar a publicações periódicas, editadas por casas especializadas nessas publicações, ou seja, os primeiros jornais.

A comunicação é uma necessidade básica da pessoa humana e não existe por si só. Encontra-se arraigada na vida do homem e da sociedade. Existem autores para quem a comunicação é reflexo da sociedade. De acordo com entendimento de Beltrão (1983, p. 13) "a comunicação é um fenômeno dinâmico que ocorre intencionalmente entre um indivíduo e outro com o objetivo de obter uma reação estabelecendo assim a troca de sentimentos e idéias".

Por sua vez Bordenave (1983, p. 16), refere-se à comunicação como um: "Processo de *informação* que a nível humano chamamos de *comunicação*, é um processo universal, inerente à natureza de toda *organização*, desde a mais rudimentar – um mecanismo sem vida – até a mais complexa – a sociedade humana".

Mesmo apresentando diferentes conceitos, a comunicação é um processo dinâmico que ocorre entre pessoas, para troca de idéias e sentimentos, na qual o meio ambiente interfere.

De acordo com Weber (*apud* RUDIGER 1998, p. 14):

[...] os jornais não são produto direto do capitalismo, tendo relação histórica com o processo de construção do Estado Moderno. O Estado precisava de novos meios de comunicação para estender sua dominação sobre o território e garantir o governo da população.

Era o Estado que promovia e sustentava os primeiros trabalhos jornalísticos. Contudo, havia também a necessidade do Estado em determinar uma comunicação com a classe dominante da época, a burguesia, promovendo o aparecimento de um grupo político de imprensa crítica, onde a burguesia pôde realizar sua revolução industrial.

No contexto desse período, Hudec (1980, p. 24) afirma que: “[...] o jornalismo tornou-se um instrumento extremamente eficiente de promoção de poder político da burguesia, da sua posição dominante na economia, na esfera da ideologia e em todas as outras áreas da vida social.”

Esse autor corrobora da mesma forma, destacando que pela influência que os meios de comunicação exerciam sobre a sociedade, passaram a se concentrar em poder dos grupos dominantes capitalistas, com o intuito primordial de controle da sociedade.

Pereira (2000) acrescenta ainda que os jornais tornaram-se empreendimentos de grande porte. O tradicional proprietário, que possuía um ou dois jornais como negócio familiar, deu lugar ao desenvolvimento de organizações de grande porte de muitos jornais e meios. Essa mudança na base econômica da indústria jornalística representou um período de consolidação e concentração.

Nesse contexto, o jornalismo moderno surge a partir do aparecimento da redação. Os periódicos obtêm certa independência, gerando concorrência entre os grupos políticos. Dessa forma, assumem a responsabilidade pela redação, distanciando-se dos assuntos políticos. Lembrando-se que os jornais são meios de comunicação pública de opinião geral e que abrangem qualquer área.

No contexto brasileiro, em 1808, surge o jornal, que também era patrocinado pelo Estado. A Imprensa Régia, criada por Dom João VI, publicou a Gazeta do Rio de Janeiro. De acordo com Mattelart (1999) a intervenção do Estado assegurava a censura e mantinha o ofício tipográfico. Após a Independência do Brasil, as publicações independentes, ganharam espaço, exercendo papel importante nas lutas políticas.

De acordo com entendimento de Sodré (1983), a passagem do século XIX para o século XX representa para o Brasil a transição da pequena para a grande imprensa. Os pequenos jornais e as folhas tipográficas de estrutura simples abdicaram de seus postos para as empresas jornalísticas que dispunham de equipamento gráfico necessário para execução da sua função.

As grandes transformações acontecidas no Brasil, desde os fins do século - com o fim do escravismo e o advento da República -, corresponderam ao avanço das relações capitalistas no Brasil e, conseqüentemente, o avanço progressivo da burguesia. É nesse contexto que se situa a passagem da imprensa artesanal à imprensa industrial, da pequena à grande imprensa. (PEREIRA, 2000).

A partir desse momento, o jornal será uma empresa capitalista de menor ou maior porte. Pode-se afirmar ainda que o *jornal romântico*, como aventura isolada, de propriedade individual, desaparece nas grandes cidades, sendo relegado ao interior, onde ainda pode ser encontrado na atualidade.

Por outro lado, com a edificação do Estado Nacional o jornalismo brasileiro se funde. Neste período, os grupos políticos usaram a imprensa na formulação de opiniões, gerando o vínculo de políticos e a profissão de jornalistas. Daí se originam as primeiras redações dando ao jornalismo um conceito próprio. (HUDEC, 1980).

A profissão jornalística é atividade própria da comunicação de massa, isto é, de um processo industrializado de troca de mensagens culturais via instrumentos eletrônicos ou mecânicos de alcance universal. A conceituação da profissão jornalística pode ser dada por Beltrão (1980, p. 27): “[...] a informação de idéias, situações e fatos atuais, interpretados à luz do interesse coletivo e transmitidos periodicamente à sociedade, com o objetivo de difundir conhecimentos e orientar a opinião pública, no sentido de promover o bem comum”.

Para Amaral (1987, p.16), o jornalismo é “o estudo do processo de transmissão de informação, através de veículos de difusão coletiva, com características de atualidade, periodicidade e recepção coletiva”. Bahia (1990, p. 9) também apresenta a mesma linha de pensamento: “A palavra jornalismo quer dizer apurar, reunir, selecionar e difundir notícias, idéias, acontecimentos e informações gerais com veracidade, exatidão, clareza, rapidez, de modo a conjugar pensamento e ação (...) o jornalismo é uma arte, uma ciência, uma técnica”.

O profissional do jornalismo é caracterizado por Hudec (1980, p. 69):

Os jornalistas são todos os profissionais criativos das redações da imprensa periódica com um conteúdo atual, das agências noticiosas, dos programas jornalísticos da rádio e da televisão e dos documentários noticiosos. A sua atividade tem uma importante natureza ideológica e política, porque contribui efetivamente para influenciar e exprimir as opiniões e as atitudes de diversos grupos de público em relação aos fenômenos sociais da atualidade. Os jornalistas partem de interesses e objetivos ideológicos e políticos de classe. Nesta base, participam na seleção da realidade social atual, a que dão uma forma jornalística, criam e preparam peças e unidade de trabalho jornalístico (escrito, sonoro, por imagens, ou em combinação) e tomam parte na planificação e avaliação daquela produção que é maciçamente divulgada através da multiplicação.

Conforme o Decreto-lei 972, de 17 de outubro de 1969 e o Decreto 83.284, de 13 de março de 1979, a prática da atividade jornalística fica regulamentada. De acordo com a Federação Nacional dos Jornalistas (1994, p. 4) o espaço de trabalho dos jornalistas compreende além das redações, a Assessoria de Imprensa, que engloba o serviço de administração das notícias jornalísticas e movimento das fontes para veículos de comunicação.

Na época presente, Erbolato (1991) salienta que os meios de comunicação de massa têm sofrido alterações profundas. O livro e o jornal, que eram tradicionais, receberam o impacto do cinema, do rádio, da televisão e também da Internet. A própria imprensa muito se beneficiou com o progresso, em especial no campo da eletrônica, o que permite a divulgação de informações de maneira ampla e rápida.

Acerca do progresso da comunicação Kunsch ressalta:

Exigem-se profissionais especializados em jornalismo, relações públicas e marketing, fazendo desaparecer a figura do assessor de imprensa ou do profissional de relações públicas como o gestor da política de comunicação organizacional. (1997, p.96).

2.2 CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE

Na produção de notícias, por um lado está a cultura profissional; já, por outro, as restrições ligadas à organização do trabalho sobre as quais são criadas convenções profissionais definidoras da notícia e que legitimam o processo produtivo, desde a captação do acontecimento, passando pela produção, edição até a apresentação.

De acordo com Pereira (2000), como resultado estabelece-se um conjunto de critérios de relevância que definem a noticiabilidade de cada acontecimento. Ou seja, a sua capacidade para ser transformado em notícia.

Pode-se também dizer que a noticiabilidade corresponde ao conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os órgãos de informação enfrentam a tarefa de escolher, cotidianamente, de um entre um número

imprevisível e indefinido de fatos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias. (WOLF, 1994, p.170).

A noticiabilidade está relacionada de forma direta com os processos de rotinização e estandardização das práticas produtivas. Em seguida, trata-se de introduzir práticas produtivas estáveis, numa *matéria-prima* (os fatos que acontecem no mundo), que é por natureza muito variável e difícil de se prever.

O conjunto de fatores que determina a noticiabilidade dos acontecimentos assegura a cobertura jornalística, mas torna difícil o aprofundamento de muitos aspectos importantes dos fatos, que são deixados de lado. Sendo assim, acrescenta Pereira (2000), a noticiabilidade constitui-se um elemento de distorção involuntária da cobertura informativa dos *mass media*¹.

À medida que se admite a noticiabilidade como o conjunto de elementos pelos quais a empresa jornalística controla e administra a quantidade e o tipo de acontecimentos, entre os quais vai selecionar as notícias, é possível creditar os *valores/notícia* como um componente da noticiabilidade.

Pereira (2000) salienta que esses *valores/notícia* vão definir quais os acontecimentos que são suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícias. São as diferentes relações e combinações que se dão entre diferentes *valores/notícia*, que vão determinar a seleção de um fato. Outro aspecto a ser levado em conta é que os *valores/notícia* são critérios de relevância espalhados ao longo do processo de produção.

Um aspecto que faz parte da própria natureza dos *valores/notícia* é que eles são dinâmicos, mudam no tempo. Embora mostrem uma forte homogeneidade no interior da cultura profissional, não permanecem sempre os mesmos. À medida que acontecem mudanças na esfera informativa, há um reajustamento e uma redefinição dos valores/notícias.

Wolf (1994, p.179-180) assegura que os *valores/notícias* são derivados de conjeturas implícitas ou de considerações relativas:

- a) às características substantivas das notícias, ao seu conteúdo (diz respeito ao acontecimento a transformar em notícia);
- b) à disponibilidade do material e aos critérios relativos ao produto informativo (diz respeito ao conjunto dos processos de produção e realização);

¹ Sistemas organizados de produção, difusão e recepção de informação.

- c) ao público (a imagem que os jornalistas têm acerca dos destinatários);
- d) à concorrência (diz respeito às relações entre os *mass media* existentes no mercado informativo).

Esse autor ainda destaca que os *valores/notícia* contribuem para tornar possível a rotinização do trabalho jornalístico. São contextualizados no processo produtivo onde adquirem significado, desempenham a sua função e se revestem daquela aparência que os torna elementos dados como certo. É o chamado *senso comum* das redações. Acredita-se que a análise das principais rotinas produtivas admite a descrição do contexto prático-operativo em que os *valores/notícia* ganham significado, em que o processo de construção da notícia se revela.

O elemento fundamental das *routines* produtivas, isto é, a substancial escassez de tempo e de meios, acentua a importância dos valores/notícia, que se encontram, assim, profundamente enraizados no processo produtivo. (WOLF, 1994, p.195).

As principais fases da produção diária da informação são: a captação, a seleção e a apresentação. Na primeira fase, chamada de recolha, dá-se a captação das matérias necessárias para se dar forma a um noticiário ou a um jornal. Um componente fundamental dessa fase são as fontes, divididas entre as propriamente ditas e as agências de informação. As primeiras são as instituições, pessoas ou aparelhos que podem virar notícia. (WOLF, 1994, p. 196).

As agências de informação são as grandes agências de imprensa internacionais ou nacionais que constituem uma das principais fontes de produção de matérias noticiáveis. No Brasil, entre outras, pode-se citar: a Agência Estado, a Agência JB e a Agência Globo. A *Associated Press*, *United Press International* e a *Agence France Press* são exemplos de agências supranacionais (PEREIRA, 2000).

Ainda sobre o processo de seleção dos acontecimentos, esse é baseado na avaliação dos critérios de noticiabilidade ou de relevância dos fatos a serem analisados. Isto é, “para além das variações ligadas à diversidade do contexto e a diferenças organizacionais”. (WOLFF, 2003, p. 257). O processo de produção das notícias necessita primordialmente que seja eficiente. Neste caso, a eficiência significa fornecer ao público o que pode ser de seu interesse no tempo necessário.

O número de critérios de notícia ou de relevância e de importância de uma notícia costuma variar de acordo com a interpretação e alguns autores. Lage (2001, p. 93) refere-se a eles como “avaliações empíricas” e considera a existência de: proximidade, atualidade, identificação, intensidade, ineditismo e oportunidade.

De acordo com entendimento de Wolf (2003, pp. 208-214), os “critérios substantivos” da notícia articulam-se primordialmente em dois fatores: a importância e o interesse da notícia. Por sua vez, a importância compreenderia quatro variáveis:

1. “grau hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento noticiável”;
2. “impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional”;
3. “quantidade de pessoas que o acontecimento (de fato ou potencialmente)” envolve;
4. “relevância e significatividade do acontecimento em relação aos desenvolvimentos futuros de uma determinada situação” como numa campanha eleitoral, por exemplo.

Se as notícias avaliadas como importantes são selecionadas de modo obrigatório, o elemento interesse permite uma avaliação mais aberta à subjetividade. O motivo de tal avaliação se dá porque:

[...] histórias de pessoas comuns que passam a agir em situações insólitas, ou histórias de homens públicos, observados em sua vida privada; b. histórias em que há uma inversão de papéis (‘o homem que morde o cão’); c. histórias de interesse humano; d. histórias de feitos excepcionais e heróicos. (WOLF, 2003, p. 214).

Escrever a notícia, de acordo com entendimento de Massarani e Moreira (2001), significa tornar um acontecimento acessível pelo maior número possível de pessoas, tarefa difícil quando se trata de um texto científico. Esses autores ainda acrescentam que quem escreve textos científicos:

[...] colocam os problemas de pesquisas, teorias e métodos de pesquisa no início do artigo. Então apresentam os dados e finalmente dão sua conclusão. É muito lógico para o cientista, mas não para o jornalista. Às vezes, os resumos constituem um rápido indicador da importância ou interesse do assunto para a notícia, mas com muita frequência, oferecem apenas um relato seco ou quase etéreo do que realmente aconteceu. Além disso, na conclusão, o cientista deve apresentar as suas palavras mais fortes e convincentes. (MASSARANI e MOREIRA, 2001, p. 74).

Basicamente, quando consulta o documento científico formal, o jornalista não consegue saber se aquela pesquisa reúne características necessárias para que se torne notícia, isso expressa a dificuldade em saber se tem significação para a ciência, ou capacidade de causar impacto a um grande número de leitores, ou ainda, se atende às necessidades desses leitores, dificultando assim o feeling técnico. (BURKETT, 1990, p. 75).

No momento da construção de um texto jornalístico ao selecionar e ordenar os dados de um texto faz-se necessário que o jornalista mensure a importância ou interesse daquele fato. Utiliza, com isso, critérios de avaliação formal, “considerando constatações empíricas, pressupostos ideológicos e fragmentos de conhecimento científico”. (LAGE, 2001, p. 92).

2.3 ÉTICA NO JORNALISMO

O ser humano na sua essência é imutável, pois se mudar sua essência, deixa de ser humano e torna-se um outro ser; é neste sentido que se indaga quando o homem começou a existir ou como o evolucionismo estuda quando ocorreu o processo de humanização; deve ter ocorrido um momento em que a natureza se definiu como “humano”. (CAMARGO, 1999).

Dessa maneira, se é possível chamá-los de “homens”, a natureza, na sua essência, é a mesma, e, como resultado, seu comportamento deveria ser o mesmo. No entanto é mais do que notória a diversidade de atitudes tanto em termos de tempo como de espaço; contudo, mesmo no meio desta diversidade, o que o homem procura é a realização do seu ser, que é imutável. Pode-se apontar algumas razões das divergências do comportamento humano, sem entrar no mérito do julgamento da consciência individual.

Desde Sócrates, o trabalho da Ética é questionar a origem e a essência das virtudes. Os questionamentos que a ética faz aos indivíduos morais se referem a como é possível saber se uma conduta é boa ou má, ou porque se deve escolher a justiça, a honestidade e a verdade e não a injustiça, a desonestidade e a mentira como referências de comportamento.

Há outro entendimento de ética: ela se refere ao senso moral sobre o individual, e à necessidade que o ser humano tem de seguir princípios que proporcionem coerência à sua vida, bem como ao relacionamento com a individualidade dos outros.

De acordo com entendimento de Chauí (1994), enquanto área de conhecimento, a ética investiga dois momentos dos modos de existência do ser humano:

- O individual, quando seus assuntos são os princípios e suas palavras-chaves são o certo e o errado;
- O coletivo, quando seu assunto é a justiça e suas palavras-chaves são o justo e o injusto.

Muitas vezes, uma mesma postura ou crença pode ser considerada certa por uma pessoa e errada por outra. Mas, como se deve denominar uma postura ou crença que seja certa para todos? Nestes casos, deve-se usar os termos justo e injusto.

É preciso que o profissional saiba diferenciar a ética da moral, onde a moral, por sua vez, estabelece regras para garantir a ordem independente de fronteiras. Em determinadas ocasiões as propostas da ética podem parecer justas ou injustas. Ética é diferente da moral porque não estabelece regras concretas.

A reflexão é o ponto de parte da ética profissional. Quando a pessoa escolhe a profissão, passa a ter deveres profissionais obrigatórios. Mesmo quando você exerce uma carreira remunerada, não está isento das obrigações daquela carreira.

A grande concorrência, nas organizações, coloca as pessoas em combates infundáveis, lutando por partes de mercado, concorrendo por posições de destaque dentro das instituições e fora delas. Na procura exaltada pelo prestígio, manutenção do "status", reconhecimento, lucratividade e poder, muitas vezes, a ética é deixada de lado.

De acordo com Camargo (1999) uma organização ou entidade tem que ser divisada com um elemento funcional do contexto social (cultural, político, econômico, entre outros) e esse fato sujeita, obrigatoriamente, a compromissos e responsabilidades que elas (organização ou entidade) precisam ter com a sociedade como um todo.

Harmonizar interesse pessoal, com objetivos comuns, por vezes origina um comportamento nomeadamente ético, de respeito ao próximo, respeito à concorrência, aos clientes, às leis, entre outros.

A ética não é um valor adicionado, mas essencial da atividade econômica e institucional, uma vez que necessita de uma enorme quantidade de fatores humanos, onde os seres humanos desempenham, de maneira inevitável, uma importância ética. A empresa, enquanto instituição competente de assumir decisões e como conjunto de relações humanas com um desígnio determinado, já tem, desde seu início, uma importância ética.

De acordo com Bucci (2000, p. 14)

A ética do jornalismo não trata originalmente de premissas institucionais (embora as pressuponha), mas lida com o campo abrangido pelas decisões individuais dos jornalistas. E isso não pode perder de vista quando se quer compreender como os preceitos foram estabelecidos. Mas que um rol de normas práticas, a ética jornalística é um sistema com uma lógica própria.

Do ponto de vista jornalístico, uma das formas de se observar o valor da ética pode ser através da teoria do espelho, essa foi concebida como o primeiro conjunto de princípios fundamentais voltados para o jornalismo, é uma consequência do surgimento da imprensa informativa e da ideologia da objetividade. A teoria do espelho diz que “as notícias são como são porque a realidade assim o determina;” (TRAQUINA, 2001, p. 65).

Esse ponto de vista surge influenciado com a invenção da fotografia. Nessa teoria, o jornalista deveria ser como o fotógrafo: relatar a realidade da maneira como ela se apresenta, sem intervenção subjetiva. Essa visão ganhou seu bordão com uma declaração de um correspondente da *Associated Press*, em 1856: “O meu trabalho é comunicar os fatos: as minhas instruções não permitem qualquer tipo de comentário sobre os fatos, sejam eles quais forem.” (TRAQUINA, 2001, p. 66).

É defendido através dessa teoria que o jornalista não interfere na realidade dos fatos, sempre procurando refletir a verdade, sem emitir opiniões pessoais. Nomeando a imprensa como mediadora fiel entre os fatos e o público. (OLLIVEIRA, 2003).

Para esse autor, este é um discurso funcionalista, preso à ilusão positivista de objetividade e que é, ainda na atualidade, é bastante utilizado para justificar a atividade da produção da notícia.

Apesar de, muitas vezes, a imprensa apresentar exemplos onde se comprova a ineficiência da teoria do espelho para explicar o processo de produção jornalística, sua utilização se prende ao fato de a credibilidade dos veículos de comunicação e dos jornalistas ser relacionada à premissa social de que devem ser imparciais de acordo com as normas éticas da sua profissão, e isso é o que tem perpetuado em tal discurso. (OLIVEIRA, 2003).

3. O “CASO PAULA OLIVEIRA”

3.1 CARACTERÍSTICAS E FALHAS

A humanidade vive em uma era com inúmeras e avançadas tecnologias, diante disso, a imprensa usa dessas tecnologias para estar presente a qualquer hora que o leitor sentir necessidade. Essa explosão de informação disponível deixa o consumidor saturado e sem tempo de ir mais a fundo no que ouve, vê ou lê fazendo com que as notícias sejam simplesmente aceitas.

Esse caos informativo é uma justificativa plausível para os erros dos jornalistas e editores? Todos sabem do ritmo agitado de uma redação, da concorrência das emissoras e editoras para conseguir um furo. Em alguns meios como a Internet o tempo é ainda mais escasso. De acordo com as alunas de jornalismo do site *focalize* (2009):

É a partir desses erros que o jornalismo comete que se faz raciocinar as relações éticas da mídia, do compromisso com a verdade e não com a vendagem, de como uma mentira pública pode destruir a integridade das pessoas.

Quando o leitor se depara com um caso como o de Paula Oliveira, sente-se em dúvida da veracidade dos meios. Fatos como esses podem mudar o modo de consumir a notícia provocando a necessidade de se avaliar, se discutir mais e não aceitá-las despreocupadamente. Viana (2008) diz: “Se a hipótese do agenda-setting está certa, a mídia exerce grande influência sobre os assuntos que as pessoas irão discutir. O que quer dizer que cabe à imprensa definir os assuntos discutidos publicamente”.

John McNamus (apud CASTILHOS, 2009) apresenta seis regras básicas para identificar notícias tendenciosas:

- 1) Identificar possíveis conflitos de objetivos entre o interesse público e o dos autores ou patrocinadores de uma determinada notícia;
- 2) Identificar o objetivo da notícia. Se ela promove alguma idéia, projeto ou iniciativa comercial, política ou ideológica;

- 3) Identificar os grupos sociais, econômicos e políticos afetados pelo projeto ou iniciativa, destacando se as opiniões dos atingidos foram destacadas adequadamente ou não;
- 4) Examinar cuidadosamente os fatos e alegações publicadas;
- 5) Identificar quem ganha e quem perde com o desenvolvimento do projeto ou iniciativa;
- 6) Verificar como os outros órgãos da imprensa estão tratado o assunto central da notícia.

As notícias que envolvem violência causam grande impacto na população segundo os critérios de noticiabilidade enumerados por Johan Galtung & Mari Holmboe Ruge (1965):

Más notícias são mais interessantes do que boas notícias. Histórias sobre morte, tragédia, falência, violência, destruição, desastres naturais, revoltas políticas ou simplesmente condições climáticas extremas são sempre classificadas acima das histórias positivas como casamentos ou celebrações reais. As más notícias são mais prováveis de serem publicadas do que notícias boas porque elas são mais propensas a ter mais uma pontuação mais alta sobre outros valores-notícia, como amplitude, caráter inesperado, clareza, e significado.

O jornalista define suas pautas de acordo com o interesse do público. No caso da Escola Base o público mostrou interesse e revolta sobre a acusação de abuso sexual e essa “apelação” por justiça da opinião pública pode interferir no trabalho jornalístico. Para Viana (2008):

O jornalismo tem seu compromisso com a sociedade, com a produção de material que atenda ao interesse público. Entretanto, em não poucas ocasiões, percebe-se que a agenda jornalística é definida pelas pressões da opinião pública e pela incessante busca de notícias que vão de encontro ao “interesse do público”. É curioso notar que em casos de violência não rotineira surge uma espécie de curiosidade mórbida nas pessoas, que se preocupam em saber detalhes escabrosos dos crimes.

A manipulação sofrida pela mídia por seus personagens principais nos casos “Escola Base” e “Paula Oliveira” Levam à reflexão sobre o dever jornalístico baseado em seu código de ética e até mesmo sobre questões morais relativas à sociedade em geral. Como a manipulação das vítimas e do poder público sobre a imprensa pode ser discutida?

Notícias como o caso de Paula levam a analisar a ética dos jornalistas e os critérios de noticiabilidade e até mesmo a credibilidade dos meios de comunicação. A imprensa usa os acontecimentos para fazer e veicular notícia,

nesse caso, Paula usou a imprensa para divulgar sua história assim como o delegado Edécio e as mães dos alunos da Escola Base.

De acordo com o Código de Ética do Jornalista Brasileiro, os jornalistas têm tanto o dever de informar como o de investigar. Conforme o Artigo 1º do código citado: “O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros tem como base o direito fundamental do cidadão à informação, que abrange seu o direito de informar, de ser informado e de ter acesso à informação.” Já o Artigo 12º diz que o jornalista deve:

- I - ressalvadas as especificidades da assessoria de imprensa, ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, o maior número de pessoas e instituições envolvidas em uma cobertura jornalística, principalmente aquelas que são objeto de acusações não suficientemente demonstradas ou verificadas;
- II - buscar provas que fundamentem as informações de interesse público;
- III - tratar com respeito todas as pessoas mencionadas nas informações que divulgar.

O que é notícia? O que pode virar notícia? Para que um acontecimento passe a ser notícia usa-se um critério de seleção, uma escala de valores chamados de critérios de noticiabilidade. Conforme o Professor Issaaf Karhawi (2009):

O mínimo que se espera de um jornalismo relevante e confiável é a apuração dos dados. Em um trabalho investigativo, ou tratando assuntos delicados, é mais que necessária a apuração precisa das informações. Escutar os dois lados do fato, por exemplo, é imprescindível. No entanto, a ânsia pelo furo jornalístico, pela notícia de capa – pelo escândalo – acaba falando mais alto que a ética. O jornalista deve em seu cotidiano colocar em prática o bom-senso. O furo, a disputa pela audiência, a investigação são necessárias e saudáveis, mas não devem ser legitimadas quando de costas para a ética.

O “caso Paula Oliveira” leva-nos a crer que houve uma falha no processo de elaboração e veiculação da notícia. O trabalho jornalístico é dividido em quatro partes básicas: pauta, apuração, redação e edição. As fontes são entrevistadas na parte de apuração de uma matéria onde possivelmente essa falha ocorreu. Na publicação inicial desse caso apenas uma fonte foi ouvida, Paula. Entre os critérios de noticiabilidade, para o autor João Canavilhas: “Clareza - A inexistência de dúvidas em relação ao acontecimento é diretamente proporcional às hipóteses de ele passar a notícia”.

Casos como esses acontecem com freqüência e os leitores não se dão conta. A imprensa de um modo geral vive o corre-corre das redações, a pressão de conseguir um furo jornalístico, o desejo de sempre querer ser o primeiro.

Os jornalistas, submetidos às exigências que as pressões ou as censuras de poderes internos e externos fazem pesar sobre eles, e, sobretudo a concorrência, portanto a urgência, que jamais favoreceu a reflexão, propõe muitas vezes, sobre os problemas mais candentes, descrições e análises apressadas, e amiúde imprudentes; e o efeito que produzem, tanto no universo intelectual como no universo político, é ainda mais pernicioso, às vezes, porque estão em condição de se fazer valer mutuamente e de controlar a circulação dos discursos concorrentes, como os da ciência social. (BOURDIEU, 1997, p. 733).

Mas isso justifica os erros? A concorrência entre os meios gera um ritmo frenético de repórteres e editores e por conseqüência, a irresponsabilidade informativa. Contudo nota-se que com este caso de Paula Oliveira, houve uma despreocupação com as conseqüências de uma informação mal investigada.

A obsessão com o furo, a tendência a privilegiar sem discussão a informação mais recente são também algumas críticas que Bourdieu faz aos jornalistas. “Concordar com elas é uma forma de autocrítica e também forma de melhorar a atuação desse profissional”. (CAPUTO, 2006, p. 27).

Moretzsohn (2009) diz em seu artigo que:

A questão era – e sempre foi, e sempre será – como publicar, quando não se tem certeza absoluta de uma informação.
É algo elementar para qualquer jornalista, mesmo para qualquer estudante de jornalismo: em casos assim, sobretudo quando há dificuldade de acesso aos dados que comprovem uma denúncia grave, é fundamental a remissão à fonte. Do contrário, compra-se uma história como verdadeira e corre-se o risco de fazer o jogo de quem informa. Ou seja, o jornalista descumpra sua função primordial de mediador entre os fatos e o público, anula seu distanciamento, abdica do senso crítico.

Os meios de comunicação são responsáveis por serem formadores de opinião. As várias versões e suposições do caso deixaram o leitor no mínimo confuso, levantam questionamentos sobre o uso da credibilidade já estabelecida, dos critérios de noticiabilidade e principalmente sobre a ética jornalística.

No Caso Escola Base as *mea culpas* da imprensa não foram suficientes para reestruturar a vida dos acusados já prejudicados financeira e psicologicamente. Há um enorme abismo entre as desculpas e o impacto

das notícias. Durante todo o caso foi possível teorizar um anti-jornalismo debruçado em fontes contraditórias e nada profissionais, matérias sem crédito, acusações sem embasamento.

[...]É papel do jornalista informar e isso inclui, sem dúvidas, noticiar denúncias. No entanto, prevalece a lei máxima do Direito Penal: "In dúbio pro reo" (Em dúvida a favor do réu, ou o nosso adaptado, "todo mundo é inocente até que se prove o contrário"). Não sendo assim a grande vilã da história será sempre a imprensa." (PROFESSOR ISSAAF KARHAWI, 2009).

"Ao se imaginar a postura de um jornalista e de um pesquisador diante da mesma imagem, uma foto de um grupo de garotos em torno de um corpo de um menino, morto no chão, numa situação dessas, provavelmente os meninos riem". (CAPUTO, 2006). Nessa suposição acredita que o jornalista, pressionado pela urgência e obsessão com o furo, percebe o real com rapidez e publica a foto no dia seguinte.

O texto apressado do jornalista irá dar ênfase à banalização da violência. Se o pesquisador estiver preocupado com as tensões do real, e avisado das interferências que a máquina do fotógrafo pode provocar no real observado, se perguntará: "As crianças riem do corpo morto no chão ou para a máquina do fotógrafo?".

Bourdieu (1997) denomina violência simbólica tudo que pode afetar e distorcer as respostas. O gravador pode mudar o comportamento do entrevistado que pode omitir informações fundamentais pelo fato de saber que o que diz está sendo gravado, por exemplo. Bourdieu chama a atenção para os sinais de feedback que pesquisadores fornecem ao entrevistado aprovando suas respostas.

"O pesquisador deve esforçar-se ao máximo para "dominar os efeitos (sem pretender anulá-los); quer dizer, mais precisamente, para reduzir ao máximo a violência simbólica que se pode exercer através deles" (BORDIEU, 1997, p. 695).

Bourdieu critica os jornalistas não porque despreza a profissão, pelo contrário, ele sabe do papel importante que estes têm na sociedade e por isso adverte tanto. Uma de suas críticas refere-se ao que chama de visão des-historicizada e des-historicizante, atomizada e atomizante do jornalista.

Para esse autor, o jornalista costuma arrancar o fato da história e tomá-lo como um fragmento. Ocupações, violência, aumento da criminalidade, corrupção descolados da história são escritos e lidos como fenômenos naturais como furacões, terremotos ou maremotos. Em geral os manuais de redação se baseiam na

legislação vigente para definir como irão se referir a acontecimentos que envolvam propriedades de terra, por exemplo.

Para Bourdieu (1997, p. 108-9), os sociólogos podem fornecer aos jornalistas, lúcidos e críticos, "os instrumentos de conhecimento e de compreensão, eventualmente até de ação, que lhes permitiriam trabalhar com alguma eficácia para controlar as forças econômicas e sociais que pesam sobre eles próprios". Esse autor se referiu aos sociólogos especificamente, mas sua insistência sinalizava para a necessidade de o jornalista aprender com a pesquisa, em diversas áreas do conhecimento, a não mutilar o fato observado de seu contexto, de sua história.

3.2 ANÁLISE DA REVISTA ISTO É

Na edição nº 2049 da revista *Isto é*, publicada no dia 18 de fevereiro de 2009 a matéria sobre o "caso Paula Oliveira" é escrita por Rodrigo Cardoso. Está na seção *Comportamento* trazendo no título a seguinte pergunta: "Vítima da intolerância?". Com o subtítulo "Brasileira denuncia ter sido agredida por neonazistas na Suíça, e a polícia local suspeita de autoflagelo".

A manchete coloca em dúvida a versão apresentada pela vítima trazendo a suspeita da polícia suíça. Podemos verificar o verbo "ter" no modo infinitivo "[...] denuncia ter sido [...]" no subtítulo da matéria, tirando a responsabilidade pela afirmação da revista.

A reportagem contém duas páginas. A primeira com duas fotos de Paula sendo uma grande com Paula de lado mostrando a barriga. A segunda foto é menor e mostra somente o corpo com as marcas da agressão contendo uma legenda em cima da foto "CORTES Paula teve o corpo marcado com a sigla do SVP, partido de extrema direita do país". No texto da legenda podemos notar que o verbo está no passado simples "Paula teve o corpo marcado [...]" parecendo estar acreditando na história enquanto que no título há um cuidado de não assumir a denúncia.

O texto começa trazendo no primeiro parágrafo e descrição da agressão contada por Paula:

Ela foi socorrida apresentando no corpo uma centena de ferimentos. Contou que recebeu chutes e, em um ato de covardia de seus agressores, vestidos de preto e de cabeças raspadas, teve pernas, braços, barriga e costas retalhados por um canivete.

Afirma que estava grávida de três meses de gêmeas e que perdeu os bebês por consequência da agressão. O parágrafo termina dizendo que a história narrada pela brasileira choca pela violência. Podemos notar que no primeiro momento o texto não põe em dúvida a versão da vítima trazendo a descrição dos fatos como foi contado por Paula.

O segundo parágrafo segue a mesma linha trazendo além de detalhes da história, informações pessoais de Paula. Estava de casamento marcado para o mês seguinte com um consultor de investimentos suíço. O texto segue mostrando a história contada por Paula. Ela falava no celular com sua mãe em português no momento do ataque. Estava perto de uma estação de trem a três quilômetros de Zurique quando foi cercada por três homens com aparência neonazista sendo que um deles possuía uma suástica tatuada na nuca.

Ao longo da descrição os fatos são narrados em tom de afirmação: “Ela foi socorrida [...]” “estava grávida de três meses [...]” “[...] quando foi cercada por três homens [...]”, etc. Ainda no segundo parágrafo mais detalhes do caso, porém em alguns momentos o tom da descrição muda da afirmação para a possibilidade. “Ao final do ataque, na segunda-feira 9, os criminosos teriam escrito nas coxas da brasileira a sigla SVP (Partido Popular Suíço) com canivete”. O parágrafo segue falando que Paula não foi roubada, nem molestada sexualmente e que estava legalmente na Suíça como funcionária da empresa dinamarquesa Maersk. Em seguida outra frase tirando o peso da afirmação da revista e colocando nas palavras de Paula. “Seguiu para um banheiro público, onde teria abortado”. O parágrafo é concluído em tom de solidariedade dizendo que a brasileira: “Foi socorrida no local por policiais, mas em vez de encontrar amparo encontrou desconfiança. Eles colocaram em dúvida sua história sugerindo autoflagelo”.

O terceiro parágrafo da matéria muda de descrição do caso contado pela vítima para a opinião do governo brasileiro que através da afirmação da consulesa do Brasil em Zurique, Vitória Cleaver os elementos do caso indicavam preconceito contra uma imigrante: “Trata-se de um ataque xenófobo”. O depoimento do pai de Paula, o assessor parlamentar Paulo Oliveira dá seqüência ao parágrafo “Minha filha

está em estado de choque e eu, sob efeito de tranqüilizantes”. Em seguida o chanceler Celso Amorim é citado falando que ele levantou a possibilidade de sanções contra o governo suíço e de denunciar o caso à Comissão de Direitos Humanos da ONU. Uma citação do presidente Lula conclui o parágrafo “Não podemos ficar calados diante de tamanha violência contra uma brasileira”. Podemos notar que o texto traz depoimentos de fontes que corroboram a versão da brasileira.

A segunda página da matéria traz junto do texto uma foto pequena de Paula e do suíço Marco abraçados com a legenda “UNIÃO Paula e o suíço Marco Trepp haviam marcado casamento para o mês que vem”. A metade da página é ocupada por um infográfico com o título “Onda xenófoba no mundo”. Trazendo dados de ações contra imigrantes em países como: EUA, Espanha, Inglaterra, Itália, Suíça e Cingapura.

No quarto parágrafo, fala que no dia 13 enquanto Paula ainda estava hospitalizada, o caso ganhou outra versão. Aparece então a entrevista do diretor do Instituto de Medicina Forense da Universidade de Zurique, Walter Baer, prestada na sede da polícia onde ele afirmou que com base nos exames de legistas e ginecologistas a brasileira não estava grávida no momento da agressão. A matéria confronta a declaração de Walter Baer com uma citação da madrasta de Paula, Jussara Britto que afirmou que a afilhada esperava gêmeas: “Ela chegou a enviar o ultrassom para a gente, por e-mail”.

Outra declaração de Baer inicia o quinto parágrafo, “Minha conclusão é de que ela mesma fez os ferimentos” e segue com a opinião do diretor que diz que os ferimentos de Paula não são profundos e estão todos ao alcance da mão. Novamente uma declaração de Jussara contrapõe Baer dizendo que ela possui ferimentos nas costas: “Daqui a pouco vão arranjar um cúmplice para Paula para explicar esses cortes”; o parágrafo é concluído com uma frase aparentemente não imparcial para dizer que a polícia continua investigando. “A polícia da Suíça, país onde um terço da população se declara xenófoba, segue investigando o caso”.

A matéria acaba com o sexto e o sétimo parágrafo citando dados de ataques xenófobos na Suíça e na Itália com um tom de apoio a vítima.

Quando olhamos pra título “Vítima da intolerância?” o leitor fica na dúvida do que irá encontrar no texto, porém o questionamento tende para o lado de defesa no momento em que Paula é tratada como vítima. O subtítulo coloca nas mãos do

leitor a situação atual do caso mostrando as duas versões. “Brasileira denuncia ter sido agredida por neonazista na Suíça, e a polícia local suspeita de autoflagelo”.

Podemos verificar que o texto não sustenta a manchete. Em resumo, o texto narra a versão de Paula e ao final traz dois parágrafos sobre ataques xenófobos pelo mundo, além da metade da segunda página com o infográfico sobre xenofobia. O único momento em que a polícia é mencionada no texto é quando fala que ela foi socorrida pelos policiais que desconfiaram de sua história. Não há depoimentos da polícia ou citações diretas. Somente uma fonte contrária é citada, o legista Walter Baer, que imediatamente é confrontado por depoimentos da madrastra de Paula, Jussara Britto. Ainda aparentemente a favor da advogada são citadas as fontes Vitória Cleaver, consulesa do Brasil em Zurique, o chanceler Celso Amorim, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e por fim o pai de Paula, Paulo Oliveira.

A edição nº 2050 da revista *Isto é*, veiculada no dia 25 de fevereiro de 2009 traz a segunda reportagem sobre o “Caso Paula Oliveira”. A matéria feita por Carina Rabelo e Rodrigo Cardoso está novamente situada na seção *Comportamento* trazendo dessa vez uma afirmação em seu título: “Indiciada na Suíça” com o subtítulo “Autoridades do país dizem que a brasileira confessou ter cortado o próprio corpo e inventado gravidez” Podemos notar que há um cuidado maior na manchete ao referir-se ao depoimento da polícia, o texto mostra imparcialidade usando os verbos “ter cortado” e “inventado” no infinitivo em vez de “cortou” e “inventou” em passado simples.

A matéria de uma página traz novamente duas fotos, que são praticamente iguais. A foto maior situada no meio da página, que mostra Paula exibindo a barriga não é a mesma foto da matéria anterior, porém muito parecida. A segunda foto mostra as pernas mutiladas de Paula e é a mesma foto usada na reportagem da edição anterior, só que desta vez está cortada e não aparece a barriga de Paula trazendo agora a seguinte legenda: “AUTOFLAGELO. Paula teria comprado uma faca na saída do trabalho e cortado o próprio corpo no banheiro de uma estação de trem nas proximidades de Zurique”. Comparando com a legenda da edição anterior: “CORTES Paula teve o corpo marcado com a sigla do SVP, partido de extrema direita do país”, sobre a mesma foto, nota-se que desta vez o texto parece mais imparcial em sua narração. Usa-se o verbo infinitivo pessoal, “teria comprado” e “cortado”, retirando a responsabilidade pela afirmação no lugar das afirmações da primeira legenda, “teve o corpo marcado”.

O primeiro parágrafo começa com a frase “De vítima a indiciada” e descreve o resumo da história de Paula com uma diferente forma de abordagem da primeira reportagem. Nesta são usados os termos “disse ter sido”, “que tinha dito” etc. Descreve que na quinta-feira, 19, a promotoria pública da Suíça informou que a advogada Paula Oliveira admitiu a autoridades que havia se automutilado e inventado a gravidez. A confissão por escrito teria ocorrido na semana anterior dia 13, enquanto estava no hospital universitário de Zurique. O parágrafo se encerra com o comunicado: “A brasileira de 26 anos que tinha dito que foi atacada no dia 9 de fevereiro na estação de trem de Stettbach, em Zurique, voltou atrás em suas afirmações à polícia”.

No segundo parágrafo é mostrada a divulgação do depoimento da suposta vítima pelas autoridades suíças, diz que: “[...] ela teria comprado a faca em uma loja de objetos domésticos, na saída do trabalho, e feito os cortes em seu corpo, nos quais se lê SVP (Partido do Povo Suíço), no banheiro da estação”. Em seguida destacada no texto em negrito vem a pergunta O texto continua descrevendo como o Brasil cobrava providências contra o ataque xenófobo das autoridades suíças o que causou um constrangimento diplomático até saber que os exames mostraram que ela não estava grávida quando foi socorrida. A conclusão do parágrafo fala que Paula teria planejado tudo e que os investigadores desconfiavam do envolvimento do namorado, Marco Trepp, 39 anos por ele ter viajado para o interior do país e não ter visitado Paula no hospital.

Na seqüência da reportagem, o terceiro parágrafo cita uma revista e um jornal suíço que especulavam as motivações de Paula. A revista semanal *Die Weltwoche*, diz que a polícia investiga a possibilidade de motivação financeira, processando o estado para obter uma indenização para vítimas de ações xenófobas cujo valor poderia chegar a R\$ 200 mil. A outra publicação *Tages Anzeiger* afirma que a advogada inventou a gestação pra forçar o casamento com o namorado e conseguir o visto de permanência que expira no fim do ano

Iniciado com uma citação de Silvio Oliveira, tio de Paula o quarto parágrafo traz: “Vamos ver se o que ela fez tem a ver com o distúrbio psicológico causado pela doença que ela sofre”. Segunda a família há oito anos ela tem lúpus. Em seguida a doença é descrita como crônica e que provoca a produção de anticorpos que podem atingir os órgãos do sistema nervoso central e gerar surtos psicóticos e também que os portadores podem conviver com problemas como

mudanças de humor, ataques epiléticos e perda de contato com a realidade. A matéria não cita nenhum psiquiatra ou psicólogo como fonte para explicar a doença. Outra citação do tio é colocada no texto: “Se for isso, sinto pena dela. Mas se, do contrário, ela for uma pessoa capaz, é decepcionante para a família”.

A matéria é concluída no quinto parágrafo com informações sobre a defesa da brasileira que será defendida pelo Advogado Roger Müller que planeja usar o lúpus como atenuante. Segue com a informação de que Paula foi enquadrada no artigo 304 do Código Penal suíço, que prevê prisão de até três anos por fraude contra a administração da Justiça. Segue dizendo que segundo a revista *Die Weltwoche*, Vitória Cleaver, côsul-geral acompanhou a confissão de Paula. Termina dizendo que o Itamaraty afirmou que não se pronunciará sobre o fato e continua prestando assistência para a brasileira e sua família, apesar da saia justa provocada pelo episódio.

Podemos notar uma mudança no tom da narrativa em relação à matéria anterior com um cuidado maior na descrição dos fatos. Mostra maior imparcialidade usando infinitivo em vez de passado simples.

3.3 ANÁLISE DA REVISTA VEJA

A primeira matéria sobre o “caso Paula Oliveira da revista *Veja* foi publicada em 18 de fevereiro de 2009 na edição número 2100. A matéria está na seção *Internacional* e não está assinada. O seu título, assim como na revista *Isto é*, é uma pergunta: “Era tudo mentira?” O subtítulo “A polícia suíça diz que a advogada brasileira que teria sido vítima de ataque xenófobo não estava grávida e pode ter se automutilado”. Podemos notar que no texto a descrição do ataque é feita no passado condicional “que teria sido vítima” e a declaração da polícia em passado simples em tom afirmativo “Não estava grávida”.

A reportagem ocupa somente uma página com duas fotos médias, uma de meio corpo e sorrindo e a outra das pernas de Paula com as marcas dos estiletos, essa usada também pela revista *Isto é* em suas duas reportagens. Há uma só legenda para as duas fotos que diz: “MARCADA Paula, em foto enviada a amigos

anunciando a gravidez: acima, as marcas que os supostos agressores teriam lhe infligido”. Comparando esta legenda com a legenda da mesma foto usada também na primeira reportagem sobre o caso na revista *Isto é*, sendo as duas veiculadas no dia 18 de fevereiro de 2009, podemos diferenciar o modo com que as mesmas descrevem a mesma foto. A revista *Isto é* se refere às mutilações em tom afirmativo: “CORTES Paula teve o corpo marcado [...]” enquanto a revista *Veja* usa o verbo “ter” em passado condicional ao se referir à agressão: “MARCADA [...] as marcas que os supostos agressores teriam lhe infligido”.

O texto começa com o primeiro parágrafo descrevendo a versão da polícia suíça sobre o ataque, dando continuidade à manchete do título e do subtítulo ao contrário da revista *Isto é* que por sua vez, usa os dois primeiros parágrafos de sua primeira reportagem sobre o caso Paula Oliveira, para descrever a história narrada por Paula.

O parágrafo inicia falando que o caso da brasileira que teria tido o corpo retalhado a faca na suíça terminou a semana de forma inesperada:

Em comunicado distribuído na sexta-feira, a polícia suíça afirmou que resultados de exames médicos apontaram que Paula, ao contrário do que havia dito, não estava grávida no momento em que diz ter sofrido a agressão. O aviso ainda informa que, de acordo com os exames, não é possível afirmar que as marcas em seu corpo tenham sido feitas por terceiros.

O texto segue com a declaração do legista que ajudou a polícia nas investigações, Walter Baer: “Qualquer médico forense com experiência não hesitaria em afirmar que esse foi um caso de autoflagelação”. Em seguida declarações da madrasta de Paula, Jussara Britto confrontam as afirmações da polícia. Ela disse à *VEJA* que:

A família tem imagens de ultrassom que mostram que Paula estava sim, grávida. Quanto à afirmação de que ela própria poderia ter se autoinfligido os cortes que apareceram nas fotos enviadas a jornalistas brasileiros por seu namorado, Jussara afirmou: ‘Quem conhece a Paula sabe que essa hipótese está fora de cogitação’.

O segundo parágrafo inicia com um breve resumo da versão de Paula sobre o episódio:

Paula contou ao pai, o assessor parlamentar Paulo Oliveira, que se dirigia à casa onde mora com o noivo quando foi abordada por três homens carecas na saída da estação de Dubendorf, cidade vizinha a Zurique. Eles a teriam arrastado para um terreno próximo, abaixado sua calça e levantado sua blusa

A descrição é seguida de uma citação do pai: “Depois a estiletaram no corpo todo. Na barriga e nas coxas, fizeram as siglas do SVP” O parágrafo tem seqüência com uma breve descrição sobre o SVP, Partido do Povo Suíço dizendo que ele teve 29% dos votos nas últimas eleições e que por ele pregar a expulsão de imigrantes ajudou na sugestão de que a agressão se tratava de um ataque xenófobo. Finalizando o segundo parágrafo o texto fala: “Paula disse que, depois do ataque, se refugiou no banheiro da estação de trem. Lá, teria sofrido o aborto”. Podemos notar que durante as descrições do ataque a revista usa o passado condicional em vez do passado simples.

O terceiro parágrafo inicia falando sobre a vida pessoal de Paula. Ela foi transferida em 2007 da filial da empresa dinamarquesa Maersk em São Paulo para Zurique e logo conheceu o namorado Marco Trepp. No dia 20 de janeiro mandou um e-mail com uma foto para amigos anunciando a gravidez. Segundo a legenda usada para as fotos dessa matéria, ela usou a foto em que está sorrindo. O e-mail dizia: “Gente, novidades: tô grávida...de gêmeos! O susto foi grande, mas agora estamos superfelizes! Como perdi muito peso, já dá de ver a barriguinha, espero que gostem!”. O parágrafo termina dizendo que Paula escreveu e-mails para uma amiga: “No dia 23, escreveu para a amiga Márcia Peixoto que esperava meninas e, que no dia do suposto ataque, mandou outro e-mail dizendo que estava ansiosa pelo exame que faria no dia seguinte”.

No quarto e último parágrafo o texto pontua três possibilidades para o desfecho do caso:

Diante de versões tão conflitantes três hipóteses se desenham: 1) a polícia suíça mentiu ou se enganou ao dizer o que disse; 2) Paula, por alguma razão, inventou que estava grávida e criou a versão do ataque para camuflar a mentira; 3) além de fabular sobre a gravidez e o ataque a advogada se automutilou, numa conduta que pode ser conseqüência de um

distúrbio psiquiátrico ou de instabilidade emocional momentânea – o que, segundo especialistas, pode ocorrer em qualquer fase da vida.

O parágrafo segue com relatos de amigos de Paula ouvidos pela reportagem da VEJA sobre sua personalidade. São citados dois ex-colegas de faculdade, uma ex-professora de colégio, um amigo dos tempos de escola e um advogado do escritório onde Paula estagiou: “Todos reiteram o que diz a madrastra: que ela nunca apresentou nenhum distúrbio psicológico, era sociável, tranqüila e afável”

A matéria finaliza destacando as divergências do caso: “O episódio envolve dúvidas – gravidez ou não gravidez, ferimentos autoinfligidos ou não – cujas respostas, quando forem apresentadas, precisam ser incontestáveis. Quaisquer que seja elas, o fato é triste”.

Ao longo da matéria podemos verificar que o texto parece ter um distanciamento maior em relação ao caso usando sempre os verbos que descrevem o caso em passado condicional. Podemos notar a diferença entre as duas reportagens em relação às fontes usadas em cada uma delas. A revista *Veja* usa como fonte a polícia suíça, o legista Walter Baer, a madrastra de Paula, Jussara Britto e Paulo Oliveira, pai de Paula. A revista *Isto é* usa fontes do governo brasileiro como a consulesa, Vitória Cleaver, o chanceler Celso Amorim e o presidente Lula, além do pai e da madrastra de Paula e por fim o legista forense, Walter Baer.

A segunda reportagem da revista *Veja* sobre o caso Paula Oliveira foi publicada no dia 25 de fevereiro de 2009 na edição número 2101. Está assinada por Natalia Manczyk e utiliza uma página da seção *Brasil*. Assim como na reportagem anterior contém uma foto grande de Paula sorrindo, diferente das duas matérias da revista *Isto é* que mostra fotos de Paula de lado mostrando a barriga de “gravidez”. Ao lado da foto, a imagem de uma página da revista suíça *Die Weltwoche* com a reportagem sobre o caso com a confissão de Paula, e logo acima a legenda: “A CONFISSÃO na reportagem com o testemunho da advogada, a revista suíça *Die Weltwoche* sugere que a farsa foi motivada por dinheiro”.

O título traz a resposta do título da matéria na edição anterior “Era tudo mentira?” com a afirmação: “Sim era tudo mentira”. O subtítulo descreve uma das frases que marcaram o desenrolar do caso: “Perguntada por que se automutilou e

mentiu sobre a gravidez, brasileira responde à polícia suíça: ‘Isso vocês têm de perguntar a um psiquiatra’”. Podemos notar que já na manchete da matéria a revista trata as novas evidências trazidas pelas autoridades suíças como fatos irrefutavelmente comprovados.

O texto contém somente dois parágrafos. O primeiro desmonta a versão da brasileira mostrando a confissão feita por ela à polícia suíça e a motivação segundo a reportagem da revista suíça *Die Weltwoche*. O texto começa da seguinte maneira:

Ao contrário do que havia afirmado ao namorado, à polícia e à família, a advogada brasileira Paula Oliveira, 26 anos, não foi agredida por três skinheads (tal ataque jamais aconteceu), não teve o corpo retalhado à força por estilete (ela se automutilou) e também não sofreu um aborto de gêmeos (simplesmente não estava grávida).

O parágrafo segue falando que a confissão foi feita no dia 13 à polícia, mas somente depois que a revista suíça publicou e a promotoria confirmou, ela veio à tona. Ainda falando sobre a revista semanal, o texto fala que ela apóia o Partido do Povo Suíço cuja sigla (SVP) Paula gravou em seu corpo e que em sua reportagem publicou que Paula admitiu a mentira após ser confrontada com os resultados dos exames médicos que mostravam que ela nunca esteve grávida. E continua: “Perguntada sobre o motivo pelo qual teria inventado tudo, Paula, segundo a revista respondeu: ‘Isso vocês devem perguntar a um psiquiatra’”.

O texto continua se referindo à reportagem da revista suíça *Die Weltwoche* dizendo que ela sugere que Paula montou a farsa para receber indenização prevista na Lei de Assistência às Vítimas de Agressão. Explica que a indenização pode chegar a R\$ 200 mil é destinada a vítimas de agressão física, sexual ou psicológica e que o objetivo da lei é fazer as vítimas denunciarem à polícia as agressões sofridas, principalmente as domésticas.

O segundo e último parágrafo conclui a matéria falando sobre a situação de Paula naquele momento e sobre como sua doença poderá ser usada como estratégia de defesa. O texto começa dizendo que Paula foi indiciada por indução da Justiça ao erro e que pode ser punida com três anos de prisão se for condenada. Segue com a declaração do advogado de Paula, Roger Müller, que pode usar como defesa a doença que Paula é portadora, lúpus, que é um distúrbio imunológico que

pode acarretar transtornos psiquiátricos. Logo após a declaração do advogado o texto traz uma psiquiatra:

A psiquiatra Daniela Werebe confirmou que a doença é capaz de provocar surtos psicóticos em seu portador. Disse, no entanto, que as manifestações mais freqüentes, nesse caso, são alucinações e sensação de perseguição. 'Já soube de casos envolvendo automutilação, mas são raros'.

O parágrafo é concluído dizendo que Paula está impedida de deixar a suíça e que no momento está com a família no apartamento onde morava com o noivo Marco Trepp que pediu Paula em casamento no mês anterior, mas que depois de sua confissão dia 13 de fevereiro saiu do apartamento e desapareceu.

Podemos observar que a maior parte do texto, é sobre a confissão de Paula às autoridades suíças usando a publicação da revista semanal *Die Weltwoche* como fonte principal. No segundo parágrafo as fontes são o advogado de Paula, Roger Müller e a psiquiatra, Daniela Werebe. Nenhum parente de Paula é usado como fonte. Já na segunda reportagem da revista *Isto é*, publicada no mesmo dia 25 de fevereiro, além das autoridades suíças, a revista *Die Weltwoche* e Roger Müller, mesmas fontes da *Veja*, são citados também o periódico *Tages Anzeiger*, a consulesa Vitória Cleaver e Silvio Oliveira, tio de Paula.

O texto é construído com os verbos no passado simples nas descrições sobre o caso como podemos verificar no início do primeiro parágrafo: “se automutilou e mentiu sobre a gravidez” “não foi agredida” “não teve o corpo retalhado” “não sofreu um aborto”. A linguagem usada na narração parece não querer deixar dúvidas em relação aos depoimentos da polícia.

Ao comparar as revistas *Isto é* e *Veja* podemos notar as diferenças no modo de compor suas reportagens sobre o mesmo tema. A diferença na primeira matéria de cada uma é mais visível. A revista *Veja* parece ter mais cuidado ao publicar o caso, usando com mais freqüência verbos no infinitivo e no passado condicional retirando do repórter ou da revista a responsabilidade pela afirmação como: “[...] advogada brasileira que teria sido vítima de ataque [...]” “[...] que teria tido o corpo retalhado [...]” “[...] em que diz ter sofrido[...]”.

Na revista *Isto é* as descrições, sobre a versão narrada por Paula, são feitas em tom de afirmação usado o tempo do verbo no passado na maior parte do texto: “Ela foi socorrida apresentando[...]” “[...] teve pernas, braços, barriga e costas

retalhados[...]” “[...] estava grávida de três meses de gêmeas[...]”.

Podemos notar ainda que há uma diferença entre o título a matéria e a legenda. O título em um tom impessoal: “Vítima da intolerância? Brasileira denuncia ter sido agredida por neonazistas na Suíça, e a polícia local suspeita de autoflagelo”; nos dá a impressão de que o texto irá mostrar elementos do caso com os depoimentos da polícia e da “vítima”. Não é que o que acontece. O texto traz de um modo geral a descrição do caso narrado por Paula e finalizado com exemplos de ataque xenófobos que reafirmam a agressão. O único momento que a polícia, citada na chamada, aparece no texto é: “Foi socorrida por policiais, mas em vez de encontrar amparo encontrou desconfiança”. O texto não cumpre o que está no título, eles se contrapõem. A legenda da foto em tom de afirmação; “CORTES. Paula teve o corpo marcado com a sigla do SVP[...]” também se confronta com o título. O texto da matéria dá a impressão de que a revista acredita na versão de Paula enquanto o título da matéria parece duvidar.

3.4 ANÁLISE REVISTA ÉPOCA

A primeira reportagem da revista *Época* sobre o caso Paula Oliveira foi publicada no dia 16 de fevereiro de 2009 na edição 561. Está localizada na sessão *Mundo Imigração*. Foi escrita por Ivan Martins e Thiago Cid.

Traz em seu título uma pergunta assim como as revistas *Isto é* e *Veja*: “Vítima ou mentirosa?” Diferente das revistas citadas acima o subtítulo também traz uma indagação “Paula Oliveira comoveu o Brasil com uma história de ataque racista seguido de flagelação e aborto. Agora os suíços dizem que é tudo mentira. E aí?”

A matéria contém duas páginas com três fotos. Na primeira página duas fotos de Paula localizadas uma ao lado da outra. Uma delas mostra a barriga de Paula com as marcas do estilete a outra mostra Paula sorrindo e mostrando a barriga, fotos semelhantes às usadas pela revista *Isto é*. A legenda diz: “DÚVIDA LOCALIZADA. Imagens da barriga de Paula riscada (*acima*) e em dias felizes de gravidez (*à dir.*). A polícia suíça diz que ela mentiu sobre o aborto e pode ter se autoflagelado”. Na segunda página uma foto que mostra um outdoor com uma das

propagandas do Partido do Povo Suíço, mostrando corvos negros dando bicadas no mapa da Suíça. A legenda diz: “INTOLERÂNCIA Propaganda eleitoral do SVP, partido suíço de direita. A presença de 1,5 milhão de estrangeiros causa tensão”

O texto inicia falando sobre como o ocorrido foi narrado por Paula. Desde o início podemos notar que a revista tenta se distanciar da história tentando mostrar os fatos sem tender para algum lado. Parecendo mostrar maior imparcialidade o texto começa da seguinte maneira: “A advogada brasileira Paula de Oliveira, moradora há dois anos de um subúrbio de Zurique, tem uma história terrível a contar.” O parágrafo segue descrevendo os fatos na versão da brasileira. Foi cercada na saída de estação de metro por carecas com suásticas tatuadas na cabeça e agredida com socos e pontapés e cortada com estilete. O parágrafo termina dizendo que: “As fotos divulgadas mais tarde pela internet mostram que ela foi riscada abundantemente nas coxas, nos braços e na barriga”.

O segundo parágrafo começa dando continuidade a descrição sobre a agressão feita por estiletas: “Com frieza de açougueiro e mão de calígrafo, alguém teria entalhado nas coxas e na barriga da pernambucana de 26 anos três letra maiúsculas. SVP”. Podemos perceber que o texto usa o verbo no condicional e joga a dúvida sobre agressão para o leitor. “Alguém teria entalhado”. O texto segue descrevendo o caso dizendo que ela teria dito a família que durante a agressão foi perguntado se ela estaria grávida e ela respondeu que não por medo de ser violentada ainda mais e logo depois que os agressores foram embora ela foi ao banheiro e sofreu o aborto. O parágrafo termina afirmando na voz de Paula. “Estava grávida de três meses. Eram gêmeos. Duas meninas. Quando a polícia chegou, meia hora depois, constatou que nada fora roubado.”

O terceiro parágrafo começa se esquivando das afirmações feitas ao longo do primeiro e segundo parágrafos com uma frase curta: “Essa é a história contada por Paula”. O texto segue descrevendo um dos pontos de pesquisa desse trabalho, a repercussão do caso na mídia ao longo da semana e aponta a posição do Itamaraty sobre o caso:

Ao longo da semana passada, seu drama de agressão, tortura e racismo foi acompanhado passo a passo pela imprensa. Ele comoveu e indignou os brasileiros, levando o Itamaraty a pressionar os suíços. Afinal, eles pareciam duvidar das palavras da brasileira e hesitavam em investigar a “agressão xenófoba”, como definiu o ministro Celso Amorim, das Relações Exteriores.

O parágrafo é concluído falando sobre a reviravolta que o caso sofreu na sexta-feira dia 13 de fevereiro com a entrevista coletiva do chefe de polícia de Zurique na qual afirmou que no momento do ataque ela já não estava grávida.

O parágrafo seguinte cita a entrevista do médico forense da Universidade de Zurique, Walter Baer: “Um médico-legista experiente tem de presumir que uma autoflagelação está bastante em evidência” ele disse que os ferimentos de Paula eram em regiões não sensíveis, de pequena profundidade e que todos estavam em áreas do corpo que ela poderia alcançar com as próprias mãos.

Na seqüência o quinto parágrafo traz o psiquiatra paulista, especialista em saúde mental de mulheres do Hospital das Clínicas de São Paulo, Joel Rennó que diz que mulheres que sofrem aborto e se sentem culpadas podem se autoflagelar, não é incomum e afirma que: “Só que esse quadro não bate com a da premeditação”. O texto segue falando que se as suspeitas da polícia de automutilação forem verdadeiras é uma indicação de que o estado mental é muito mais conturbado. Uma indagação conclui o parágrafo: “Sabe-se que ela está hospitalizada em aparente estado de choque. Prostrada, chora muito e não quer falar. O que isso significa?”

O sexto parágrafo resume a situação da Suíça com a imigração. A Suíça possui 1,5 milhão de imigrantes o que significa vinte e cinco por cento de uma população de 6 milhões de habitantes. O sétimo parágrafo da matéria explica a sigla SVP, Partido do Povo Suíço que é uma organização de direita e que nas últimas eleições em 2007 teve 29% dos votos, foi o partido mais votado. Conclui o texto acrescentando que: “Uma das propagandas do SVP mostra carneirinhos brancos andando sobre a bandeira helvética, enquanto um carneirinho preto é jogado para fora com um coice. Outra traz corvos negros destruindo o mapa da Suíça a bicadas”. No oitavo parágrafo são citadas especulações sobre o caso como:

“[...] os agressores de Paula poderiam pertencer a uma facção extremista desse grupo. Poderiam também ser adversários tentando difamá-lo. Ou seriam apenas um bando de bêbados violentos que resolveram atacar a moça de cabelos pretos que falava ao celular em língua estranha”.

O texto continua dizendo que a brasileira descreveu os agressores como *skinheads* e os descreve em seguida como: “gente jovem, sem trabalho, violenta, que serve de mão de obra para o crime e para organizações políticas ainda mais perigosas”. O parágrafo termina citando que o número de *skinheads* é maior nos

cantões alemães da suíça e que há dois anos um grupo deles havia atacado uma moça e feito uma tatuagem de uma suástica á faca.

O nono parágrafo conclui a matéria citando característica da vida profissional e pessoal de Paula como pontos relevantes para que a história dela causasse comoção aos brasileiros. A *Época* diz que: “Parte da indignação provocada no Brasil pelo episódio deve-se ao fato de que Paula não é uma imigrante dessas que constroem os brasileiros”. E diz que ela é filha de um advogado que trabalha para políticos pernambucanos, noiva de um suíço consultor de investimentos, trabalha na Maersk, uma empresa respeitável e vive legalmente no país. Compara Paula com imigrantes de situação muito diversa dizendo que: “Não é uma pobre coitada como muitas brasileiras que ganham a vida nas calçadas da Europa”. O texto segue trazendo como fonte uma das executivas da empresa que Paula trabalha. Ela pediu para não ser identificada e disse à revista que “Nem me passa pela cabeça que ela pudesse inventar uma história dessas. Não sei o que está acontecendo com a polícia suíça”. A revista diz que conversou com a executiva na manhã de sexta-feira e que ela ainda não sabia da entrevista da polícia. (a entrevista diz que Paula confessou que havia inventado tudo). Em seguida o depoimento do pai de Paula que reagiu às conclusões do legista suíço é citado afirmando que: “Eles deveriam parar de desviar a atenção e descobrir quem cometeu o crime”.

A matéria termina tentando parecer impessoal dizendo que: “A essa altura, o que está em discussão é o tipo de crime. Pode ser de agressão racista. Ou de comunicação falsa de delito”.

A segunda reportagem sobre o caso Paula Oliveira publicada pela revista *Época* está na edição 562 do dia 23 de fevereiro de 2009. A edição dedica várias páginas ao tema e está dividida em duas matérias. A primeira reportagem está na sessão *SOCIEDADE E COMPORTAMENTO*. Possui seis páginas falando sobre casos famosos de pessoas que mentiram. Traz o título “Por que as pessoas mentem”. Faz uma relação da matéria com o caso de Paula no subtítulo: “O interesse despertado pelo caso Paula Oliveira tem a ver com a consciência da importância da mentira em nossa vida. A ciência ajuda a entender o que nos leva a enganar os outros – e a nós mesmos”

Em seguida começa a matéria sobre o caso Paula Oliveira. Situada também na sessão *SOCIEDADE E COMPORTAMENTO*. A reportagem foi

confeccionada por três jornalistas sendo que dois deles assinam a matéria como correspondentes. Eduardo Simantob, de Zurique, Marco Bahé, do Recife e José Antonio Lima. A matéria contém nove fotos e uma gravura divididas entre as quatro páginas que a reportagem ocupa.

A primeira página é composta com o título, subtítulo e quatro fotos. Uma da barriga de Paula de lado antes da “agressão” outra da barriga de frente após a “agressão” mostrando as marcas do estilete, outra maior mostrando o rosto de Paula sorrindo e por último uma imagem da estação de metro de Zurique. As fotos da capa não trazem legenda.

No título a afirmação: “Os erros trágicos do caso Paula” Podemos ver que o tom de descrição usado do título parece não deixar dúvidas de que a versão da brasileira foi totalmente desmascarada e afirmada como uma mentira. No subtítulo podemos continuar percebendo que a descrição do desenrolar do caso é feita de modo a não deixar dúvidas sobre os fatos: “Como uma história nascida de uma mentira se transformou num escândalo internacional”

A segunda página traz outras quatro fotos. Uma delas mostra o Legista Walter Baer com o comandante da polícia, outra mostra uma manifestação na Suíça, outra do ministro Celso Amorim e por último uma foto das pernas de Paula com as marcas dos estiletos. Nesta página as fotos trazem uma legenda que descreve além destas fotos, as fotos da primeira página:

NA JUSTIÇA Paula em fotos recentes, a estação onde teria ocorrido o ataque e as imagens dos ferimentos supostamente autoinfligidos pela brasileira. Ao alto, o legista Walter Baer (*de bigode*) e o comandante da polícia de Zurique, uma manifestação de extremistas na Suíça e o chanceler brasileiro, Celso Amorim.

A terceira página traz a imagem do e-mail que Paula enviou aos amigos com a foto do ultrassom com a seguinte legenda: “A MENSAGEM Uma amiga de Paula mostrou a ÉPOCA o e-mail com o ultrassom tirado da internet”.

A quarta e última página da reportagem mostra a foto da francesa Marie Leblanc que inventou um ataque semelhante ao de Paula. Na legenda da foto está: “MITOMANÍACA Em 2004, a francesa Marie Leblanc denunciou um falso ataque racista. Ela só queria chamar a atenção dos pais”.

O texto começa na segunda página. O primeiro parágrafo está em destaque com a fonte maior e descreve o e-mail que Paula no dia 16 de janeiro de

2009 enviou aos amigos contando sobre a gravidez:

Então, eu queria ligar para todos, mas pelas razões abaixo vocês vão entender que eu preciso economizar cada centavo a partir de agora, então não seria possível... de qualquer forma, é bem difícil achar um jeito melhor de dar a notícia. Então lá vai. A foto fala por si. Vocês sabem contar? Para aqueles que não têm meu celular (seguia-se o número), acho que não vou estar aqui a tarde. Então podem me ligar ou mandar SMS mais tarde ou no fim de semana para maiores esclarecimentos =) (*o emoticon do sorriso na internet*). E, sim, eu não poderia estar mais feliz.

O segundo parágrafo começa falando sobre a situação de Paula após as acusações da polícia e descreve resumidamente o caso. Como uma resposta ao final do e-mail descrito no primeiro parágrafo o texto começa desse modo: “Um mês depois, Paula Oliveira dificilmente poderia estar mais infeliz [...] desde a quarta-feira, é acusada de ter forjado uma agressão de neonazistas no dia 9”. O texto usa os verbos no passado condicional ao referir-se aos fatos na versão da pernambucana, como por exemplo: [...] teriam talhado sua pele [...], [...] os gêmeos que estaria esperando [...] etc. Com isso podemos perceber que há uma preocupação da revista em não se envolver tomando partido de Paula e tira de si todo o peso da versão deixando a responsabilidade sobre as descrições com a brasileira.

O terceiro parágrafo fala sobre o e-mail com a imagem de ultrassom. A revista entrevistou uma das amigas de Paula que recebeu o e-mail e disse que desconfiou, pois havia visto Paula mentir em outras ocasiões. O texto cita que a amiga de Paula após uma busca na internet achou no site about.com uma imagem idêntica a que Paula havia enviado e com o mesmo nome “*twins 6wks*”. Após a descoberta ela trocou e-mails com outros conhecidos comentando que não era a primeira mentira de Paula.

O quarto parágrafo continua com depoimentos da ex-colega de Paula entrevistada pela *Época*. Ela descreveu Paula como uma pessoa fabuladora que acrescenta detalhes fictícios à história pessoal. O texto cita em seguida uma mentira de Paula contada pela ex-colega, segunda ela: “Paula contou que tinha perdido o marido, um francês de nome François, no acidente do vôo da TAM em congonghas em 2007. Os amigos foram checar e o único François da lista era um brasileiro, casado com outra mulher”.

O parágrafo seguinte inicia falando que uma cópia da reportagem publicada no site da *Época* que revelou o detalhe do ultrassom foi anexada ao

inquérito da polícia. E termina citando a reportagem da revista semanal suíça *Die Weltwoche* que disse que na sexta-feira dia 13 de fevereiro ela havia assinado uma confissão. Está impedida de deixar a Suíça, foi indiciada e pode pegar até três anos de prisão ou multa.

O sexto parágrafo descreve o inquérito da polícia divulgado pela revista suíça e comenta também que a polícia abriu um novo inquérito para investigar como a revista teve acesso ao inquérito do caso Paula. Diz que a revista descreveu em detalhes a versão oficial dos fatos:

Na manhã do suposto ataque, Paula pôs na bolsa uma faquinha de cozinha, daquelas que se usam para descascar batatas, comprada numa loja da Ikea, rede de venda de utensílios domésticos. Por volta das 19 horas, voltando para casa, ao descer do trem na estação de Stettbach, ela dirigiu-se ao banheiro. Ali, incisou na própria pele as letras SVP – nome do Partido do Povo Suíço, de extrema-direita. Em seguida, mandou um SMS para o namorado, o suíço Marco Trepp, e este chamou a polícia”.

O sétimo parágrafo é curto e introduz os três parágrafos seguintes que descrevem casos semelhantes ao de Paula. Fala que a polícia suspeitou da versão da Paula desde o início porque na Europa houve pelos menos três rumores de falsos ataques racistas.

O texto segue descrevendo no oitavo parágrafo um caso de 2004 que a francesa Marie-Léonie Leblanc disse ter sido atacada por árabes e negros num trem e suásticas foram pintadas em sua barriga. Depois Marie confessou que inventou a história para chamar a atenção dos pais.

No nono parágrafo mostra o caso de Rebecca K., uma alemã de 17 anos que em novembro de 2008, disse ter sido agredida por quatro *skinheads* por tentar defender uma criança estrangeira. Eles teriam talhado uma suástica em sua cintura. Rebecca foi condenada a prestar serviços a sociedade após legistas provarem que ela mesmo fez os cortes.

O décimo parágrafo cita um caso de dezembro de 2008. Alois Mannichl um alemão militante antinazista que disse ter sido esfaqueado por um militante de extrema-direita. Depois a faca foi achada na casa da própria vítima o que levou a crer que uma briga de família poderia ter provocado o ferimento.

A reportagem segue trazendo no parágrafo seguinte comparações entre os casos citados e o de Paula e diz que: “Os três casos guardam, aqui e ali,

semelhanças com o de Paula: a suposta motivação extremista, o uso de instrumentos cortantes, a ausência de testemunhas oculares”. E continua, afirmando que se alguns amigos a descreveram como mitomaníaca outros a defenderam veementemente. E encerra citando a profissão e o local de trabalho da brasileira.

O décimo segundo parágrafo traz uma espécie de justificativa para o caso ter se tornado internacional e para o mal estar causado entre o Brasil e a Suíça após o incidente. Segundo a revista *Época*: “O pequeno incidente de Stettbach se tornou um caso internacional devido à forma como foi abordado na imprensa”. O caso foi revelado no dia 11 de fevereiro, quarta-feira, dois dias depois do suposto ataque no blog do jornalista Ricardo Noblat. O texto afirma que: “A audiência e o prestígio de Noblat bastaram para a notícia se espalhar rapidamente por outros meios de comunicação”. E segue alegando que a xenofobia é um tema sensível para o Brasil e para a Suíça. Após alguns episódios de mitomania, a polícia suíça tende a suspeitar de casos de ataques neonazistas enquanto a opinião pública brasileira tende a dar crédito a histórias de discriminações contra compatriotas imigrantes, sobretudo após a morte Jean Charles de Menezes. Jean era um brasileiro que morava em Londres e em 2005 foi confundido com um terrorista e morto pela polícia londrina.

O texto ainda na tentativa de justificar a repercussão que o caso teve na mídia e nas relações com o governo suíço sugere que: “Talvez tendo em mente a criticada lentidão da Itamaraty no caso Jean Charles, o ministro brasileiro das Relações Exteriores, Celso Amorim, deu declarações que causaram mal estar na Suíça. Quando a maré virou-se contra Paula, Brasília adotou uma postura discreta em relação ao caso e prometeu assistência à brasileira, qualquer que seja o desfecho do inquérito”.

O décimo terceiro parágrafo introduz uma discussão sobre os erros do caso que são explicados nos dois parágrafos seguintes. O texto começa afirmando que: “Um conhecimento melhor da conjuntura suíça permitiria desconfiar da história de Paula”. Completa admitindo que ataques xenófobos acontecem na suíça e que foram denunciados entre 1995 e 2006, 355 casos. Conclui citando uma comunidade criada no site de relacionamentos Facebook após o caso de Paula. “Deportação para Paula Oliveira” é a tradução do nome da comunidade que possui mais de 2 mil membros.

O décimo quarto parágrafo explica que o caso de Paula foge dos padrões dos ataques racistas na Suíça mostrando que: “As vítimas em geral são homens, a grande maioria árabes / mulçumanos, africanos, europeus do leste, sobretudo ex-iugoslavos”. Explica que o SVP é um partido de direita, nacionalista, de base rural e extremamente conservador e que suas campanhas são recheadas de símbolos racistas e xenófobos. O temor da classe média em relação à imigração e à globalização fez com que o partido crescesse nos últimos 15 anos. Ressalta ao final que apesar das características do partido os neonazistas radicais não se identificam com ele e afirma que: “Não é conhecido como um partido de *skinheads*”.

O parágrafo seguinte detalha os ferimentos da brasileira, o segundo ponto contra sua versão. Baseado no depoimento da legista suíço Walter Baer, a revista diz que: “Trata-se de um caso ‘clássico’ (*lehrbuchmässig*, em alemão, que significa literalmente “tirado do manual”) de cortes autoinfligidos: todos ao alcance das mãos da vítima, relativamente superficiais e poupando partes mais sensíveis do corpo e da genitália”.

No décimo sexto e décimo sétimo parágrafos a reportagem cita especialistas que foram ouvidos pela revista e que concordaram em falar em tese da automutilação por não terem acesso ao laudo de Walter Baer. Professor da Universidade Federal da Paraíba Genival Veloso de França, autor de livros sobre o tema e membro da Academia Internacional de Medicina Legal relata que as autolesões: “Costumam ser feitas em regiões menos sensíveis e menos dolorosas do corpo. São simétricas, lineares, padronizadas e superficiais. São acompanhadas de relatos de resistência ao ataque, mas a vítima não apresenta hematomas”

A psiquiatra do Hospital das Clínicas de São Paulo e também doutoranda, pesquisadora de casos de automutilação Jackeline Giusti afirma que: “O padrão são cortes pequenos e superficiais em partes do corpo que podem ser escondidas” e continua dizendo que tal comportamento começa na adolescência para chamar a atenção dos pais ou como forma de autopunição e conclui que: “A automutilação pode ser uma forma de chantagem emocional, de mostrar que não se está bem”. A matéria termina dizendo que se esse for o caso da pernambucana, uma assistência psicológica é mais indicada do que a prisão.

Fazendo uma comparação às duas reportagens da revista *Época* sobre o caso Paula Oliveira podemos perceber que as duas matérias seguem o mesmo padrão e a mesma linha de linguagem. De um modo geral descreve em suas

matérias a versão de Paula sobre o episódio de uma maneira distanciada sem tomar uma posição, porém dando a impressão de que não “comprova” a história como a revista *Isto é* em sua primeira matéria, por exemplo. O que supostamente deve ser feito por qualquer publicação. A primeira reportagem já mostra a versão da polícia sobre o caso parecendo não duvidar dos laudos das autoridades. A segunda reportagem na maior parte do tempo não deixa dúvidas sobre a automutilação apesar de a matéria encerrar levantando as duas hipóteses e deixando a critério do leitor tirar suas conclusões.

3.5 COMPARAÇÕES: *ISTO É* X *VEJA* X *ÉPOCA*

3.5.1 Composição

As três revistas semanais de circulação nacional usadas como objeto de pesquisa desse trabalho, utilizaram duas edições cada na abordagem sobre o “caso Paula Oliveira”. Na primeira reportagem sobre o tema a revista *Isto é* traz duas páginas, a revista *Veja* traz uma página e a revista *Época* possui duas páginas. Na segunda matéria a *Isto é* utiliza uma página, a *Veja* utiliza uma página e a *Época* possui quatro páginas (além da matéria de seis páginas relacionada ao tema).

Das três revistas considerando o número de páginas utilizadas em suas edições a revista *Época* deu mais destaque ao tema do que as outras revistas. E também foi a única revista que em sua segunda matéria, contou com a colaboração dos correspondentes Eduardo Simantob de Zurique e Marco Bahé do Recife.

3.5.2 Fotos e Legendas

A primeira matéria da revista *Isto é* possui quatro fotos e um infográfico.

Três na primeira página. A maior delas é de Paula mostrando a barriga de lado sorrindo, essa foto não traz legenda. Outra dando foco na barriga com as marcas dos estiletes e a terceira das pernas mutiladas. A legenda refere-se às duas fotos “CORTES. Paula teve o corpo marcado com a sigla do SVP, partido de extrema direita do país”.

Na segunda página há uma foto e uma imagem. A foto é de Paula com o noivo abraçado, a Legenda da foto do casal diz: “UNIÃO. Paula e o suíço Marco Trepp haviam marcado casamento para o mês que vem”. O infográfico mostra dados sobre ataques xenófobos pelo mundo.

A *Veja* possui duas fotos. As mesmas fotos usadas na revista *Isto é*, uma de Paula sorrindo só que cortada sem aparecer a barriga e outra das pernas mutiladas a legenda traz: “MARCADA. Paula, em foto enviada a amigos anunciando a gravidez; acima, as marcas que os supostos agressores teriam lhe infligido”.

A *Época* possui: três fotos no total. Duas na primeira página que são exatamente iguais às usadas na *Isto é*. Uma delas é a de Paula mostrando a barriga exatamente como a da *Isto é* sem cortes, diferente da *Veja*, com corte. A outra da barriga mutilada com as marcas do SVP a mesma foto da *Isto é*. A legenda das fotos diz: “DÚVIDA LOCALIZADA. Imagens da barriga de Paula riscada (*acima*) e em dias felizes de gravidez (*à dir.*). A polícia suíça diz que ela mentiu sobre o aborto e pode ter se autoflagelado”.

Na segunda página contém a foto de um outdoor com uma propaganda do SVP com a seguinte legenda: “INTOLERÂNCIA. Propaganda eleitoral do SVP, partido suíço de direita. A presença de 1,5 milhão de estrangeiros causa tensão”

Destacando a declaração do legista o olho da matéria traz: “Um médico-legista experiente tem de concluir que a autoflagelação está em evidência”

As fotos usadas nas capas das três revistas são as mesmas. A *Isto é* usou-as sem fazer cortes, a *Veja* cortou uma delas focando o rosto de Paula e usou a que aparece as pernas, não utilizou fotos que mostrem a barriga. Na *Veja* as duas fotos mostram a barriga e são as mesmas utilizadas pela *Isto é* exatamente iguais, sem cortes.

Comparando as fotos usadas nas revistas *Isto é* e *Época* (que são as mesmas) com suas respectivas legendas, podemos perceber a diferença na entonação do texto. A *Isto é* afirma que Paula teve o corpo marcado enquanto a *Época* se distancia mencionando a barriga riscada, mas não diz por quem e cita a

gravidez. Em seguida diz que a polícia desmente a gravidez e a agressão. A revista *Veja* explica a foto das pernas mutiladas também tirando a responsabilidade sobre a informação dizendo que aquelas seriam as marcas que os supostos agressores teriam feito.

Comparando a segunda página somente das revistas *Isto é* e *Época* (a *Veja* possui somente uma página) podemos notar que ambas trazem imagens que denunciam o xenofobismo. A *Isto é* traz um infográfico citando ataques xenófobos ao redor do mundo enquanto a *Época* traz a foto de uma das propagandas do SVP, partido que é contra imigrantes no país, mostrando corvos negros dando bicadas no mapa da Suíça. A *Isto é* mostra também a foto do casal abraçado. Foto que parece ter sido usada para mobilizar, para fazer acreditar na história de Paula mostrando que ela é uma pessoa normal que não inventaria todo o ataque.

Na segunda matéria das revistas sobre o tema a revista *Isto é* traz: duas fotos. Uma de Paula mostrando a barriga de lado muito parecida com a foto utilizada na primeira matéria, porém nesta Paula está usando uma blusa sem mangas enquanto na outra usava blusa de manga longa e de gola alta. Outra focalizando as pernas mutiladas de Paula a mesma utilizada na primeira reportagem. A legenda da foto das pernas mutiladas: "AUTOFLAGELO Paula teria comprado uma faca na saída do trabalho e cortado o próprio corpo no banheiro de uma estação de trem nas proximidades de Zurique". Ao comparar a duas legendas sobre a mesma foto da revista *Isto é* podemos verificar a diferença na descrição. Na primeira matéria a legenda afirma a agressão na segunda cita o autoflagelo

No olho da reportagem a declaração do tio de Paula, Silvio Oliveira: "Vamos ver se o que ela fez tem a ver com o distúrbio psicológico causado pela doença"

A *Veja* possui: uma foto e uma imagem. A foto é de Paula com uma blusa sem mangas que mostra até a metade da coxa, não aparece sua barriga. A imagem é da reportagem publicada pela revista semanal suíça *Die Weltwoche* onde aparece a confissão de Paula. A legenda é sobre a imagem da matéria da revista suíça: "A CONFISSÃO Na reportagem com o testemunho da advogada, a revista suíça *Die Weltwoche* sugere que a farsa foi motivada por dinheiro"

A revista *Veja* na legenda de sua primeira matéria cita as marcas no corpo de Paula dizendo teriam sido feitas supostamente pelos agressores usando o verbo no passado condicional para se distanciar da afirmação. Na segunda matéria

a legenda afirma a confissão de Paula divulgada e traz a suposição da revista suíça sobre a motivação da farsa.

Na *Época* contém: nove fotos e uma imagem. Na primeira página estão quatro fotos. Uma é do perfil da barriga de Paula a mesma utilizada na primeira matéria das revistas *Isto é* e *Época* só que cortada dando foco somente na barriga. A seguinte é uma foto de Paula sorrindo a mesma utilizada pela segunda reportagem da *Veja* só que também está cortada da metade da coxa para a metade da barriga. A próxima é uma foto da estação de metro onde Paula disse ter sido atacada e por último a foto em que aparece somente a barriga de Paula com as marcas dos ferimentos. Foto usada na primeira reportagem da *Isto é* e da própria *Época*.

Na segunda página também contém quatro fotos. A primeira foto mostra o legista Walter Baer e o comandante da polícia de Zurique conversando. A segunda mostra uma manifestação de extremistas na Suíça. A terceira mostra o chanceler Celso Amorim com a mão no queixo, pensativo. E por último a foto das pernas de Paula com as marcas da mutilação, já utilizada na revista *Isto é* na primeira e segunda reportagem e na primeira da *Veja*.

A legenda cita as quatro fotos usadas na primeira página e as outras quatro da segunda página: “NA JUSTIÇA Paula em fotos recentes, a estação onde teria ocorrido o ataque e as imagens dos ferimentos supostamente autoinfligidos pela brasileira. Ao alto, o legista Walter Baer (*de bigode*) e o comandante da polícia de Zurique, uma manifestação de extremistas na Suíça e o chanceler brasileiro, Celso Amorim”. A legenda descreve as fotos resumidamente e refere-se aos ferimentos com distanciamento.

Na página três da matéria está a imagem do e-mail com as fotos do ultrassom enviados por Paula aos amigos com a legenda: “A MENSAGEM Uma amiga de Paula mostrou a ÉPOCA o e-mail com o ultrassom tirado da internet”

Em fonte grande com grande destaque o olho mostra: “A polícia suíça tende a suspeitar de denúncias de ataques racistas. O motivo: uma série de casos falsos”

Na quarta página finalizando a reportagem aparece a foto da francesa Marie Leblanc que denunciou um falso ataque em 2004 com a legenda: “MITOMANÍACA Em 2004, a francesa Marie Leblanc denunciou um falso ataque racista. Ela só queria chamar a atenção dos pais”

De um modo geral as revistas usam basicamente as mesmas fotos em suas duas matérias sobre o caso. Paula mostrando a barriga, a barriga e as pernas mutiladas. Diferenciando-se das demais está em destaque a revista *Época* que trouxe sete fotos que não foram usadas pelas outras duas revistas que são: a da estação de metro, das autoridades suíças, de uma manifestação, de Celso Amorim da francesa com caso semelhante, a imagem do ultrassom e por fim a foto de uma propaganda do SVP. Logo podemos destacar a *Veja* que trouxe na sua segunda matéria uma imagem distinta a da reportagem publicada com a confissão de Paula.

Analisando as imagens usadas podemos perceber que a revista *Isto é* focou em fotos da barriga de Paula talvez tentando “provar a gravidez” e das pernas e barriga com as marcas da mutilação tentando “provar a agressão”. Já a revista *Veja* não utilizou em nenhuma de suas duas reportagens sobre o tema, fotos mostrando a barriga de Paula, nem antes nem depois das marcas. Parecendo mostrar que não acreditou na gravidez. Duas fotos do total de três usadas nas duas reportagens são de Paula sorrindo e a outra traz a foto com as pernas marcadas a revista usou fotos de Paula sorrindo com a intenção de provar que ela não tem problemas psicológicos?

Por fim a revista *Época* faz uma mistura em suas doze fotos e uma imagem divulgadas em suas duas reportagens. Mostra fotos da barriga e pernas marcadas de Paula, de Paula exibindo a barriga e outras sobre pessoas e momentos diversos já citados. As fotos ilustram a grande reportagem que a revista dedicou ao tema.

3.5.3 Títulos e subtítulos

Na primeira matéria as revistas trazem como manchete:

Título *Isto é*: “Vítima da intolerância?”. Subtítulo: “Brasileira denuncia ter sido agredida por neonazistas na Suíça, e a polícia local suspeita de autoflagelo”.

Título *Veja*: “Era tudo mentira?”. Subtítulo: “A polícia suíça diz que a advogada brasileira que teria sido vítima de ataque xenófobo não estava grávida e pode ter se automutilado”.

Título *Época*: “Vítima ou mentirosa?”. Subtítulo: “Paula Oliveira comoveu o Brasil com uma história de ataque racista seguido de flagelação e aborto. Agora os suíços dizem que é tudo mentira. E aí?”.

Sabendo que as revistas, na semana em que publicaram suas matérias sobre o caso possuíam as mesmas informações divulgadas pela mídia, iremos analisar primeiramente os títulos e subtítulos separadamente dos respectivos textos. Podemos verificar que a revista *Isto é* mostra os aspectos do caso usando uma linguagem de modo a não se comprometer, mas dando a impressão de que põe em dúvida a versão de Paula. Usa o verbo “ter” no infinitivo tirando a responsabilidade da informação da revista. O título pode ser analisado de duas formas: a palavra intolerância pode referir-se à intolerância dos neonazistas em relação a imigrantes ou a intolerância das autoridades do país sobre denúncias de cunho racista.

A revista *Veja* traz uma indagação impactante que podemos analisar como o a pergunta que o leitor fez ao saber da nova versão sobre o caso. A revista cita o ataque de forma imparcial usando o verbo “ter” no passado condicional se distanciando da afirmação enquanto afirma a versão da polícia. Usa o verbo “estar” no passado simples como forma de afirmação sobre o fato de ela não estar grávida no momento do suposto ataque e o verbo “ter” no infinitivo mostrando o autoflagelo como uma possibilidade levantada pelas autoridades suíças. Logo podemos perceber que a revista parece tomar uma posição em relação ao caso usando as comprovações da polícia até o momento como fato verídico.

A revista *Época* no primeiro momento parece querer ser mais imparcial colocando em questão a verdade sobre o caso. Descreve a situação do caso naquele momento mostrando as duas versões também parecendo colocar-se no lugar do leitor. No questionamento usa a palavra “vítima” para referir-se ao ataque narrado por Paula e “mentirosa” corroborando com a versão da polícia sobre a história. Usa os verbos no tempo afirmativo para descrever as duas versões do caso e ao final põe a verdade em questão.

As três revistas trazem as duas versões do caso em suas manchetes de forma imparcial usando perguntas como forma de distanciamento e de incerteza sobre a verdade do incidente.

Analisando os títulos e seus respectivos textos podemos perceber divergências entre eles. A revista *Isto é* não cumpre no texto o que promete na chamada. O subtítulo cita a suspeita da polícia sobre o autoflagelo, porém no texto

não existe citações diretas da polícia. A reportagem traz a versão de Paula em tom de afirmação em praticamente todo o texto. O único momento em que a polícia é citada é em tom de solidariedade com a vítima como podemos verificar: “Foi socorrida no local por policiais, mas em vez de encontrar amparo encontrou desconfiança. Eles colocaram em dúvida sua história, sugerindo autoflagelo”.

Porque o texto se confronta com o título? Podemos pensar nas datas de fechamento da revista como uma possível explicação. Segundo a revista suas matérias são fechadas na quinta-feira e na sexta são finalizadas matérias mais importantes de última hora para que no sábado a revista já esteja nas bancas. Na sexta feira dia 13 de fevereiro de 2009, Paula confessou a polícia que havia inventado toda a história. Podemos deduzir que o texto poderia já estar pronto quando as novas informações foram divulgadas e a revista não teve “tempo” para corrigir todo o texto e modificou somente a manchete. Porém temos que levar em conta que segundo a revista *Veja* as datas de fechamento e distribuição são as mesmas da *Isto é* e a *Veja* não apresenta os mesmo “problemas” entre título e texto.

A revista *Veja* coloca o tema em questionamento e sua manchete de forma imparcial citando os dois lados da história assim como a revista *Isto é*, mas diferente desta ela cumpre o que promete. O texto cita as duas versões diferentemente da *Isto é* que narra a versão de Paula. A revista *Época* segue a mesma linha da *veja* trazendo na manchete as duas versões e deixando para o leitor a responsabilidade do julgamento sobre a verdade e em seu texto descreve a história contada por Paula e as desconfianças das autoridades suíças sobre o caso cumprindo o que está na manchete.

Na segunda matéria das revistas as chamadas são:

Na *Isto é* o título: “Indiciada na Suíça” Subtítulo “Autoridades do país dizem que a brasileira confessou ter cortado o próprio corpo e inventado gravidez”

Na *Veja* o título: “Sim, era tudo mentira”. Subtítulo “Perguntada por que se automutilou e mentiu sobre a gravidez, brasileira responde à polícia suíça: “Isso vocês têm de perguntar a um psiquiatra”

Na *Época* o título: “Os erros trágicos do caso Paula”. Subtítulo “Como uma história nascida de uma pequena mentira se transformou num escândalo internacional”

Comparando as primeiras manchetes das revistas citadas com as manchetes da segunda matéria levando em conta que as revistas provavelmente

possuíam as mesmas informações podemos notar que as manchetes na revista *Isto é* trazem as duas versões sobre o caso. Diferente da primeira reportagem onde o texto não detalhava o que havia no título, na segunda reportagem o texto traz os elementos citados na manchete mostrando o depoimento das autoridades suíças.

A revista *Veja* responde na segunda manchete a pergunta feita na primeira: “Era tudo mentira?” “Sim, era tudo mentira”. O texto traz a confissão de Paula publicada pela revista suíça *Die Weltwoche*. A todo o momento o texto se refere aos fatos divulgados pela polícia suíça como verdade enquanto a *Isto é* usa o verbos no passado condicional parecendo não querer afirmar as declarações da polícia como afirmou as declarações de Paula na primeira matéria.

A revista *Época* na segunda matéria também confirma o depoimento da polícia como verdade. No primeiro título questionava se Paula era vítima ou mentirosa. Na segunda matéria apesar de a manchete não responder tão explicitamente como a *Veja* ela traz os erros do caso dando a entender já na manchete que o caso foi resolvido. O texto explica esses erros em todos os sentidos, os erros que Paula cometeu ao simular o ataque, os erros do governo brasileiro ao se posicionar fervorosamente a favor de Paula antes das investigações serem concluídas. A matéria de quatro páginas mostra o resumo geral do caso desde o princípio até o seu desfecho.

3.5.4 Fontes e citações

Analisando as fontes que as revistas *Isto é*, *Veja* e *Época* podemos notar as diferentes formas de abordagem usada pelas mesmas. A revista *Isto é* traz em sua primeira matéria sobre o caso Paula Oliveira fontes relacionadas ao governo brasileiro, a família de Paula que corroboram de alguma forma a versão da pernambucana e um fonte relacionada as autoridades suíças que confrontam sua história. Serão relacionadas aqui as fontes na ordem em que foram usadas no texto.

Após a descrição do caso narrado pela voz de Paula o texto traz a primeira fonte. A polícia suíça é citada por pôr em dúvida sua história. Não há citações diretas dos policiais. Em seguida o governo brasileiro é mencionado e traz

uma citação de Vitória Cleaver, consulesa do Brasil em Zurique que disse: “Trata-se de um ataque xenófobo”. Em seguida mais uma citação favorecendo-a, é usado um depoimento de Paulo Oliveira, pai de Paula: “Minha filha está em estado de choque e eu, sob efeito de tranqüilizantes”. Em seguida outros membros do governo são usados como fonte. Declarações do chanceler Celso Amorim sobre possíveis providências contra o governo suíço são mencionadas sem citações diretas. Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Brasil aparece em seguida com a seguinte declaração “Não podemos ficar calados diante de tamanha violência contra uma brasileira”.

Até o momento podemos verificar que as fontes são usadas como forma de apoiar Paula com sua história, dando veracidade a sua versão. Em seguida o texto traz o diretor do Instituto de Medicina Forense da Universidade de Zurique, Walter Baer com citações indiretas sobre o resultado dos exames feitos por legistas e ginecologistas que afirmaram que Paula não estava grávida no momento da agressão. Após mencionar o legista que desmente a história de Paula o texto segue com uma citação imediata da madrasta de Paula, Jussara Britto que afirmou que sua enteada estava grávida sim e acrescenta: “Ela chegou a enviar o ultrassom para a gente, por e-mail”. Novamente aparece uma citação de Walter Baer, que afirmou: “Minha conclusão é de que ela mesma fez os ferimentos”. Contrapondo o as declarações do legista mais uma vez uma citação de Jussara é usada: “Daqui a pouco vão arranjar um cúmplice para Paula para explicar esses cortes”.

Podemos perceber que existe uma espécie de “jogo” entre as declarações de Walter e Jussara a fim de continuar reforçando a versão de Paula mesmo após as primeiras evidências do contrário. O “ping pong” finaliza mencionando sem citações diretas que a polícia continua investigando o caso. Para finalizar a matéria e revista cita ataques xenófobos pelo mundo com citações indiretas de Giorgio Napolitano, presidente da Itália.

A matéria de revista *Veja* usa além dos familiares de Paula e do legista Walter Baer, algumas fontes diversas da revista *Isto é* como colegas da brasileira. A *Veja* começa seu texto descrevendo o caso após a divulgação do laudo dos exames feitos em Paula que confrontam o episódio descrito por ela. Usa a polícia suíça como sua primeira fonte em citações indiretas sobre o resultado dos exames onde foi comprovado que Paula não estava grávida no momento do ataque. Em seguida para explicar a desconfiança da polícia sobre a agressão o texto mostra uma citação

do legista Walter Baer que afirmou: “Qualquer médico forense com experiência não hesitaria em afirmar que esse foi um caso de autoflagelação”. Confrontando o depoimento do legista são trazidas citações da madrasta, Jussara Brito que afirma que a enteada estava grávida e sobre a afirmação de autoflagelo ela revida “Quem conhece Paula sabe que essa hipótese está fora de cogitação”.

O texto começa a descrever a versão da história de Paula contada pelo pai que descreve a abordagem sofrida pela filha por três homens carecas com suásticas na cabeça e declara que: “Depois a estiletaram no corpo todo. Na barriga e nas coxas, fizeram as siglas do SVP” o segue com citações indiretas com Paula contando que depois de refugiou no banheiro da estação de metro. O noivo, Marco Trepp, é mencionado no resumo da trajetória profissional da pernambucana até a filial da empresa dinamarquesa Maersk situada na Suíça, onde trabalhava no período do incidente. Logo o texto traz um trecho do email que Paula mandou aos amigos anunciando a gravidez: “Gente, novidades: to grávida... de gêmeos! O susto foi grande, mas agora estamos superfelizes! Como perdi muito peso, já dá pra ver a barriguinha, espero que gostem!”. Em seguida a *Veja* cita Márcia Peixoto, dois ex-colegas, uma ex-professora de colégio, um advogado do escritório onde Paula estagiou e um amigo dos tempos de escola que reiteram que ela nunca apresentou distúrbios psicológicos.

A *Veja* inicia a sua matéria falando sobre as suspeitas e os resultados dos exames feitos pelas autoridades suíças mostrando a situação do caso até o momento e em seguida ela mostra a história de Paula. Já a *Isto é* passa a maior parte do texto descrevendo a história pra depois usar o legista como fonte contrária. Em ambas o pai, a madrasta e o legista são usados como fontes. A *Veja* não menciona ou traz qualquer fonte ligada ao governo brasileiro que na *Isto é* foi usado como forma de apoio a brasileira.

A revista *Época* começa sua matéria falando sobre o caso e a repercussão causada no Brasil. Cita o Itamaraty e o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim que se referiu ao caso como “agressão xenófoba”. Até o momento as fontes usadas corroboram com o ataque. Em seguida fontes ligadas as autoridades suíças começam a serem citadas. Primeiro com o depoimento do chefe de polícia de Zurique revelando que “no momento do ataque” ela já não estava grávida e depois com Walter Baer afirmando que: “Um médico-legista experiente tem de presumir que uma autoflagelação está bastante em evidência”

A revista ainda traz o psiquiatra Joel Rennó, para discutir sobre a saúde mental da falsa vítima afirmando que mulheres que sofrem aborto podem se autoflagelarem devido a culpa que sentem, mas ressalta que: “Só que esse quadro não bate com o da premeditação”.

Após uma longa explanação sobre o grande número de imigrantes na Suíça, sobre o SVP e sobre os *skinheads* o texto descreve o perfil da brasileira mencionando o nome do noivo Marco Trepp e trazendo uma declaração de uma executiva da Maersk “Nem me passa pela cabeça que ela pudesse inventar uma história dessas. Não sei o que está acontecendo com a polícia suíça”. Por fim Paulo Oliveira, pai de Paula declara: “Eles deveriam parar de desviar a atenção e descobrir quem cometeu o crime”.

A matéria da revista *Época* usa o pai de Paula em uma citação e não usa a madrasta, Jussara diferente das revistas *Isto é* e *Veja* que a colocaram em “confronto” com as declarações do legista Walter Baer. O legista aparece como fonte nas três matérias. A *Época* assim com a *Isto é* traz fontes do governo brasileiro, mas as usa de forma diferente. A primeira menciona as declarações do chanceler Celso Amorim de forma crítica. A *Isto é* traz três fontes ligadas ao governo: a consulesa Vitória Cleaver, o chanceler Celso Amorim e o presidente Lula, todos dando suporte a história de Paula. A revista *Veja* não cita nem menciona qualquer membro do governo.

Diferente da *Veja* a *Época* não traz declarações dos amigos da pernambucana favorecendo-a e sim uma executiva da empresa em que Paula trabalhava, porém a revista ressalta que a declaração da colega de trabalho foi antes da confissão ser publicada. Por fim *Época* e *Veja* trazem psiquiatras na tentativa de explicar o motivo de Paula ter inventado a farsa. A segunda sem citações diretas somente mencionando o que especialista no assunto sugerem.

Podemos perceber ao analisar as fontes usadas que a revista *Isto é* se posiciona de forma diferente em relação ao caso. Ela traz fontes que em sua maioria apóiam a versão da brasileira sobre o incidente. A revista *Veja* mesmo trazendo fontes parecidas as usa de forma diferente parecendo mais imparcial, mostrando os pontos diversos do caso e deixando para que o leitor formule sua própria opinião sobre o caso. A revista *Época* é ainda mais econômica com o uso das fontes relacionadas à Paula, descreve o caso e usa fontes relacionadas ao governo suíço.

Na segunda matéria a revista *Isto é* começa sua reportagem

descrevendo a reviravolta do caso trazendo a seguinte declaração da Promotoria Pública da Suíça: “A brasileira de 26 anos que tinha dito que foi atacada no dia 9 de fevereiro na estação de trem de Stettbach, em Zurique, voltou atrás em suas afirmações à polícia” continua o texto descrevendo as declarações das autoridades suíças com citação indireta. Segue com a declaração que Paula fez em sua confissão respondendo a polícia sobre o motivo da farsa: “Pergunte a um psiquiatra”.

Podemos notar a mudança de tom que a revista toma ao se referir ao caso desta vez “admitindo” que a história foi uma mentira trazendo assim fontes que asseguram essas informações. Ela cita as reportagens da revista suíça *Die Weltwoche* e o jornal *Tages Anzeiger* como fonte para especular as motivações da farsa. Antecedendo as informações declaradas pela família que Paula sofre de lúpus seu tio Silvio Oliveira declara: “Vamos ver se o que ela fez tem a ver com distúrbio psicológico causado pela doença que ela sofre”. Após uma breve explicação sobre a doença, Silvio acrescenta: “Se for isso, sinto pena dela. Mas se, do contrário, ela for uma pessoa capaz, é decepcionante para a família”.

Perecendo admitir a culpa de Paula, a revista cita o advogado que cuidará de sua defesa, Roger Müller e o promotor que cuida da investigação Marcel Frei. Ao final a cônsul geral Vitória Cleaver é citada dizendo que acompanhou a confissão e o Itamaraty afirmando que não se pronunciará sobre o caso.

A revista *Veja* em sua segunda reportagem sobre o caso usa poucas fontes. Usa a revista *Die Weltwoche* como fonte de informação sobre a confissão de Paula a polícia suíça. Usa a mesma declaração que a revista *Isto é* usou quando a brasileira em sua confissão, respondeu ao ser indagada sobre o motivo da farsa: “Isso vocês devem perguntar a um psiquiatra”. Continua mencionando as especulações da publicação suíça assim como a *Isto é* fez.

Logo é citada a estratégia do advogado Roger Müller de usar o lúpus como defesa também do mesmo modo que a *Isto é*, e descrevendo o quadro de lúpus, a psiquiatra Daniela Werebe afirmando que: “Já soube de casos envolvendo automutilação, mas são raros”

A *Época* em sua reportagem mais ampla sobre o caso, além de usar as fontes “chave” para tratar do desenrolar do incidente, traz algumas fontes diferenciadas. A matéria começa mencionando os amigos de Paula que receberam o e-mail anunciando a gravidez que dizia:

Então, eu queria ligar para todos, mas pelas razões abaixo vocês vão

entender que eu preciso economizar cada centavo a partir de agora, então não seria possível... de qualquer forma, é bem difícil achar um jeito melhor de dar a notícia. Então lá vai. A foto fala por si. Vocês sabem contar? Para aqueles que não têm meu celular (seguia-se o número), acho que não vou estar aqui a tarde. Então podem me ligar ou mandar SMS mais tarde ou no fim de semana para maiores esclarecimentos =) (*o emoticon do sorriso na internet*). E, sim, eu não poderia estar mais feliz.

Em seguida são citadas as acusações feitas pela polícia suíça.

A revista entrevistou uma das amigas dela que declarou que já ter visto Paula mentir em outras ocasiões, mas não traz citações diretas da ex-colega. A revista *Die Weltwoche* é usada como fonte na divulgação das investigações da polícia assim como nas outras revistas. Outros três casos de falsa denúncia de agressão são mencionados no texto com o alemão Alois Mannichl, a francesa Marie Leblanc e a alemã Rebecca K como protagonistas.

A reportagem aborda o motivo de a notícia ter tido tanto impacto na mídia e cita alguns nomes na tentativa de justificar o mal estar que as declarações de alguns membros do governo brasileiro causaram na Suíça. O jornalista Ricardo Noblat foi citado como o “revelador” da história. A lentidão do Itamaraty no caso de Jean Charles de Menezes como o motivo para as declarações apressadas do chanceler Celso Amorim exigindo providências.

Para explicar os erros que Paula cometeu em sua falsa denúncia o texto mostra dados de ataques na suíça e traz o legista Walter Baer declarando que é um caso típico de automutilação, pois os cortes são superficiais em partes não sensíveis do corpo. Para acrescentar a *Época* ouviu o professor da Universidade Federal da Paraíba, membro da Academia Internacional de Medicina Legal, Genival Veloso de França que declarou que as autolesões: “Costumam ser feitas em regiões menos sensíveis do corpo, são simétricas, lineares, padronizadas e superficiais e são acompanhadas de relatos de resistência ao ataque, mas a vítima não apresenta hematomas”.

Por fim a psiquiatra do Hospital das clínicas de São Paulo Jackeline Giusti reitera o que Genival diz e acrescenta que: “A automutilação pode ser uma forma de chantagem emocional. De mostrar que não se está bem”

Comparando as fontes usadas pelas três revistas podemos verificar que todas usam as mesmas fontes principais (família e polícia) e variam com fontes que trazem informações extras às matérias. A forma com que as mesmas fontes são expostas é que fazem a matéria ganhar uma “entonação” diferente.

A revista *Isto é* baseia sua primeira reportagem na família de Paula, não traz os depoimentos da polícia suíça prometidos em sua chamada. Mostra somente as alegações do legista que são confrontadas com as declarações da madrasta. Já na segunda matéria as declarações das autoridades suíças são expostas e há somente o tio da brasileira como fonte relacionada a ela. Há uma completa mudança de “posição” entre as duas reportagens.

Na *Veja* as fontes relacionadas à família não aparecem no texto com tanta frequência, a madrasta de Paula, Jussara faz declarações defendendo as acusações feitas pelo legista Walter. O pai aparece no texto descrevendo o que a filha contou a ele sobre o ataque. Além do legista, há depoimentos dos policiais suíços e diferenciando-se da *Isto é* aparecem os amigos e ex-colegas de Paula como fonte. Na segunda matéria a família da protagonista não tem voz no texto a fonte principal é a investigação das autoridades publicada pela revista suíça. Como extra a revista trouxe psiquiatras e o advogado da acusada.

A *Época* diferentemente das outras duas revistas não usou declarações da família da suposta vítima para contrapor as suspeitas das autoridades suíças. Somente no final do texto o pai de Paula faz uma declaração criticando a polícia. Ao longo do texto são citados membros do governo brasileiro, da polícia suíça e se diferenciando aparece um psiquiatra e uma executiva da empresa em que Paula trabalha. Na segunda matéria o foco principal é o resultado das investigações das autoridades suíças. Assim como nas outras a fonte principal é a revista suíça que publicou em detalhes a confissão e os laudos dos exames feitos em Paula. Como a revista dedicou um maior número de páginas em sua reportagem sobre o caso, ela é mais ampla abordando outros aspectos do caso por isso traz amigos da brasileira, além de psiquiatras e exemplo de casos parecidos com o de Paula Oliveira.

Analisando os pontos diversos entre as reportagens das revistas *Isto é*, *Veja* e *Época* usadas como objeto de pesquisa desse trabalho podemos notar que há uma grande diferença na linguagem e na entonação entre a primeira e segunda reportagem da revista *Isto é*. Em sua primeira matéria ela não cumpre no texto o que promete na chamada. Há uma dissonância. Ela descreve todo o incidente usando os verbos no passado simples como uma forma de afirmação, de crença na história da brasileira. Usa fontes como os familiares e o governo brasileiro que corroboram sua versão. Cita o xenofobismo na Europa fazendo parecer o caso Paula Oliveira mais um dado estatístico. Na segunda reportagem a revista muda o tom das afirmações

feitas na primeira. Usa os verbos no passado condicional e no infinitivo tanto ao se tratar da descrição do caso quanto às alegações da polícia. Fala sobre o lúpus, doença que Paula sofre como a estratégia de defesa que o advogado da acusada pretende usar. De um modo geral a revista parece ter tomado o lado da “vítima” e teve de voltar atrás com suas afirmações após as investigações acusarem Paula de ter inventando toda a história.

A revista *Veja* na sua primeira matéria parece não ter tomado um lado sobre o caso pondo em dúvida o ataque, na primeira reportagem ela mostra a versão da polícia com suas desconfianças sem afirmações todas com os verbos no passado condicional e no infinitivo. Na segunda matéria após a confissão de Paula muda o tom afirmando que era tudo mentira. Usa os verbos em passado simples de forma há não deixar dúvidas para o leitor que a história foi inventada por ela. Diferente da *Isto é*, a *Veja* não cita o governo brasileiro, não mostra exemplos ou dados de ataques xenófobos e assim como ela cita o lúpus e a estratégia defesa do advogado de Paula. Ambas as reportagens da *Veja* são sucintas e imparciais, porém parece impor a farsa de uma forma mais incisiva.

A *Época* constrói sua primeira matéria de uma forma diferente, ela narra a história no passado simples em tom de afirmação. No primeiro momento parece que a revista tenta “vender” a versão da brasileira, mas logo joga o peso das afirmações para Paula dizendo que aquela foi a história que ela contou. Assim como a revista *Isto é* o Itamaraty e o chanceler Celso Amorim são citados como fontes só que aqui fazendo uma crítica ao modo com que se manifestaram perante o caso e não como forma de apoio a vítima. A revista dedica quatro páginas sobre o caso em sua segunda matéria, portanto nota-se que ela é mais completa. Ela traz mais detalhes sobre a confissão e dá mais amplitude ao tema trazendo depoimentos de amigos. Das três revistas estudadas a *Época* foi a única que não divulgou a frase que ela disse em sua confissão ao ser questionada sobre o motivo da queixa de falso ataque racista. Que segundo a publicação *Isto é* foi: “Isso vocês devem perguntar a um psiquiatra” e segundo a *Veja*: “Pergunte a um psiquiatra”. Diferente das outras ela também não abordou o lúpus, doença que Paula alega sofrer e não traz também a estratégia de defesa que o advogado planejava usar.

A revista traz a mais do que as outras uma “análise” da conjuntura política da Suíça, dados de ataques e exemplos de falsos ataques xenófobos na Europa. Um ponto interessante que a revista mencionou sobre o caso foi sobre como esse

incidente se tornou um caso internacional e culpa a forma de abordagem dada pela imprensa. Ela explica de que forma a notícia foi divulgada pela primeira vez e cita o jornalista Ricardo Noblat como responsável pela publicação em seu blog. Logo menciona a lentidão do Itamaraty em relação ao caso do brasileiro morto em Londres ao ser confundido com um terrorista como uma possível explicação para nesse caso o governo ter se precipitado ao dar declarações que causaram mal estar entre o Brasil e a Suíça.

Podemos verificar que a revista *Época* foi a única que mencionou o ponto principal desse trabalho que é a forma de abordagem do caso pela imprensa fazendo o incidente se tornar um caso internacional, porém ela se distancia da responsabilidade pela divulgação da história apontando a imprensa em geral como “culpada”.

4 CONCLUSÃO

Esse trabalho teve como objetivo analisar a forma de abordagem do caso Paula Oliveira com as possíveis falhas em sua produção usando os critérios de noticiabilidade e a ética jornalística como estudo norteador. Como objeto de estudo foram utilizadas as revistas semanais *Isto é*, *Veja* e *Época* sobre o caso.

O jornalista Ricardo Noblat foi o responsável pela divulgação da notícia. Ele recebeu a informação e publicou o que pode ser analisado eticamente como errado por não ter confrontado as fontes antes da publicação. Sabemos que a ética jornalística é um tema extremamente debatido tanto no meio jornalístico quanto na sociedade em geral. Com esse trabalho percebemos que há uma diferença entre o ideal e o que se pode fazer diante de determinadas circunstâncias. O jornalismo é o risco entre essas duas possibilidades.

As revistas por sua vez não podiam ignorar as notícias e foram “obrigadas” a comentar o caso que já era noticiado em todos os meios. Por serem revistas semanais, todas publicaram a respeito do caso uma semana depois do fato ocorrido e já com novos elementos do caso. Foi um caso polêmico que dividiu opiniões, comoveu e indignou. Essa diferença de opinião pôde ser percebida entre as revistas. A revista *Isto é* pareceu ser mais solidária com a protagonista em sua primeira matéria, ela acreditou na história contada por ela e publicou o caso em tom afirmativo.

A revista *Veja* tentou fugir da responsabilidade das afirmações de Paula descrevendo o caso e os elementos contraditórios ao caso de uma forma mais imparcial levantando hipóteses sobre as motivações da brasileira e deixando para o leitor formar sua opinião.

A revista *Época* relatou o caso de forma imparcial, porém parecendo acreditar mais na versão lançada pelas autoridades suíças. Na semana seguinte a confissão de Paula foi divulgada em detalhes pela revista suíça *Die Weltwoche*. As três revistas a utilizaram como fonte de informação. A reviravolta do caso fez com que a revista *Isto é* que no primeiro momento “defendia” Paula, mudar sua posição e admitir que a brasileira de vítima virou indiciada. A *Veja* que se manteve imparcial perante o caso afirmou de forma sucinta que a história foi uma farsa. A revista

Época deu um maior destaque ao tema trazendo uma matéria extra sobre mentira. Na publicação após a confissão trouxe mais detalhes do caso e uma maior contextualização.

Percebemos que a notícia se encaixa nos critérios de noticiabilidade estudados ao longo do trabalho. A notícia era relevante e devia ser publicada. Podemos dizer que as revistas mesmo tendo diferentes formas de abordagem cumpriram o dever do jornalismo, é o de informar. A hipótese levantada sobre um possível erro no processo de produção de uma reportagem não se confirma nesse caso. As revistas de uma forma ou de outra publicaram as duas versões do caso com novos elementos além dos iniciais. Se houve uma “falha” que possa ser apontada no código de ética jornalístico, aconteceu antes das publicações das revistas estudadas.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Luís. **Técnica de jornal e periódico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/MEC, 1987.

ANDRÉ, Alberto. **Ética e códigos da Comunicação Social**. Porto Alegre: Sagra: DC Luzzatto, 1994.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**. São Paulo: Ática, 1990.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo interpretativo: filosofia e técnica**. 2. ed., Porto Alegre: Sulina, 1980.

BELTRÃO, Luiz. **Processo da Comunicação**. In: SILVA, Roberto P. de Queiroz (Coord.). **Temas Básicos em Comunicação**. **Revista da INTERCOM**, São Paulo: Paulinas, 1983.

BORDIEU, Pierre. **Razões práticas**. São Paulo: Papyrus, 1997.

BRAGA, Alfredo - **O Caso Paula Oliveira e a Conferência Durban II**. Disponível em: <<http://www.alfredo-braga.pro.br/discussoes/identidadejudaica.html>>. Acesso em: 16 Junho 2011.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BURKETT, Warren. **Jornalismo Científico: como escrever sobre ciência, medicina e alta tecnologia para os meios de comunicação**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

BORDENAVE, Juan E. Dias. **Além dos Meios e Mensagens: Introdução à Comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência**. 3 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1983.

CAMARGO, Marculino. **Fundamentos da ética geral e profissional**. Petrópolis, Vozes, 1999.

CAPUTO, Stela Guedes. **Sobre entrevistas: teoria, prática e experiências**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006. (Coleção Ensinar jornalismo).

CASTILHO, Carlos. **Livro digital ensina leitura crítica da imprensa**. Disponível em:

<http://observatoriodaimprensa.com.br/blogs.asp?id_blog=2&id=%7B156A39BD-463C-40D2-875A-B20311D65B06%7D>. Acesso em 25 de set de 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1994.

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de codificação em jornalismo**: redação, captação e edição no jornal diário. 5 ed. São Paulo: Ática, 1991.

ÉPOCA: Rio de Janeiro. Editora Globo, 2009.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Manual Nacional de Assessoria de Imprensa**. Rio de Janeiro: FENAJ, 1994.

FOCALIZE. **Caso Escola Base**. Disponível em: <<http://focalize-se.blogspot.com/2009/04/caso-escola-base.html>> Acesso em: 23 Junho 2011.

HUDEC, Vladimír. **O que é Jornalismo?** Lisboa: Caminho, 1980.

ISTO É: São Paulo. Editora Três, 2009.

KARHAWI, Issaaf. **CASO ESCOLA BASE – O (não) cuidado jornalístico com a publicação de denúncias**. Disponível em: <<http://curiofisica.com.br/noticias/caso-escola-base>> Acesso em: 23 Junho 2011.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Relações Públicas e Modernidade**: Novos Paradigmas na Comunicação Organizacional. São Paulo: Summus, 1997.

LAGE, Nilson. **Ideologia e Técnica da Notícia**. 3ª ed. Florianópolis: Insular, Ed. da UFSC, 2001.

LAKATOS, Eva Maria Lakatos; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

MASSARANI, Luisa; MOREIRA, Ildeu de C. Aspectos históricos da divulgação científica no Brasil. In: MASSARANI, Luisa; MOREIRA, Ildeu de C.; BRITO, Fátima (Orgs.). **Ciência e Público**: caminhos da divulgação científica no Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Ciência Centro Cultural da Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002. pp. 43-64.

MATTELART, Michèle e Armand. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Loyola, 1999.

MELO, Jose Marques de. **Comunicação: direito a informação**: questões da Nova e da Velha República. São Paulo: Papirus, 1986.

MORETZSOHN, Sylvia. **Para não esquecer**. Disponível em: <http://www.fndc.com.br/internas.php?p=noticias&cont_key=352443>. Acesso em 25 de set de 2009.

NOBLAT, Ricardo. **O que eu sei sobre o caso Paula**. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/o-que-eu-sei-sobre-o-caso-paula>> Acesso em: 14 Março 2011.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. **Caso Paula Oliveira – Suíça**. Disponível em: <http://www.tvebrasil.com.br/observatorio/cme/090303_resumo_492.htm>. Acesso em 25 de set de 2009.

OLIVEIRA, Ivan Carlo de Andrade (coord.) **Teoria do Jornalismo**: Critérios de escolha de notícias nos jornais amapaenses. Macapá: Virtual Books, 2003.

PEREIRA, Alfredo Eurico Vizeu. **Decidindo o que é notícia** - os bastidores do telejornalismo. Porto Alegre: Edipucrs, 2000. (Coleção Comunicação)

ROSSI, Clóvis. **O Que é Jornalismo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980.

RUDIGER, Francisco Ricardo. **Tendências do Jornalismo**. 2. ed. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1998.

SPENCER, Thomas Owen. **News Values**. Disponível em: <<http://docenti.lett.unisi.it/files/19/9/8/10/NewsValues.html>> Acesso em: 30 Junho 2011.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**. Teoria social crítica na era dos meios de comunicação social. Petrópolis: Vozes, 1995.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

VEJA: São Paulo. Editora Abril, 2009.

VIANNA, Luiz Humberto. **Crimes e irresponsabilidade jornalística**. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/crimes-e-irresponsabilidade-jornalistica>.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 1994.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Coleção leitura e crítica)

ANEXOS

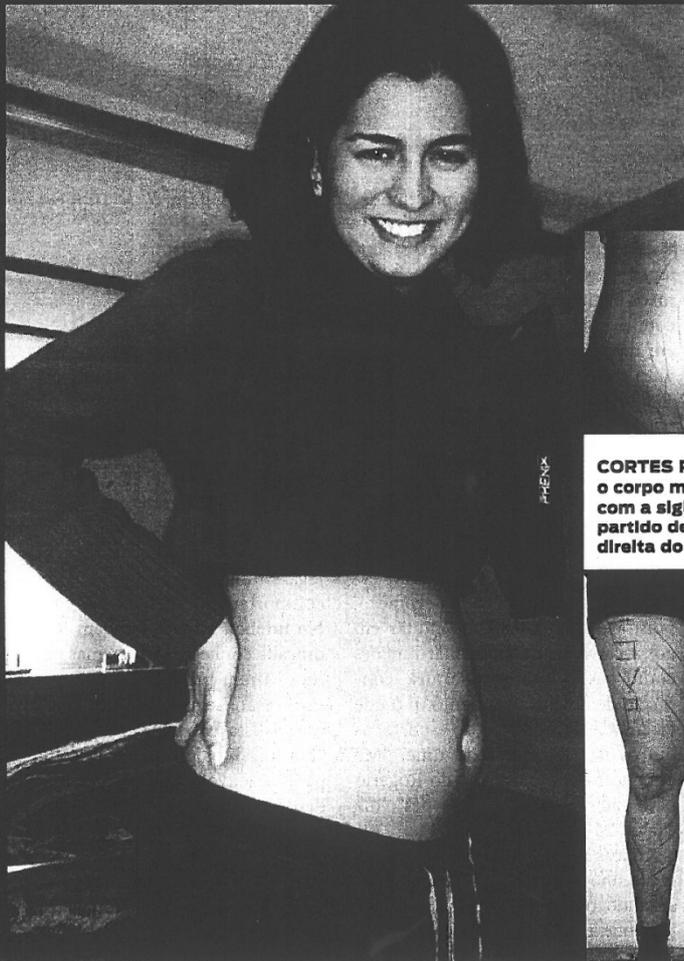
ANEXOS A: Isto é edição 2049

Comportamento

VÍTIMA DA INTOLERÂNCIA?

Brasileira denuncia ter sido agredida por neonazistas na Suíça, e a polícia local suspeita de autoflagelo

Rodrigo Cardoso



CORTES Paula teve o corpo marcado com a sigla do SVP, partido de extrema direita do país



Ela foi socorrida apresentando no corpo uma centena de ferimentos. Contou que recebeu chutes e, em um ato de covardia de seus agressores, vestidos de preto e de cabeças raspadas, teve pernas, braços, barriga e costas retalhados por um canivete. Pior: estava grávida de três meses de gêmeas e, após a violência, perdera os bebês. A história narrada pela advogada pernambucana Paula Oliveira, que vive na Suíça há dois anos, choca pela violência.

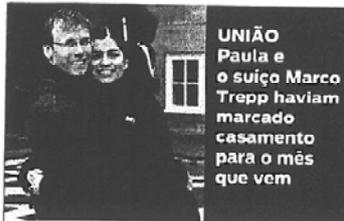
De casamento marcado para o mês que vem com um consultor de investimentos suíço, Paula conta que falava em português pelo celular com sua mãe quando foi cercada por três homens com aparência neonazista – um deles tinha a suástica tatuada na nuca – perto de uma estação de trem a três quilômetros da capital, Zurique. Ao

final do ataque, na segunda-feira 9, os criminosos teriam escrito nas coxas da brasileira a sigla SVP (Partido Popular Suíço) com canivete. Paula, que não foi roubada nem molestada sexualmente, e está legalmente na Suíça como funcionária da empresa dinamarquesa Maersk, seguiu para um banheiro público, onde teria abortado. Foi socorrida no local por policiais, mas em vez de encontrar amparo encontrou desconfiança. Eles colocaram em dúvida sua história, sugerindo autoflagelo.

Para o governo brasileiro, porém, os elementos do caso indicavam preconceito contra uma imigrante. “Trata-se de um ata-

que xenófobo”, afirmou Vitória Cleaver, consulesa do Brasil em Zurique, assim que passou a acompanhar as investigações. “Minha filha está em estado de choque e eu, sob efeito de tranquilizantes”, indigna-se o pai da advogada, o assessor parlamentar Paulo Oliveira, que viajou ao país para dar suporte a Paula. O caso repercutiu no mundo todo. Aqui, o chanceler Celso Amorim levantou a possibilidade de sanções contra o governo suíço e de denunciar o caso à Comissão de Direitos Humanos da ONU. **O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reforçou, na quinta-feira 12: “Não podemos ficar calados diante de tamanha violência contra uma brasileira.”**

O cenário com contornos de ataque xenófobo, porém, ganhou um novo elemento na sexta-feira 13, enquanto Paula, ainda no hospital, recebia remédios contra dor e atendimento de psicológico e obstetras. Em entrevista na sede da polícia de Zurique, Walter Bar, diretor do Instituto de Medicina Forense da Universidade da capital suíça, afirmou, a partir de exames de legistas e ginecologistas, que no momento da agressão a brasileira não estava grávida. A madrasta dela, Jus-



UNIÃO
Paula e
o suíço Marco
Trepp haviam
marcado
casamento
para o mês
que vem

sara Britto, que mora no Recife, afirma que a afilhada esperava gêmeas. “Ela chegou a enviar o ultrassom para a gente, por e-mail”, conta.

Bar foi mais longe: “Minha conclusão é de que ela mesma fez os ferimentos.” Segundo ele, as partes do corpo machucadas estão todas ao alcance da mão de Paula, não existem cortes profundos, o que pela violência relatada deveria haver, e áreas sensíveis às mulheres, como seios e genitais, foram preservados. Ao contrário do que sustenta Bar, Jussara diz que a enteada tem ferimentos nas costas. “Daqui a pouco vão arranjar um cúmplice para Paula para explicar esses cortes”, revolta-se Jussara. A polícia da Suíça, país onde um terço da população se declara xenófoba, segue investigando o caso. A brasi-

leira já foi interrogada duas vezes.

Uma onda de xenofobia varre a Europa. A crise econômica e o desemprego têm servido como alibi para que ativistas e políticos nacionalistas defendam medidas racistas. Na Suíça, um referendo foi aprovado, um dia antes do suposto ataque à brasileira, para a livre circulação de cidadãos de países da União Europeia. Partidos de extrema direita, como o SVP, protestaram. Na Suíça, 113 casos de racismo foram registrados em 2007, 30% a mais do que no ano anterior.

Na Itália, a política anti-imigração é radical. A legislação tacha como “vagabundos” imigrantes sem teto e estabelece pena de quatro anos de prisão para estrangeiros com ordem de expulsão e que, ainda assim, permanecem no país. Mais: há duas semanas, o Senado aprovou uma medida para que médicos delatem os ilegais. Em Roma, no mês passado, um indiano de 35 anos foi espancado e queimado por três jovens. O próprio presidente italiano, Giorgio Napolitano, admitiu que fatos como esse devem ser encarados como “uma tendência que está crescendo”. E, infelizmente, não é apenas na Itália. ■

ONDA XENÓFOBA NO MUNDO

EUA

No mês passado, assim que a Microsoft anunciou que demitiria **5 mil** funcionários por conta da crise, o senador republicano Chuck Grassley procurou a empresa para que ela dispensasse primeiro trabalhadores estrangeiros

Inglaterra

Centenas de funcionários de uma refinaria entraram em greve, no mês passado, contra a contratação de mão-de-obra estrangeira, principalmente portuguesa e italiana

Suíça

1/3 Um terço da população se diz xenófoba. Em 2007, os casos de racismo cresceram **30%** em relação ao ano anterior

Espanha

Turistas brasileiros têm sido barrados com frequência no aeroporto de Barajas, em Madri. Foram **3.013** em 2007 e **2.196** em 2008. Os imigrantes chegam a **10%** da população e o índice de desemprego do país é elevado, está em

16%

Itália

No mês passado, um indiano foi espancado e queimado por três jovens. O Senado aprovou, este mês, uma medida para que médicos denunciem imigrantes ilegais atendidos em hospitais e postos de saúde

Cingapura

Imigrantes estão perdendo postos em setores como construção, estaleiros e indústrias manufatureiras

ANEXOS B: Isto é edição 2050

Comportamento

INDICIADA NA SUÍÇA

Autoridades do país dizem que a brasileira confessou ter cortado o próprio corpo e inventado gravidez

Carina Rabelo e Rodrigo Cardoso

De vítima a indiciada. É este o resumo da história da brasileira que disse ter sido atacada por neonazistas na Suíça e abortado as filhas gêmeas. Na quinta-feira 19, a Promotoria Pública do país informou que a advogada Paula Oliveira admitiu a autoridades ter inventado a gravidez e se automutilado. A confissão, por escrito, teria ocorrido na semana anterior, na sexta-feira 13, enquanto ainda estava internada no hospital universitário de Zurique. "A brasileira de 26 anos que tinha dito que foi atacada no dia 9 de fevereiro na estação de trem de Stettbach, em Zurique, voltou atrás em suas afirmações à polícia", diz o comunicado. Paula teve o passaporte bloqueado e está impedida de deixar o país.

Segundo as autoridades suíças, consta do depoimento que ela teria comprado a faca em uma loja de objetos domésticos, na saída do trabalho, e feito os cortes em seu corpo, nos quais se lê SVP (Partido do Povo Suíço), no banheiro da estação. **A motivação? "Pergunte a um psiquiatra", teria dito Paula**, que trabalha como coordenadora de vendas da multinacional dinamarquesa Maersk no escritório de Zurique. O episódio causou um constrangimento diplomático para o Brasil. Até saber que os exames mostraram que ela não estava grávida quando foi socorrida, o País cobrava das autoridades suíças providências contra o suposto ataque xenófobo. A advogada



teria planejado e executado tudo sozinha, mas os investigadores desconfiam da participação do namorado dela, o consultor financeiro suíço Marco Trepp, 39 anos. Trepp não visitou Paula no hospital, onde ela ficou internada seis dias, e teria viajado para o interior do país.

De acordo com a revista suíça *Die Weltwoche*, a polícia investiga a possibilidade de Paula ter agido por motivação financeira, premeditando utilizar

a agressão para processar o Estado e obter uma indenização para vítimas de ações de xenofobia. O valor poderia chegar a R\$ 200 mil. Outra publicação, o *Tages Anzeiger*, afirma que a advogada inventou a gestação para forçar um casamento com o namorado e conseguir o visto de permanência na Suíça, que expira no fim do ano.

"Vamos ver se o que ela fez tem a ver com o distúrbio psicológico causado pela doença que ela sofre", diz Silvio Oliveira, tio de Paula. Segundo a família, ela tem lúpus há oito anos. Trata-se de uma doença crônica que provoca a produção de anticorpos que podem atingir os órgãos do sistema nervoso central e gerar surtos psicóticos. "Se for isso, sinto pena dela. Mas se, do contrário, ela for uma pessoa capaz, é decepcionante para a família", diz o tio. Portadores dessa enfermidade, que não tem cura, podem conviver com problemas como mudanças de

AUTOFLAGELO
Paula teria comprado uma faca na saída do trabalho e cortado o próprio corpo no banheiro de uma estação de trem nas proximidades de Zurique



humor, ataques epiléticos e perda de contato com a realidade.

O advogado Roger Müller, que defende a brasileira, planeja usar o lúpus como atenuante. Por fraude contra a administração da Justiça, Paula foi enquadrada no artigo 304 do Código Penal suíço, que prevê prisão de até três anos. Ela ainda será ouvida pelo promotor Marcel Frei, que cuida da investigação. Segundo a revista *Die Weltwoche*, a consul-geral Vitória Cleaver acompanhou a confissão de Paula. O Itamaraty afirmou que não se pronunciará sobre o fato e continua prestando assistência para a brasileira e sua família, apesar da saia-justa provocada pelo episódio. ■

"Vamos ver se o que ela fez tem a ver com o distúrbio psicológico causado pela doença"

Silvio Oliveira, tio de Paula

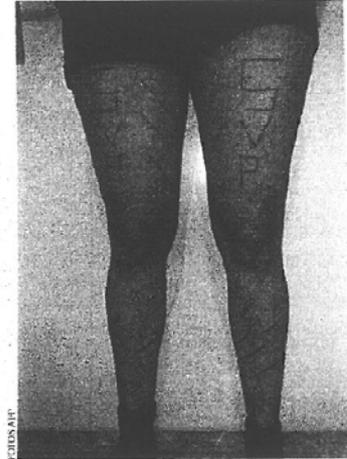
ANEXO C: Veja edição 2100

ERA TUDO MENTIRA?

A polícia suíça diz que a advogada brasileira que teria sido vítima de ataque xenófobo não estava grávida e pode ter se automutilado

O caso da agressão à advogada brasileira Paula Oliveira, de 26 anos — que teria tido o corpo retalhado a faca por três homens na Suíça e perdido os bebês que esperava em decorrência do episódio —, terminou a semana de forma inesperada: em comunicado distribuído na sexta-feira, a polícia suíça afirmou que resultados de exames médicos apontaram que Paula, ao contrário do que havia dito, não estava grávida no momento em que diz ter sofrido a agressão. O aviso informa ainda que, de acordo com os exames, não é possível afirmar que as marcas em seu corpo tenham sido feitas por terceiros. O legista suíço Walter Baer, que auxiliou a polícia nas investigações, declarou que “qualquer médico forense com experiência não hesitaria em afirmar que esse foi um caso de autoflagelação”. A madrastra de Paula, Jussara Brito, disse a VEJA que a família tem imagens de ultrassom que mostram que Paula estava, sim, grávida. Quanto à afirmação de que ela própria poderia ter se autoinfligido os cortes que aparecem nas fotos enviadas a jornalistas brasileiros por seu namorado, Jussara afirmou: “Quem conhece a Paula sabe que essa hipótese está fora de cogitação”.

Paula contou ao pai, o assessor parlamentar Paulo Oliveira, que se dirigia à casa onde mora com o noivo quando foi abordada por três homens carecas na saída da estação de trem de Dubendorf, cidade vizinha a Zurique. Eles a teriam arrastado para um terreno próximo, abaixado sua calça e levantado sua blusa. “Depois a estiletaram no corpo todo. Na barriga e nas coxas, fizeram as siglas do SVP”, disse o pai. O SVP, Partido do Po-



MARCADA Paula, em foto enviada a amigos anunciando a gravidez; acima, as marcas que os supostos agressores teriam lhe infligido

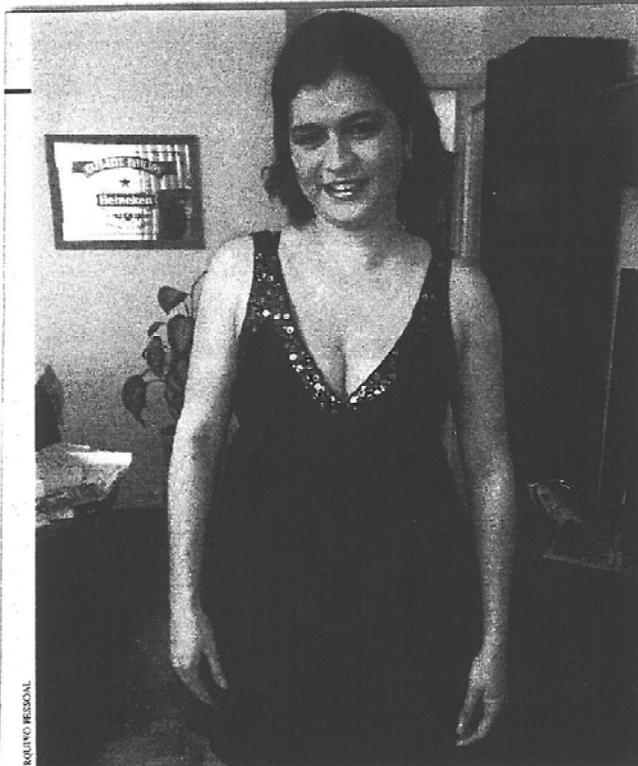
vo Suíço, teve 29% dos votos nas últimas eleições e conquistou a maior parte das cadeiras do Parlamento suíço. O fato de ele pregar a expulsão de imigrantes reforçou a sugestão de que se tratava de um ataque xenófobo. Paula disse que, depois do ataque, se refugiou no banheiro da estação de trem. Lá, teria sofrido o aborto.

Logo que chegou a Zurique, em 2007, transferida da filial da empresa dinamarquesa Maersk em São Paulo, Paula conheceu o namorado, o economista suíço Marco Trepp. No dia 20 de janeiro, ela mandou um e-mail para amigos, com uma foto sua, anunciando a gravidez: “Gente, novidades: tô grávida... de gêmeos! O susto foi grande, mas agora estamos superfelizes! Como perdi muito peso, já dá pra ver a barriguinha, espero que gostem!”. No dia 23, escreveu para a amiga Márcia Peixoto que esperava meninas e, no dia do suposto ataque, mandou outro e-mail dizendo que estava ansiosa pelo exame que faria no dia seguinte.

Diante de versões tão conflitantes, três hipóteses se desenham: 1) a polícia

suíça mentiu ou se enganou ao dizer o que disse; 2) Paula, por alguma razão, inventou que estava grávida e criou a versão do ataque para camuflar a mentira; 3) além de fabular sobre a gravidez e o ataque, a advogada se automutilou, numa conduta que pode ser consequência de um distúrbio psiquiátrico ou de uma instabilidade emocional momentânea — o que, segundo especialistas, pode ocorrer em qualquer fase da vida. Contra essas duas últimas possibilidades, estão relatos colhidos por VEJA. A reportagem ouviu dois ex-colegas de faculdade da advogada, uma ex-professora de colégio, um amigo também dos tempos de escola e um advogado do escritório onde Paula estagiou no Brasil. Todos reiteram o que diz sua madrastra: que ela nunca apresentou nenhum distúrbio psicológico, era sociável, tranquila e afável. O episódio envolve dúvidas — gravidez ou não gravidez, ferimentos autoinfligidos ou não — cujas respostas, quando forem apresentadas, precisam ser incontestáveis. Quaisquer que sejam elas, o fato é triste. ■

ANEXO D: Veja edição 2101



ARQUIVO RESSONAL

SIM, ERA TUDO MENTIRA

Perguntada por que se automutilou e mentiu sobre a gravidez, brasileira responde à polícia suíça: "Isso vocês têm de perguntar a um psiquiatra"

Ao contrário do que havia afirmado ao namorado, à polícia e à família, a advogada brasileira Paula Oliveira, 26 anos, não foi agredida por três skinheads (tal ataque jamais aconteceu), não teve o corpo retalhado à força por estilete (ela se automutilou) e também não sofreu um aborto de gêmeos (simplesmente não estava grávida). A confissão foi feita à polícia de Zurique no último dia 13, mas só veio à tona na semana passada, depois que uma revista suíça divulgou a notícia e a promotoria de Zurique a confirmou. A semanal *Die Weltwoche* — que apoia o Partido do Povo Suíço, cujas

siglas Paula gravou a faca nas pernas e no abdômen — publicou que a brasileira admitiu a mentira depois de ser confrontada com resultados médicos que indicavam que não esteve grávida recentemente. Perguntada sobre o motivo pelo qual teria inventado tudo, Paula, segundo a revista, respondeu: "Isso vocês devem perguntar a um psiquiatra". A reportagem sugere que a advogada montou a farsa para receber a indenização prevista na Lei de Assistência às Vítimas de Agressão. A reparação, que pode chegar a 200 000 reais, é destinada a vítimas de agressão física, sexual ou psicológica. O objetivo da lei é esti-

A CONFISSÃO

Na reportagem com o testemunho da advogada, a revista suíça *Die Weltwoche* sugere que a farsa foi motivada por dinheiro

DIE WELTWOCH

Wochenzeitung

Stuttgar, Sonntag, 22. Feb. 2009, 4. Jahrgang

Paula Oliveira

Protokolle einer Irreführung

Überführung eines Skinhead-Überfalls auf eine vermeintlich schwangere Brasilianerin war absichtlich geplant: Die Plattform gegen aggressive und rassistische Polizei: Das fidele Opfer hatte durchaus handfeste Motive: Es wollte eine Foto-Gemengung bekommen. Von Alex Bopp

Die schreckliche Nachricht wurde am 11. Februar von der brasilianischen News-Kette O Globo in Umlauf gebracht und schlug in Brasilien ein wie eine Bombe: Drei Rechtsextreme hatten zwei Tage zuvor in Zürich die brasilianische Anwältin Paula Oliveira, 26, auf offener Strasse überfallen und mit zahlreichen Schultwunden verletzt; als Folge der Misshandlung soll die junge Brasilianerin, die im dritten Monat schwanger gewesen sei, auf der Toilette im Bahnhof Stuttgart Zwillinge verloren haben. Gemäss den Fotos, welche den Bericht illustrierten, hatten die Täter dem Opfer die Brustgelenke SVP auf den

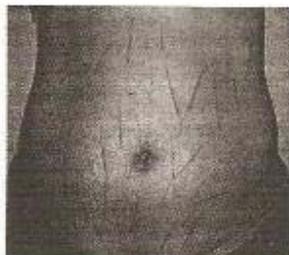


mular as pessoas a comunicar à polícia as agressões sofridas, sobretudo nos casos de violência doméstica.

Paula foi indiciada por indução da Justiça ao erro, crime que pode ser punido com até três anos de prisão. Seu advogado, Roger Müller, já declarou que pode usar como estratégia de defesa o argumento de que a brasileira é portadora de lúpus, distúrbio imunológico que pode acarretar transtornos psiquiátricos. A psiquiatra Daniela Werbe confirmou que a doença é capaz de provocar surtos psicóticos em seu portador. Disse, no entanto, que as manifestações mais frequentes, nesse caso, são alucinações e sensação de perseguição. "Já soube de casos envolvendo automutilação, mas são raros." Paula está legalmente impedida de deixar a Suíça. Está com a família no apartamento de 70 metros quadrados em que morava com seu noivo — ou, a esta altura, ex-noivo. Marco Trepp, que havia pedido Paula em casamento fazia menos de um mês, permaneceu no apartamento até o dia 13, data em que a brasileira confessou a farsa. Desde então, desapareceu. ■ **NATALIA MANCZYK**

Anexo E Época edição 561

MUNDO IMIGRAÇÃO



DÚVIDA LOCALIZADA
Imagens da barriga de Paula riscada (acima) e em dias felizes de gravidez (à dir.). A polícia suíça diz que ela mentiu sobre o aborto e pode ter se autoflagelado



Vítima ou mentirosa?

Paula Oliveira comoveu o Brasil com uma história de ataque racista seguido de flagelação e aborto. Agora os suíços dizem que é tudo mentira. E aí?

Ivan Martins e Thiago Cid

A advogada brasileira Paula de Oliveira, moradora há dois anos de um subúrbio de Zurique, tem uma história terrível a contar. No início da noite da segunda-feira, 9 de fevereiro, ela foi cercada por três homens na saída da estação de trens de Stettbach, perto de sua casa. Carecas, vestindo roupas escuras e com suásticas tatuadas na pele, eles a teriam arrastado para uma das saídas da estação e agredido com socos e pontapés. Enquanto dois a seguravam, um deles passou a cortar seu corpo com um estilete. As fotos divulgadas mais tarde pela internet mostram que ela foi riscada abundantemente nas coxas, nos braços e na barriga.

Com friteira de açougueiro e mão de calígrafa, alguém teria entalhado nas coxas e na barriga da pernambucana de 26 anos três letras maiúsculas, SVT. Era um recado com sentido político, sigla de uma organização que faz campanha contra a presença de imigrantes e participa da coalizão que governa a Suíça. Paula teria dito à família que, em meio à sessão de tortura, um dos agressores perguntou se ela estava grávida. Ela teria

negado, apavorada, com medo de atrair ainda mais violência e sadismo. Quando os algozes finalmente a deixaram, diz que se arrastou até o banheiro da estação e – afirma – sofreu um aborto. Estava grávida de três meses. Eram gêmeos. Duas meninas. Quando a polícia chegou, meia hora depois, constatou que nada fora roubado.

Essa é a história contada por Paula. Ao longo da semana passada, seu drama de agressão, tortura e racismo foi acompanhado passo a passo pela imprensa. Ele comoveu e indignou os brasileiros, levando o Tamaraty a pressionar os suíços. Afinal, eles pareciam duvidar das palavras da brasileira e hesitavam em investigar a "agressão xenófoba", como definiu o ministro Celso Amorim, das Relações Exteriores. Isso

durou até a tarde da sexta-feira, quando a história de Paula sofreu dois graves abalos. Primeiro, o chefe da polícia de Zurique deu uma entrevista coletiva na qual afirmou que "no momento do ataque" ela já não estava mais grávida. Estivera, mas havia abortado antes da noite da segunda-feira. Havia, portanto, uma mentira.

Segundo os suíços, não era a única nem a mais grave. Na mesma entrevista, Walter Bär, médico forense da Universidade de Zurique, disse que os ferimentos de Paula eram todos de pequena profundidade, estavam em regiões não sensíveis e localizam-se, exclusivamente, em áreas do corpo que ela poderia alcançar com as próprias mãos. "Um médico-legista experiente tem de presumir que uma autoflagelação está bastante em evidência", disse ele. Era o segundo golpe à credibilidade da brasileira.

O psiquiatra paulista Joel Rennó, especialista em saúde mental de mulheres do Hospital das Clínicas de São Paulo, diz não ser incomum que mulheres que sofreram aborto se sintam culpadas e se autoflagelem. "Só que esse quadro não bate com o da premeditação", afirma. Se

"Um médico-legista experiente tem de concluir que a autoflagelação está em evidência"

Anexo F: Época edição 562

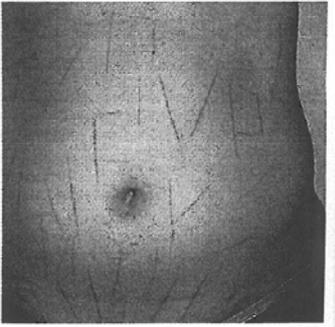
SOCIEDADE COMPORTAMENTO



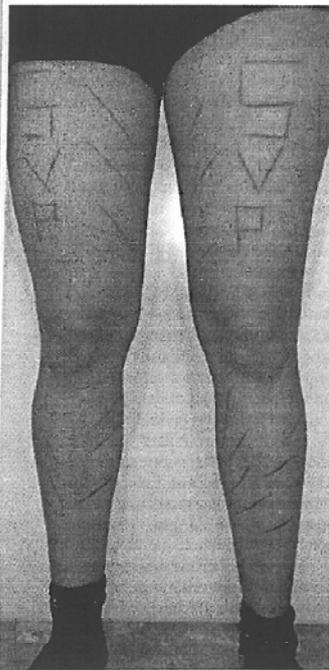
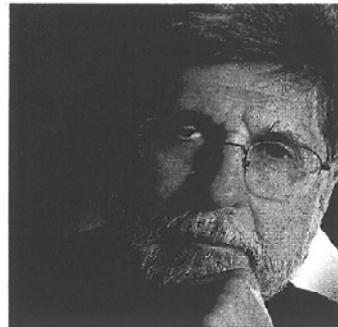
Os erros trágicos do caso Paula

Como uma história nascida de uma pequena mentira se transformou num escândalo internacional

Eduardo Simantob, de Zurique,
Marco Bahé, do Recife, e
José Antonio Lima



78 > **ÉPOCA**, 23 de fevereiro de 2009



No dia 16 de janeiro, um grupo de amigos de Paula Oliveira recebeu um e-mail singelo, escrito em inglês mediano, que pode ser traduzido assim: “Então, eu queria ligar para todos, mas pelas razões abaixo vocês vão entender que eu preciso economizar cada centavo a partir de agora, então não seria possível... de qualquer forma, é bem difícil achar um jeito melhor de dar a notícia. Então aí vai. A foto fala por si. Vocês sabem contar? Para aqueles que não têm meu celular (*seguia-se o número*), acho que não vou estar aqui à tarde. Então podem me ligar ou mandar um SMS mais tarde ou no fim de semana para maiores esclarecimentos =) (*o emoticon do sorriso na internet*). E, sim, eu não poderia estar mais feliz!”

Um mês depois, Paula Oliveira dificilmente poderia estar mais infeliz. Passou os últimos dias trancada com a família no apartamento onde mora, em Dübendorf, cidade de 20 mil habitantes do cantão de Zurique, no norte da Suíça. Desde a quarta-feira, é acusada de ter forjado uma agressão de neonazistas no dia 9. Três homens teriam talhado sua pele com um estilete e a feito abortar os gêmeos que estaria esperando. A polícia suíça a acusou de ter inventado tudo e de ter infligido a si mesma os ferimentos. Até a gravidez anunciada alegremente aos amigos na segunda quinzena de janeiro seria uma mentira.

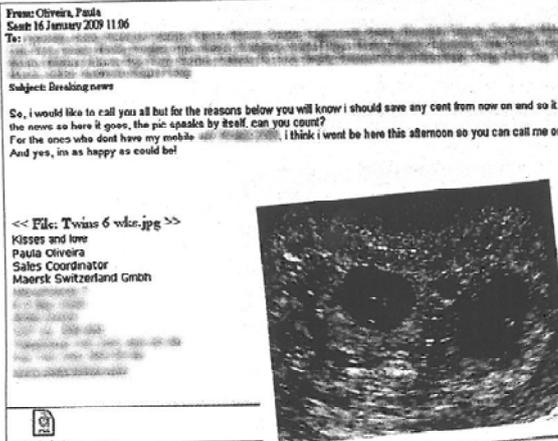
O e-mail que ela enviou aos amigos despertou desconfiança em pelo menos uma delas, que disse a ÉPOCA ter visto Paula mentir em outras ocasiões. No pé da mensagem descrita acima, ela anexou uma pequena imagem em formato JPG, um dos mais comuns para fotos digitais. Batizado “Twins 6 wks”, o arquivo era a reprodução de um ultrassom de um útero prenhe de dois gêmeos. Uma busca na internet localizou rapidamente uma imagem idêntica, com o mesmo nome, no site about.com, ilustrando uma página sobre os diferentes estágios de uma gravidez gemelar. De posse da informação, ela trocou e-mails com outros conhecidos, comentando que não seria a primeira mentira inocente da amiga. Não imaginavam em que ela iria se transformar. ▶

NA JUSTIÇA
Paula em fotos recentes, a estação onde teria ocorrido o ataque e as imagens dos ferimentos supostamente autoinfligidos pela brasileira. Ao alto, o legista Walter Baer (*de bigode*) e o comandante da polícia de Zurique, uma manifestação de extremistas na Suíça e o chanceler brasileiro, Celso Amorim

Fotos: reprodução/Ag. O Globo; reprodução/RE. Christian Hartmann/Reuters. Steffen Schmidt/AP. Marcelo Soubhia/Éf. Globo, AFP. reprodução/Ag. O Globo e Patrick B. Kraemer/Keystone/AP

23 de fevereiro de 2009. ÉPOCA > 79

SOCIEDADE COMPORTAMENTO



A MENSAGEM
Uma amiga de
Paula mostrou a
ÉPOCA o e-mail
com o ultrassom
tirado da Internet

Encontrada por ÉPOCA, essa ex-colega descreveu o comportamento de Paula como o de uma fabuladora, uma pessoa acostumada a acrescentar detalhes fictícios à história pessoal. Certa feita, segundo essa amiga, Paula contou que tinha perdido o marido, um francês de nome François, no acidente do voo da TAM em Congonhas em 2007. Os amigos foram checar e o único François da lista era um brasileiro, casado com outra mulher.

Segundo a imprensa suíça, cópia da reportagem publicada por epoca.com.br na semana passada, revelando o detalhe do ultrassom, foi anexada ao inquérito sobre o caso. Paula foi indiciada por ter mentido aos investigadores. Segundo a revista suíça *Die Weltwoche*, já no dia 13 de fevereiro ela assinara uma confissão. Está impedida de deixar a Suíça e sujeita a até três anos de prisão ou multa.

A *Weltwoche*, que aparentemente teve acesso ao inquérito – a polícia suíça admitiu a veracidade das informações e abriu um inquérito à parte para apurar quem violou o segredo de Justiça –, descreveu com riqueza de detalhes a versão oficial dos fatos. Na manhã do suposto ataque, Paula pôs na bolsa uma taquinha de cozinha, daquelas que se usam para descascar batatas, comprada numa loja da Ikea, rede de venda de utensílios domésticos. Por volta das 19 horas, voltando para casa, ao descer do trem na estação de Stettbach, ela dirigiu-se ao banheiro.

Ali, incizou na própria pele as letras SVP – nome do Partido do Povo Suíço, de extrema-direita. Em seguida, mandou um SMS para o namorado, o suíço Marco Trepp, e este chamou a polícia.

Desde o primeiro momento, os policiais suspeitaram da história contada por Paula. Tinham um motivo para isso. Na Europa, houve pelo menos três casos rumorosos de falsa declaração de agressão racista nos últimos anos:

■ Em 2004, a jovem francesa Marie-Léonie Leblanc disse à polícia que negros e árabes a atacaram num trem de subúrbio e pintaram suásticas em sua barriga. O presidente da França, Jacques Chirac, expressou compaixão por ela. A falta de testemunhas e de imagens do incidente nas câmeras de vigilância levantou suspeitas. Marie-Léonie confessou que inventou tudo para chamar a atenção dos pais e que não esperava que o caso fosse ter tamanha repercussão.

■ Em novembro passado, a estudante alemã Rebecca K., de 17 anos, afirmou que quatro skinheads talharam uma suástica em sua cintura, supostamente porque ela tentou proteger uma criança de origem estrangeira. Legistas provaram que ela mesma fizera os cortes e Rebecca foi condenada a prestar serviços à comunidade.

■ Em dezembro passado, um militante antinazista alemão, Alois Mannichl, disse ter sido esfaqueado por um militante de extrema-direita. A chanceler alemã, Angela Merkel, solidarizou-se com Mannichl. A faca usada no ataque foi encontrada na casa do próprio Mannichl, e agora a hipótese mais aceita é que o ferimento foi provocado por uma briga de família.

Os três casos guardam, aqui e ali, semelhanças com o de Paula: a suposta motivação extremista, o uso de instrumentos cortantes, a ausência de testemunhas oculares. Isso não quer dizer que não se deva dar a Paula o benefício da dúvida. Todos são inocentes até prova em contrário. Se alguns amigos a descrevem como mitomaníaca, outros a defenderam com veemência. Bacharel em Direito, de 26 anos, filha de um assessor parlamentar, Paula trabalha no escritório suíço da Maersk, uma grande empresa dinamarquesa do setor de transporte marítimo em contêineres. Entrou na empresa como trainee e trabalhou em São Paulo antes de ser enviada para a aprazível cidade suíça de Zug.

O pequeno incidente de Stettbach se tornou um caso internacional devido à forma como foi abor-

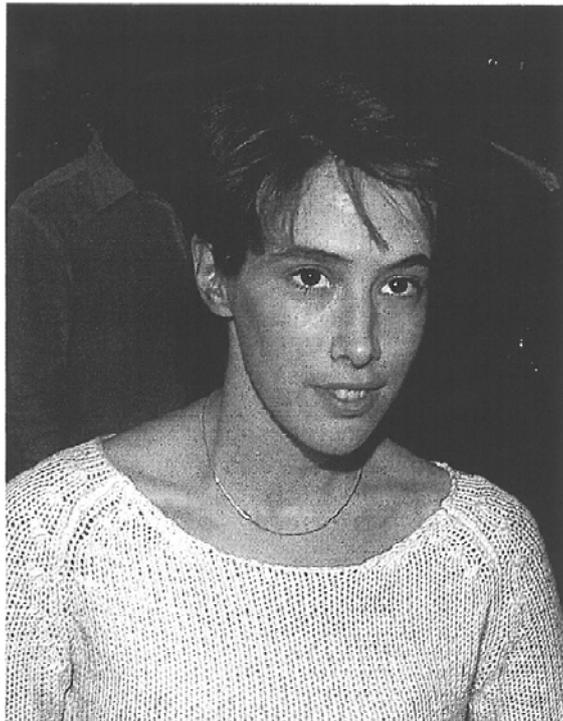
A polícia suíça tende a suspeitar de denúncias de ataques racistas. O motivo: uma série de casos falsos

dado na imprensa. Dois dias depois do alegado ataque, às 15h52 da quarta-feira, 11 de fevereiro, o incidente foi revelado pelo blog do jornalista Ricardo Noblat. A audiência e o prestígio de Noblat bastaram para a notícia se espalhar rapidamente por outros meios de comunicação. O caso mexe com um tema sensível para os dois países, a xenofobia. Assim como a polícia suíça tende a suspeitar de qualquer denúncia de ataque neonazista, em razão dos episódios anteriores de mitomania, a opinião pública brasileira está predisposta a dar crédito a toda história de aparente discriminação contra compatriotas que emigraram – sobretudo depois do caso de Jean Charles de Menezes, o jovem de 27 anos confundido com um terrorista e morto pela polícia inglesa em 2005, no auge da histeria provocada pelos ataques de 7 de julho daquele ano ao metrô londrino. Talvez tendo em mente a criticada lentidão do Itamaraty no caso Jean Charles, o ministro brasileiro das Relações Exteriores, Celso Amorim, deu declarações que causaram mal-estar na Suíça. Quando a maré virou-se contra Paula, Brasília adotou uma postura discreta em relação ao caso e prometeu assistência à brasileira, qualquer que seja o desfecho do inquérito.

Um conhecimento melhor da conjuntura suíça permitiria desconfiar da história de Paula. Ataques e agressões de cunho xenófobo de fato existem na Suíça – números oficiais dão conta de 355 denúncias entre 1995 e 2006 –, e observou-se um sensível aumento nos últimos anos. Depois do caso Paula, surgiu no site de relacionamentos Facebook uma comunidade chamada Ausschaffung für Paula Oliveira (“Deportação para Paula Oliveira”), com mais de 2 mil membros, repleta de expressões racistas em Schweizerdeutsch, o alemão falado em parte do território suíço.

Mas o caso de Paula foge dos padrões dos ataques racistas na Suíça. As vítimas em geral são homens, a grande maioria árabes/muçulmanos, africanos, europeus do Leste, sobretudo ex-iugoslavos. O SVP é um partido de direita, estupidamente conservador, nacionalista e de base rural. Cresceu nos últimos 15 anos montado no temor da classe média em relação à globalização e à imigração. Suas campanhas são recheadas de símbolos e alusões xenófobas e racistas. Mas não é conhecido como um partido de skinheads. Os neonazistas radicais não se identificam com o SVP.

O segundo ponto contra a versão de Paula é a natureza de seus ferimentos. O médico-legista Walter Baer, que examinou os cortes em Paula, foi categórico: trata-se de um caso “clássico” (*lehrbuchmässig*, em alemão, que significa literalmente “tirado do manual”) de cortes autoinfligidos: todos ao alcance das mãos da vítima, relativamente superficiais e poupando partes mais sensíveis do corpo e da genitália.



Especialistas ouvidos por ÉPOCA concordaram em falar sobre a automutilação em tese – por não terem acesso ao laudo do legista suíço. Autor de livros sobre o tema e membro da Academia Internacional de Medicina Legal, Genival Veloso de França, professor da Universidade Federal da Paraíba, explica que as autolesões:

- costumam ser feitas em regiões menos sensíveis e menos dolorosas do corpo.
- são simétricas, lineares, padronizadas e superficiais.

- são acompanhadas de relatos de resistência ao ataque, mas a vítima não apresenta hematomas.

Jackeline Giusti, psiquiatra do Hospital das Clínicas de São Paulo e doutoranda, pesquisadora de casos de automutilação, afirma que o padrão são cortes pequenos e superficiais em partes do corpo que podem ser escondidas. Esse comportamento em geral começa na adolescência, como forma de autopunição ou de chamar a atenção de parentes. “A automutilação pode ser uma forma de chantagem emocional, de mostrar que não se está bem”, afirma. Se for o caso de Paula, a assistência psicológica é mais indicada que a prisão e o opróbrio. ◆

MITOMANÍACA

Em 2004, a francesa Marie Leblanc denunciou um falso ataque racista. Ela só queria chamar a atenção dos pais

Colaboraram Letícia Sorg, Solange Azevedo e Thiago Cid

Anexo G: Época edição 562 (matéria complementar)

SOCIEDADE COMPORTAMENTO

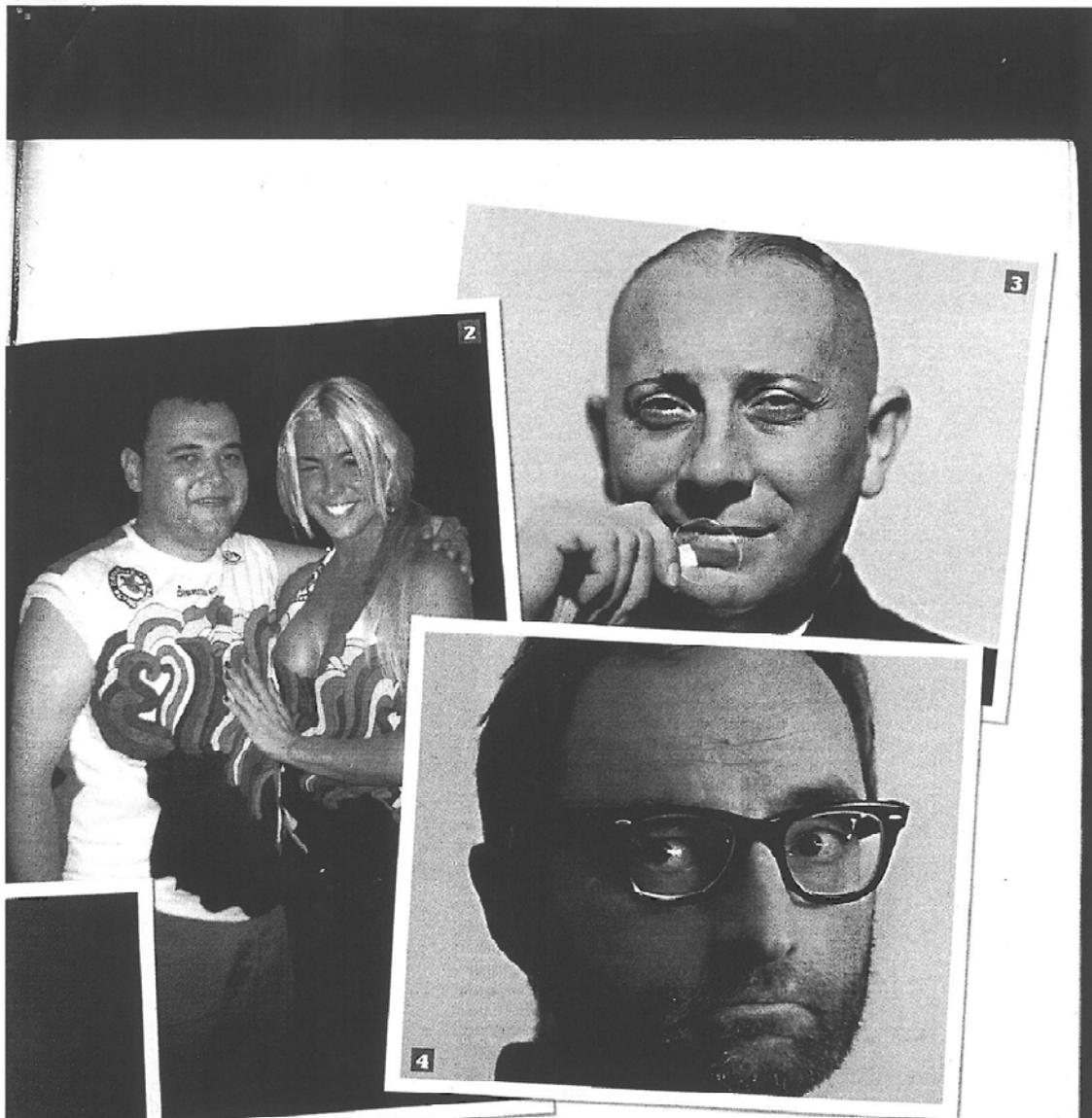
Por que as pessoas MENTEM

O interesse despertado pelo caso Paula Oliveira tem a ver com a consciência da importância da mentira em nossa vida. A ciência ajuda a entender o que nos leva a enganar os outros - e a nós mesmos

Solange Azevedo, Celso Masson e Andres Vera

“**A** mentira é muita vez tão involuntária como a transpiração”, constata Bentinho, em *Dom Casmurro*, ao surpreender a si próprio escondendo da mãe o amor por Capitu. Como de costume, Machado de Assis retrata uma verdade: mentimos o tempo todo, até sem perceber. Mentimos sobre nossa altura, nosso peso, nossa idade. Mentimos para nós mesmos, para suportar um recalque. Mentimos para nossos pais, para tranquilizá-los, e para nossos filhos, para que não sofram. Mentimos para os amigos, para não lhes ferir a autoestima, e para o chefe, para justificar um atraso. Mentimos para o guarda, para não tomar uma multa, e para o Fisco, para pagar menos impostos. Atletas mentem para competir dopados, investigadores mentem para apanhar criminosos, políticos mentem... por vários motivos. Há mentiras inofensivas; outras mudam a vida de pessoas e até provocam guerras. O fascínio despertado pelo caso de Paula Oliveira, acusada de inventar um ataque neonazista na Suíça (*leia na página 78*), se deve em parte a isso - à consciência do poder da mentira em nossa vida. ▶





ELLES FICARAM FAMOSOS POR INVENTAR MENTIRAS SOBRE SI MESMOS

1. Kelly Tranchesi

Essa foi a identidade usada por Kelly Samara Camargo dos Santos para aplicar golpes. O pseudônimo sugeria parentesco com a dona da boutique de luxo Dasiu. Acusada de furto, falsidade ideológica e estelionato, Kelly afirmou que mentia para chamar a atenção da mãe, que a abandonara aos 2 anos

2. O herdeiro da Gol

Marcelo Nascimento da Rocha chegou a conviver com famosos (na foto, a modelo Joana Prado, a Feliceira) fingindo ser filho do dono da companhia aérea Gol. Em 2005, ele lançou o livro *Vips - Histórias reais de um mentiroso*, em que narra esse e outros golpes que o levaram à prisão

3. O conde de Hollywood

Diretor de filmes como *O ouro e a ambição*, Erich von Stroheim (1885-1957) foi uma celebridade do cinema mudo. Anos depois de sua morte, descobriu-se que ele não era um conde austriaco, como dizia, e sim filho de um chapeleiro de Viena que emigrou para os Estados Unidos. Sua autobiografia é repleta de invenções

4. Clark Rockefeller

Passando-se por herdeiro da família americana de magnatas, Christian Karl Gerhartsreiter, um alemão que fora estudar nos EUA, arrumou emprego, casou-se e teve filhos. Ao ser preso em Baltimore, em agosto passado, vivia sob outra identidade falsa: Charles Smith

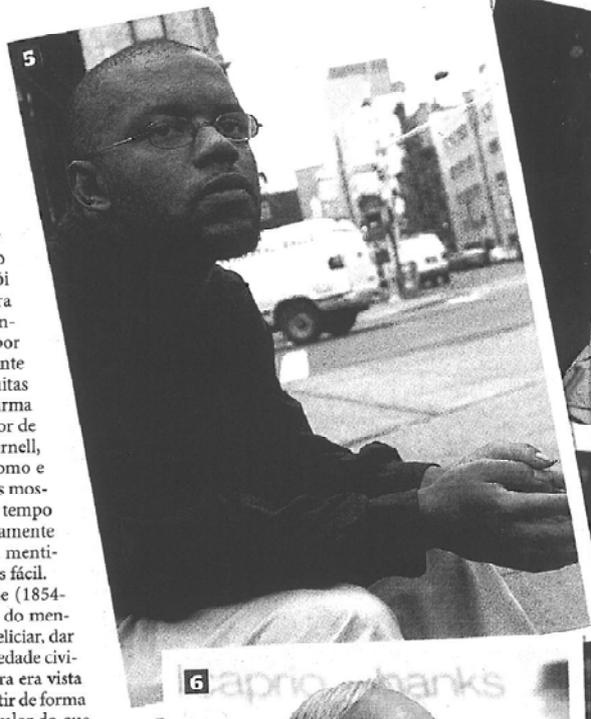
SOCIEDADE COMPORTAMENTO

Apesar de condenada pela sociedade, a mentira chega a ser, em algumas situações, necessária para o convívio social – como exemplifica de forma caricata o filme *O mentiroso*, que arrecadou US\$ 300 milhões em 1997. Na comédia, o protagonista, vivido por Jim Carrey, é vítima de um feitiço que o impede de mentir e destrói sua vida. A mentira funciona para preservar a privacidade ou os vínculos afetivos. Trocar a franqueza por uma meia verdade é frequentemente visto como um gesto galante. “Muitas vezes as mentiras são benéficas”, afirma o psicólogo Jeff Hancock, professor de comunicação da Universidade Cornell, nos Estados Unidos. Ele estuda como e por que mentimos. Suas pesquisas mostram que os humanos mentem o tempo todo – e que isso não é necessariamente alarmante. Na maioria das vezes, mentimos porque isso torna a vida mais fácil.

O escritor irlandês Oscar Wilde (1854-1900) disse certa vez: “O objetivo do mentiroso é simplesmente encantar, deliciar, dar prazer. Ele é a própria base da sociedade civilizada”. Na Grécia Antiga, a mentira era vista como forma de criatividade. “Mentir de forma consciente e voluntária tem mais valor do que dizer a verdade de forma involuntária”, afirmou Platão (século V a.C.). A ficção teve um papel importante no desenvolvimento da sociedade. “Acreditar na arte, na literatura e na mitologia ajudou o homem a imaginar um mundo melhor”, diz a filósofa italiana Maria Bettetini, autora do livro *Breve storia della bugia: da Ulisse a Pinocchio* (Breve história da mentira: de Ulisses a Pinocchio), ainda inédito no Brasil. “Sem esse tipo de mentira deliberada, o homem não teria impulso criativo e seria igual aos animais.”

ciência confirma a relação entre mentira e esforço intelectual. Em 2000, pesquisadores da Universidade da Pensilvânia, nos Estados Unidos, chegaram à conclusão de que certas regiões do cérebro mostram maior atividade diante da mentira. Um aparelho de ressonância magnética monitorou os cérebros dos participantes. Eles precisavam mentir sobre cartas de baralho que levavam no bolso. O resultado mostrou que o córtex frontal (área ligada à atenção e à concentração) era mais estimulado quando os voluntários não diziam a verdade. A conclusão seria: o default do cérebro é a sinceridade. Mentir requer um esforço extra de organização. “A mentira acompanhou a evolução do homem”, diz o filósofo americano David Smith, autor do livro *Por que mentimos? Os fundamentos biológicos e psicológicos da mentira* (editora Cam-

5



6



ELES FICARAM FAMOSOS PELO TALENTO PARA

5. O repórter que mentia

Jayson Blair publicou mais de 600 reportagens no *The New York Times* antes que os chefes comessem a desconfiar de suas histórias “boas demais”. Descobriu-se que Blair inventava fatos e entrevistados. O jornal pediu desculpas aos leitores e admitiu que o episódio foi um dos pontos mais baixos de seus 152 anos de história

6. O precoce

Ainda adolescente, Frank Abagnale Jr. fez-se passar por piloto de avião, médico, advogado e ganhou milhões de dólares. Em 1974, foi solto sob a condição de ajudar o FBI a esclarecer outros golpes. Sua história rendeu o filme *Prenda-me se for capaz* (2002), de Steven Spielberg, com Leonardo DiCaprio



ENGANAR OS OUTROS DE FORMA CONVINCENTE

7. Autobiografia ficcional

Em 2003, a apresentadora de TV Oprah Winfrey transformou em best-seller as memórias de James Frey, que narrava sua suposta vida como viciado em álcool e drogas. Três anos depois, Frey admitiu que o livro era forjado. Foi condenado a ressarcir os leitores que se sentiram enganados. O livro vendeu mais de 5 milhões de cópias

8. O Camaleão

O francês Frédéric Bourdin ganhou esse apelido por ter assumido 39 identidades em 15 países. Ele conseguia se passar por crianças e adolescentes, mesmo já trintão. Seus disfarces enganavam médicos e policiais. Curiosamente, Bourdin nunca buscou lucro com suas fraudes

pus). “Sem essa estratégia, as relações em sociedade seriam um desastre.”

A evolução também pode explicar por que o homem continua mentindo para se defender. Em 2002, um estudo da Universidade de Massachusetts, nos Estados Unidos, mostrou que as pessoas mentem com facilidade quando o objetivo é criar uma imagem positiva de si. A experiência funcionou assim: em um quarto fechado, dois estranhos eram colocados frente a frente por dez minutos. A conversa era filmada. Depois, os participantes assistiam ao vídeo para identificar os trechos imprecisos do diálogo. A pesquisa concluiu que 60% dos entrevistados mentiam pelo menos uma vez; em média, deram 2,92 informações incorretas em apenas dez minutos – desde banalidades, como dizer que se gosta de alguém que não se aprecia, até patranhas cabeludas. Uma das cobaias fingiu ser um astro do rock.

As pequenas fraudes toleradas pela sociedade são bem diferentes de outras configurações da mentira, mais perigosas: o autoengano e a mitomania. Sem distinção entre realidade e ficção, a mentira pode levar a uma patologia semelhante à do cleptomaniaco, que rouba sem necessidade. O autoengano até pode ter um aspecto positivo. “O doente que, apesar de toda a evidência em contrário, sustenta no íntimo de sua alma a convicção cega, firme e inabalável de que vai conseguir vencer o mal parece aumentar suas chances objetivas de recuperação”, escreveu o filósofo e economista Eduardo Giannetti da Fonseca no livro *Auto-engano* (Companhia das Letras). Mas, quando ele prejudica a vida de terceiros, a punição é o recurso da sociedade para preservar sua coesão.

Alguns casos de mentira patológica, como os descritos nestas páginas, se tornaram notícias de repercussão internacional. Um tipo de fraude comum no noticiário é a história do João-Ninguém que se faz passar por milionário ou celebridade e consegue enganar muitos, durante muito tempo. Em julho de 2008, pouco depois de aceitar os termos do divórcio, em que embolsou US\$ 800 mil, o milionário Clark Rockefeller sequestrou sua filha de 7 anos e fugiu de Boston. Ao investigar o caso, o FBI descobriu que o sequestrador não era milionário, tampouco um Rockefeller. Seu nome verdadeiro era Christian Karl Gerhartsreiter, um alemão de 47 anos que chegara aos Estados Unidos como estudante. Por 30 anos, alternando identidades falsas, ele havia enganado gente endinheirada em várias cidades e casou-se com uma milionária, executiva de uma importante firma de consultoria. Antes de se passar por um Rockefeller, ele foi Christopher Crowe e Christopher Chichester – um fictício nobre inglês. Sob esse disfarce, teria assassinado um casal que desconfiou de sua lorota. Em agosto passado, ▶

SOCIEDADE COMPORTAMENTO



"Nunca fiz sexo com ela"
Bill Clinton quase perdeu a Presidência dos Estados Unidos por ter negado, em 1998, a relação com a estagiária Monica Lewinsky

Tentativas de ser 100% convincente em meio a um engodo normalmente denunciam má-fé. A mitomania, que pode ser uma doença ou um sintoma de certas condições psiquiátricas (*leia o quadro abaixo*), leva a pessoa a acreditar na história que conta, sem nenhum senso crítico. "A ficção mitomaniaca envolve concepções de grandeza, de ascendência familiar excepcional, de capacidades e feitos extraordinários", afirma a psiquiatra forense Hilda Morana, presidente do Departamento de Ética e Psiquiatria Legal da Associação Brasileira de Psiquiatria. Segundo ela, essas fabulações podem levar a cometer crimes e fraudes, como o exercício ilegal de certas profissões.

Clark Rockefeller foi preso em Baltimore, onde se escondia como um anônimo "Charles Smith".

As farsas criadas pela imaginação de Gerhartsreiter podem parecer inverossímeis. Como alguém é capaz de viver enganando tantos por tanto tempo sem levantar suspeitas? Mas o caso não só é real como recorrente. Seu protagonista, digno de uma obra de ficção como *O talentoso Ripley*, de Patricia Highsmith – Ripley é o arquétipo do mitômano –, poderia estar pilotando aviões sem ter licença para isso, posando ao lado de celebridades como se fosse uma, escrevendo livros "autobiográficos" baseados em fatos que não viveu ou trabalhando num jornal de prestígio como o *New York Times*. Em todas essas situações, um mitômano se fez passar por quem não era para levar alguma vantagem – seja financeira ou emocional.

Um dos casos mais famosos de mitomania é o de Frank Abagnale Jr., cuja história foi levada ao cinema por Steven Spielberg no filme *Prenda-me se for capaz*, com Leonardo DiCaprio. Aos 17 anos, Abagnale Jr. já havia acumulado mais de US\$ 40 mil com fraudes bancárias e viajado por dezenas de países como falso piloto de avião. Para fugir da Justiça, ele se passou por médico, professor e advogado, sempre com nomes falsos. Até ser preso, aos 21 anos, na França, ele passara US\$ 2,5 milhões em cheques falsos. Frank Abagnale Jr. fez um acordo com o FBI e ganhou a liberdade em troca de ajudar na captura de outros falsários – o que tem feito desde 1974. Depois de tanto enganar e mentir, ele parece ter encontrado sua vocação.

No Brasil, um caso parecido ganhou destaque. Antes de ser preso, aos 25 anos, o estelionatário Marcelo Nascimento da Rocha fingiu ser oficial

Quando mentir vira um problema Como reconhecer os sintomas

O MITÔMANO OU MENTIROSO PATOLÓGICO

O que é

Pessoa manipuladora e autocentrada que inventa histórias continuamente para conseguir o que quer, com pouca consideração ou respeito pelos interesses dos outros

Sintomas da mentira

Exagera os próprios feitos de maneira implausível, construindo uma realidade fantasiosa. Tudo o que faz é ótimo, genial ou surpreendente. Para convencer, usa argumentos que reduzem ou anulam os feitos dos outros

Quando confrontado com a verdade, sente-se ameaçado e tende a amenizar a mentira – por exemplo, dizendo que a pessoa que o contradiz está fazendo tempestade num copo d'água

Como não consegue sustentar as próprias contradições por muito tempo, tende a ser pouco leal aos amigos e à família, desfazendo os vínculos afetivos de tempos em tempos e abandonando quem vê como ameaça. Em alguns casos, recria a própria história na tentativa de apagar o rastro das mentiras anteriores

Causas

Mentir de forma patológica pode ser um mecanismo de defesa ou autoafirmação desenvolvido na primeira infância. Costuma ser associado a alguma desordem mental, caso das personalidades excessivamente narcisistas ou histriônicas

“O mentiroso é a própria base da sociedade civilizada” Oscar Wilde (1854-1900)

do Exército, policial e guitarrista da banda Engenheiros do Hawaii, num total de 16 identidades diferentes. Seu golpe mais famoso ocorreu em 2001, quando fingiu ser filho do dono da companhia aérea Gol. Com o nome de Henrique Constantino, ele teve acesso ao camarote vip de um evento patrocinado pela companhia. Conheceu atrizes famosas, deu entrevistas para a TV, alugou um jatinho e um helicóptero sem gastar nada. A farsa só terminou com a prisão do golpista, acusado de estelionato e falsidade ideológica, entre outros crimes.

Segundo a mãe do paranaense, ele tem mania de grandeza desde pequeno. Psiquiatras que o examinaram afirmam que ele tem personalidade psicopática: incorpora personagens e vive em uma realidade paralela. Em 2005, ainda na cadeia, lançou o livro *Vips – Histórias reais de um mentiroso*, em que conta histórias de seus golpes e truques que o ajudaram a se passar por pessoas famosas. O caso pode ser um exemplo do que os psiquiatras definem como “pseudologia fantástica”, uma tentativa de impor as próprias fantasias aos demais para despertar admiração. “É o desejo de chamar a atenção, seduzir e ser valorizado”, diz Hilda Morana. A pseudologia (algo que é lógico apenas aparentemente) estaria no meio do caminho entre a mentira simples e o delírio. “É encontrada em personalidades imaturas, histriônicas e teatrais.”

Nem toda mentira de graves consequências, porém, é patológica. Talvez o caso mais famoso na história contemporânea seja de Bill Clinton.

Ele não falsificou sua identidade nem criou um mundo de fantasia no qual teria mais poder do que na vida real – dificilmente conseguiria, sendo o presidente dos Estados Unidos. Mas em 1998 Clinton mentiu sobre sua intimidade, diante das câmeras de TV, ao negar o relacionamento sexual com a estagiária Monica Lewinsky. Escapou por pouco de perder o cargo por causa da mentira.

Não era um caso de mitomania, mas, para os estudiosos do comportamento humano, Clinton pode ser considerado um mentiroso compulsivo. Ele mentiu quando seria mais conveniente ter dito a verdade. Ao dizer “Eu não tive relações sexuais com aquela mulher”, enquanto movia assertivamente o indicador direito para negar com veemência as acusações, Clinton provavelmente não pensava traír a confiança da nação que o elegera – talvez nem a da mulher, Hillary, com quem continua casado. Paul Ekman, professor de psicologia da Universidade da Califórnia, em São Francisco, estudioso da mentira e dos sinais que revelam quando alguém mente, observou os gestos, a expressão facial e as falas de Clinton. Para Ekman, o presidente se traiu ao chamar Lewinsky de “aquela mulher” (uma linguagem forçosamente distante), ao modular a voz para um tom mais suave ao encerrar a frase e ao usar o dedo indicador. Como Machado de Assis já percebera um século atrás, a mentira, como a transpiração, é involuntária – e por isso também ela pode ser desmascarada. ◆

Com Danilo Soares

em uma pessoa que mente o tempo todo e as causas desse comportamento

O MENTIROSO COMPULSIVO

O que é

Quem mente por hábito, fazendo da mentira a resposta padrão a qualquer pergunta. Para ele, falar a verdade pressupõe algum tipo de desconforto. Mentir permite sentir-se bem

Sintomas da mentira

Sem a intenção de manipular os outros, o compulsivo mente para chamar a atenção ou melhorar sua autoestima. Por isso, distorce a verdade sobre qualquer coisa, mesmo as insignificantes

Enquanto o mitômano cria uma realidade fantasiosa nos mínimos detalhes, o compulsivo injeta mentiras nas conversas do dia a dia apenas porque a verdade não tem nada de mais

Usa frases como “sei que isso vai parecer estranho”, mas conta a mentira mesmo assim. Quando esquece a história que inventou, responde de forma evasiva: “Tem certeza de que eu disse isso? Acho que você entendeu errado” (o que não quer dizer que toda pessoa que diz isso seja mentirosa)

Causas

A mentira compulsiva geralmente tem origem num ambiente familiar que pune quem admite os erros e fracassos – pais que castigam os filhos quando estes confessam sinceramente um erro podem criar o hábito da mentira